



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde



DIÓGENES RABELLO

**CAMPONESES ASSENTADOS E AS PRÁTICAS
AGROECOLÓGICAS NO CONTEXTO DO
AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO
PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)**

Presidente Prudente, fevereiro de 2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde



DIÓGENES RABELLO

**CAMPONESES ASSENTADOS E AS PRÁTICAS
AGROECOLÓGICAS NO CONTEXTO DO
AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO
PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador:
Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

Coorientador:
Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula

Presidente Prudente, fevereiro de 2018

R114c	<p>Rabello, Diógenes</p> <p>Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) / Diógenes Rabello. -- Presidente Prudente, 2018</p> <p>125 p. : il., tabs., fotos, mapas</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente</p> <p>Orientador: Antonio Thomaz Junior</p> <p>Coorientador: Ricardo Pires de Paula</p> <p>1. Agroecologia. 2. Agrohidronegócio. 3. Campesinato. 4. Agrotóxicos. 5. Resistência. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: CAMPONESES ASSENTADOS E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO CONTEXTO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP).

AUTOR: DIÓGENES RABELLO

ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR

COORIENTADOR: RICARDO PIRES DE PAULA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
FCT/UNESP / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Profa. Dra. LARISSA MIES BOMBARDI
Departamento de Geografia / UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente Prudente, 07 de fevereiro de 2018

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os sujeitos do campo, das águas e das florestas, os quais têm protagonizado a luta pela territorialização da sua identidade e pela agroecologia.

Agradecimentos

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa nos sete primeiros meses.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa a partir do oitavo mês (Processo FAPESP Nº 2015/02962-0). E pelo financiamento da Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) (Processo FAPESP/BEPE Nº 2016/20075-3).

Ao Centro de Estudos em Geografia do Trabalho (CEGeT), e ao Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) pelo acolhimento enquanto Laboratórios de Pesquisa.

Dentre os diversos desafios que a pesquisa nos impõem, existe aquele do rompimento com o trabalho individualista. Nascermos e crescemos em uma sociedade que nos formata para sermos seres individualistas, e desde muito cedo internalizamos isso nas nossas relações interpessoais. Quando entramos na academia, que é embuída de normas e procedimentos para nos formar no processo de individualização, somos direcionados a reafirmar nossa existência individualizada neste ambiente. Por sorte, neste caminho que percorremos rumo à nossa formação acadêmica encontramos espaços com pessoas como nós, que não compactuam com essa estrutura universitária e societal, e que nos ajudam na convivência com ela. Foi assim que pude romper com as barreiras do individualismo da pesquisa e pude construí-la coletivamente com pessoas que estão no mesmo campo de luta, que me ajudam a pensar e a agir para a emancipação social e contra a desigualdade de classes. Portanto, afirmamos que este trabalho pensado e produzido por mim, foi construído e desenvolvido coletivamente, e o registro deste coletivo é feito nas linhas que seguem.

Agradeço a minha família que me forneceu todo o suporte para a realização do curso de graduação e mestrado.

Ao Thomaz, pelas orientações e supervisão nesses anos de vida acadêmica.

Agradecimento especial aos companheiros e companheiras do coletivo CEGeT/Presidente Prudente que no cotidiano da pesquisa pude compartilhar os medos, conquistas, angústias, alegrias e cada um da sua maneira estendeu a mão em algum momento para oferecer ajuda: Sidney C. T. Leal, Robinzon Piñeros, Maria Martins, Giovana Oliveira, Joseli Barreto, Thiago Barros, Larissa Moreno, Gustavo Negrão, Lucas Silva, Daniel Cantarutti, Tássio Cunha,

Fernando Heck e Guilherme Marini, Zé Carlos, Lisbet Julca, Hellen Mesquita, Ana Terra, Dayane Garcia, Ian Damaceno, Franciele Valadão e Rosana Abudd.

Aos camponeses e camponesas que puderam compartilhar comigo suas histórias de vida, dificuldades e desejos. Ao MST que abraçou a causa da nossa pesquisa, entendendo que ela contribuiria para a organização política dos sujeitos no campo e para a construção de outro projeto de desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema. Em especial ao Gerson Oliveira, Cledson Mendes, Renata Menezes, Zelitro Luz, Mariza da Luz, Valmir Sebastião, Elza Maria e Miriam Farias.

Aos companheiros e companheiras do CETAS (coordenadores, bolsistas e demais membros). Em especial à Lenira André, Edilson Flores e Patricia Matsumoto que foram fundamentais para o aprendizado das ferramentas de cartografia.

Ao Prof. Carlos Alberto Feliciano e a Profa. Larissa Mies Bombardi pelos contribuições ao trabalho no exame de qualificação e na defesa.

Aos companheiros e companheiras com quais compartilho do espaço de militância da Associação Brasileira de Geógrafos Seção Local de Presidente Prudente, na gestão “Bertha Becker”.

Aos amigos e amigas que sempre presentes: Carolina Karol, Hellen Mesquita, Yolima Devia Acosta, Lucas de Brito e Wilson Li.

Aos professores da Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT, sobretudo aqueles com quem pude compartilhar parte da pesquisa: Ricardo Pires de Paula, Nécio Turra Neto, Eduardo Paulon Girardi e Bernardo Mançano Fernandes.

Ao Prof. Luciano Concheiro, à UAM-X, e ao *Posgrado en Desarrollo Rural*, e aos companheiros e companheiras estudantes de mestrado e doutorado que me deram todo o suporte necessário para a realização de um estágio de pesquisa no México.

À Rede CEGeT de Pesquisadores e os companheiros e companheiras espalhados pelo Brasil. Em especial a dois pesquisadores que foram fundamentais na minha formação: Sonia Maria Ribeiro de Souza e Carlos Alberto Feliciano. E ao amigo José Dourado (*in memoriam*).

Ao projeto Saúde Integral do Trabalhador da FCT/UNESP (SITRA), em especial aos companheiros e companheiras monitores: Verônica Alves (natação), Igor Ferrari (tênis), Matheus Alves e Vitória Doescher (vôlei).

Resumo

Este trabalho partiu do objetivo geral de entender os conflitos e impedimentos pôstos a partir da presença do capital agroindustrial canavieiro para a transição agroecológica no Pontal do Paranapanema (SP). Para isso, nos apropriamos da pesquisa qualitativa com a utilização dos recursos da entrevista semiestruturada para realizar a produção de informações primárias, que juntamente com a revisão bibliográfica sobre o tema em questão e os dados secundários, puderam nos municiar de argumentos e informações para alinhar as discussões sobre a agroecologia no Pontal. Estamos partindo do entendimento teórico de que a agroecologia se trata de um projeto contra modelo ao modelo de agricultura criado com a Revolução Verde, e adotado pelo Estado, que nos apresenta elementos para pensar a superação da monopolização da terra e a manutenção da grilagem e o processo de *commoditização* da agricultura, baseado no monocultivo e no uso intensivo de agrotóxicos. A cana-de-açúcar ganha cada vez mais espaço no Pontal do Paranapanema graças à aliança capital agroindustrial-latifundiários grileiros-Estado, uma vez que há interesses nas três partes em manter esta forma capitalista de exploração da terra em detrimento do incentivo para a reprodução socioterritorial dos camponeses. Concluimos o trabalho com a ideia de que a agroecologia, no Pontal do Paranapanema, tem sido pensada como estratégia de resistência na terra e como forma de produzir alimentos sanos pensando outra relação

Palavras-chave: Agroecologia; Agrohidronegócio; Cana-de-Açúcar; Conflitos.

Resumen

Este trabajo partió del objetivo general de entender los conflictos e impedimentos puestos a partir de la presencia del capital agroindustrial de la caña de azúcar para la transición agroecológica en el Pontal do Paranapanema (SP). Así, nos apropiamos de la investigación cualitativa con la utilización de los recursos de la entrevista semiestructurada para realizar la producción de informaciones primarias, que junto con la revisión bibliográfica sobre el tema en cuestión y los datos secundarios, pudieron darnos soporte y argumentos e informaciones para las discusiones sobre la agroecología en el Pontal. Estamos partiendo del entendimiento teórico de que la agroecología se trata de un proyecto contra modelo al modelo de agricultura creado con la Revolución Verde, y adoptado por el Estado, que nos presenta elementos para pensar la superación de la monopolización de la tierra y el mantenimiento del latifundio y, el proceso de *commoditización* de la agricultura, basado en el monocultivo y en el uso intensivo de agrotóxicos. La caña de azúcar gana cada vez más espacio en el Pontal do Paranapanema gracias a la alianza capital agroindustrial-latifundistas-Estado, ya que hay intereses en las tres partes en mantener esta forma capitalista de explotación de la tierra en detrimento del incentivo para la reproducción socioterritorial de los campesinos. Concluimos el trabajo con la idea de que la agroecología, en el Pontal do Panapanema, ha sido pensada como estrategia de resistencia en la tierra y como forma de producir alimentos sanos pensando otra relación hombre/mujer-naturaleza.

Palabras clave: Agroecología; Agrohidronegocio; Caña de azúcar; Conflictos.

Lista de Quadro

01	Síntese das atividades relativas a agroecologia no Pontal do Paranapanema	87
----	---	----

Lista de Tabela

01	Vendas de agrotóxicos no Brasil, em 2016	50
02	Quantidade de água utilizada no processo de fabricação do etanol por setor e processo	51

Lista de Gráficos

01	Evolução dos recursos direcionados para financiamento da agricultura no Brasil	40
02	Avanço da área cultivada (ha) com cana-de-açúcar nos municípios do Pontal do Paranapanema (2003 – 2015)	45
03	Taxa de crescimento do número de vendas de agrotóxicos no mercado – Brasil e Mundo (2000-2010)	48

Lista de Mapas

01	Assentamento Rurais pesquisados	27
02	Evolução da área cultivada com cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2003 – 2016)	44
03	Área plantada com cana-de-açúcar no município de Sandovalina (2016)	108
04	Área plantada com cana-de-açúcar no município de Mirante do Paranapanema (2016).	109
05	Práticas Agroecológicas ameaçadas pelo capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema.	110
06	Questões agrárias no Pontal do Paranapanema	115

Lista de Fluxograma

01	Os impactos do capital agroindustrial canavieiro para o campesinato e a agroecologia	112
----	--	-----

Lista de Figuras

01	Paisagem do município de Sandovalina com a presença da cana-de-açúcar.	45
02	Composição do Congresso Nacional em “Bancadas”	54
03	Marketing para o agrohidronegócio promovido pela Rede Globo	55
04	Identidade visual da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida	58
05	SAF criado através do Projeto Café com Floresta, no Assentamento Dom Tomás Balduino	71
06	Horta agroecológica da família Araújo, no Assentamento Dom Tomás Balduino, em Sandovalina	87
07	Horta agroecológica da família Ribeiro, no Assentamento Dom Tomás Balduino, em Sandovalina	87
08	Cebola agroecológica produzida pela família Silva, Assentamento Bom Pastor, em Sandovalina	89
09	Tomate cereja vendido na feira orgânica em Sandovalina	89
10	SAF da família Gomes, Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema	90
11	Estufa para produção de mudas agroecológicas, Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema	92
12	Produção de hortaliças agroecológicas, Assentamento Margarida Alves, em Mirante do Paranapanema	93
13	Produção de pepinos para conserva e hortaliças, Assentamento Bom Pastor, em Sandovalina	95
14	Proximidade entre produção de alimentos camponesa no Assentamento Dom Tomás Balduino e lavoura de cana-de-açúcar em lavoura da Umoe Bioenergy, em Sandovalina	97

Lista de Siglas

APTA	Agência Paulista de Tecnologia para o Agronegócio
ARCA	Associação Regional de Cooperação Agrícola
BEPE	Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada
CEGeT	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CETAS	Centro de Estudos de Trabalho, Ambiente e Saúde
CGSAT	Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador
CGVAM	Coordenação Geral de Saúde Ambiental
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAPP	Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ	Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz
ETEC	Escola Técnica Estadual
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SAF	Sistema Agroflorestal
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SENAR	Sistema Nacional de Aprendizagem Rural
SIG	Sistema de Informações Geográficas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
INTRODUÇÃO	22

CAPÍTULO 1

LUTA PELA PERMANENCIA NA TERRA E CONFLITOS: CAMPESINATO x AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

1.1 O campesinato, suas formas de expressão no trabalho e na organização social.....	30
1.2 O agrohidronegócio e sua capacidade de degradação ambiental e exploração do trabalho.	37
1.3. Os conflitos no campo político e ideológico para a superação da cultura do veneno.	52

CAPÍTULO 2

A AGROECOLOGIA E SUAS POTENCIALIDADES: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA TERRA E PELA TERRA

2.1 Definições e Pressupostos teóricos.....	61
2.2 Alinhamentos políticos para entender a agroecologia desde os sujeitos que a praticam.....	65
2.3 A agroecologia enquanto contra modelo de agricultura para a soberania dos povos.....	73
2.4. A experiência de reforma agrária mexicana e seus rebatimentos para a reprodução do campesinato	75

CAPÍTULO 3

PENSANDO A AGROECOLOGIA DESDE O CONTEXTO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

3.1 Introduzindo o tema da agroecologia no Pontal: as primeiras experiências agroecológicas da região.....	79
3.2. Ações voltadas para a agroecologia no Pontal	83
3.3 As experiências agroecológicas em Sandovalina e em Mirante do Paranapanema: diversidade de práticas e de sujeitos	93
3.4. A cana-de-açúcar limitando a transição agroecológica.....	105
Considerações Finais.....	112
Referências	118

APRESENTAÇÃO

Este relatório aborda as atividades desenvolvidas no projeto de mestrado intitulado “*CAMPONESES ASSENTADOS E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO CONTEXTO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)*”, desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior e coorientação do Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, e com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP¹).

Apresentamos as reflexões surgidas a partir das atividades desenvolvidas durante o período compreendido entre março de 2015 e novembro de 2017², período este que compreender todo o curso de Mestrado.

Vale lembrar que esta pesquisa é vinculada ao Projeto Temático “*Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e saúde ambiental*” (Processo FAPESP 2012/23959-9), sob coordenação do professor Antonio Thomaz Junior. Esta vinculação tem nos possibilitado ampliar nossas análises e compreensões sobre a questão referentes às práticas agroecológicas no âmbito do processo de trabalho nos lotes escolhidos, bem como associar os resultados que o Projeto Temático está alcançando consoante ao processo geral de contaminação química devido à disseminação da pulverização aérea de agroquímicos (agrotóxicos, fertilizantes), em todo o Pontal do Paranapanema.

Também tivemos a oportunidade de nos aproximar dos pesquisadores do Projeto Temático que estão incumbidos de assuntos relativos às temáticas do trabalho, ambiente e saúde - eixo central do Projeto Temático -, o que nos proporciona interlocução que nos possibilita pensar as práticas agroecológicas para além, somente das operações de campo. Assim, no âmbito dos Grupos de Pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de

¹ Processo FAPESP N° 2015/02962-0.

² A pesquisa foi interrompida entre o período de novembro de 2016 e abril de 2017 para o desenvolvimento do projeto de Bolsa de Estágio e Pesquisa no Exterior (BEPE – FAPESP, Proc. N. 2016/20075-3).

Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), ambos coordenados pelo professor Antonio Thomaz Junior, temos conseguido romper algumas barreiras teórico-metodológicas.

O trabalho coletivo tem ajudado a dinamizar a realização das atividades e fortalecer a agroecologia como linha de investigação no âmbito do CEGeT/CETAS, conhecendo outras realidades e entendendo nossas dinâmicas.

Nossa trajetória de pesquisa e atuação no âmbito da agroecologia teve início juntamente com o curso de licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCT). Até então, não havia tomado contato teórico/conceitual sobre a agroecologia, que num primeiro momento se nos apresentou como algo novo e desconhecido, a partir daí, foi se desconstruindo o desconhecido, me fazendo refletir sobre as práticas dos meus semelhantes em seus ambientes de vida.

No final do ano de 2010 fui convidado pelo Prof. Thomaz para compor a equipe de trabalho do projeto recém aprovado intitulado “Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema” (Chamada Nº. 58/2010 SAF-MDA/CNPq), com vigência entre os anos de 2010 a 2013. Este foi o primeiro contato com as discussões em torno da agroecologia e do campesinato no Pontal, a partir dele fui tomando conhecimento da realidade de vida destes sujeitos, dos conflitos e disputas que eles vêm enfrentamento diariamente, das ações e propostas do Movimento dos Trabalhadores Urais Sem Terra (MST) e a agroecologia com proposta de outra prática no campo. Nesse projeto nossos objetivos se voltavam para identificar as práticas agroecológicas desenvolvidas e/ou em desenvolvimento no Pontal do Paranapanema, sendo que os resultados analíticos conseguidos nos mostraram que a agroecologia encontrava-se em fase de transição, caracterizada, pois, pelos enfrentamentos diretos com o agrohidronegócio canavieiro, vislumbrando alternativas pela via da resistência às formas e procedimentos convencionais de produção protagonizadas pelo capital.

Já em julho de 2013, juntamente com os professores Carlos Alberto Feliciano e Sonia Maria Ribeiro de Souza, nos somamos para compor a equipe executora do projeto de Curso de Especialização em Geografia “Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes

Agroecológicos” (Chamada CNPq/MDA-INCRA nº 26/2012), coordenado pelo Prof. Antonio Thomaz Junior. O trabalho neste curso nos ofereceu outras metodologias e possibilidades de entendimento no campo da agroecologia, sobretudo por conta do seu tema motivador, que nos fez refletir sobre agroecologia relacionando-a com outros temas e preocupações (educação do campo, trabalho, gênero e luta pela terra, por exemplo). Isso só foi possível graças ao público alvo que compunha o curso, que eram professores da rede pública de ensino básico que atuavam em escolas do campo. Os diálogos e trocas de saberes com estes professores e a equipe da Coordenação Política e Pedagógica do curso foi um dos grandes espaços de formação política e acadêmica de vivenciamos.

Estes dois projetos nos possibilitaram construir chegar a elaboração de um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia, o que resultou na monografia intitulada “Campeinato e Agrohidronegocio Canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica”, defendida pela UNESP/FCT no dia 16 de outubro de 2014. A monografia apresentou reflexões iniciais sobre o tema, dados coletados através da aplicação de questionários e entrevistas, além de nos abrir questionamentos e proposições teórico-metodológicas para construir este projeto de mestrado.

Estes trabalhos e envolvimento com estes projetos nos levaram a criar aproximações com outros grupos de pesquisas e parceiros, e isso resultou na nossa participação no projeto “Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Produção Orgânica – São Paulo: integrando ações de pesquisa, ensino e extensão” (Chamada Nº. 81/2013 MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq), sob coordenação do Prof. Dr. Lin Chau Ming (FCA/UNESP, Botucatu), no grupo Timbó de Agroecologia. Neste projeto estivemos vinculados como parceiros, no qual pudemos avançar com ações mais efetivas no campo temático da agroecologia, sobretudo no que diz respeito ao levantamento da diversidade de práticas agroecológicas e sujeitos envolvidos na promoção da agroecologia no Pontal do Paranapanema.

Concomitante a estes dois últimos projetos estivemos envolvidos com o Projeto Temático “Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegocio

Canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e saúde ambiental” (Proc. FAPESP 2012/23959-9), sob coordenação do Prof. Thomaz. Neste projeto compomos a equipe que se dedica ao desenvolvimento de metodologias qualitativas para a compreensão das formas de reprodução das famílias camponesas, as práticas agroecológicas e os conflitos pelo acesso e permanência na terra. Este projeto se configura enquanto uma escala de atuação mais abrangente que nosso projeto de mestrado, pois ele abriga dentro de si uma série de outros projetos (de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado) no âmbito da Geografia Agrária, Geografia do Trabalho, Geografia da Saúde e Geografia Ambiental, projetos estes que buscam atuar de forma coletiva para entender o emaranhado de situações resultantes da expansão do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, buscando qualificar o debate entorno dos reflexos negativos do agrohídronegócio para o trabalho, a saúde e o ambiente.

Vale destacar que nossa insistência em aplicar discussões entorno da agroecologia tem permitido criar redes de contatos e relações com movimentos e organizações que estão trabalhando nesta mesma linha. Nossa principal vinculação se refere à Rede Pontal Agroecológico (parceria entre MST, ITESP, INCRA, IPE, EMBRAPA, CATI, UNESP, CETAS/CEGeT, Associações e Cooperativas de Assentados), um espaço que tem sido importante no processo de construção do conhecimento agroecológico e de difusão das práticas agroecológicas nos assentamento de reforma agrária do Pontal do Paranapanema. Um dos resultados de grande repercussão da Rede Pontal Agroecológico foi a criação do Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema (CRAPP), cuja sede está localizada no Assentamento São Bento, no município de Mirante do Paranapanema, e que tem funcionado com ações de formação acadêmica, política e de práticas em agroecologia, sobretudo pelo MST.

Todas estas inserções e atuações têm sido necessárias para a construção de uma referência teórico-metodológica sobre agroecologia. Neste sentido, sem preocupação de sermos acusados de presunção e vaidade, podemos afirmar que o CEGeT tem construído nos últimos anos uma linha

pensamento e ação em torno da agroecologia. Nossa opção teórica é pensar agroecologia por via das práticas cotidianas dos sujeitos do campo e da ação política dos movimentos sociais do campo e na perspectiva de uma agricultura de resistência e superação de do modelo de extermínio (da vida humana e da biodiversidade) do agrohídronegócio. Nosso canal de diálogo e a contribuição para a academia é se move sob o desafio de entender o desenvolvimento da agroecologia no ambiente de conflito promovido pela presença do capital agroindustrial canavieiro.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de mestrado tem como objetivo central entender como as formas de vida e de trabalho dos camponeses oriundos da luta pela terra, no Pontal do Paranapanema, estão sendo impactadas pelo avanço do capital agroindustrial canavieiro. Isto é, a difícil ou mesmo impossível convivência entre o monocultivo de cana-de-açúcar e as práticas e experiências agroecológicas em curso. O recorte espacial inicial para a nossa análise foram os Assentamentos Dom Tomás Balduino e Bom Pastor, ambos localizados no município de Sandovalina, e os Assentamentos São Bento e Margarida Alves, localizados no município de Mirante do Paranapanema.

Durante a primeira fase da pesquisa conseguimos realizar a contento as atividades previstas e adiantar outras que estavam previstas para a segunda fase. Ou seja, conseguimos levantar dados primários através das entrevistas e trabalhos de campo, bem como já temos acervo bibliográfico com referências que estão nos ajudando na compreensão do objeto de estudo. É importante registrar que as participações constantes em atividades acadêmicas contribuíram significativamente com os avanços teóricos, já que se tornaram espaços de diálogo e interlocução com outros pesquisadores sobre os temas investigados.

Os resultados alcançados permitem dizer que as reflexões sobre agroecologia convergem para uma proposta política alternativa ao modelo agroindustrial, exportador, monocultor/latifundista vigente no campo, que é uma herança do pacote tecnológico da Revolução Verde, dos anos 1950/60. Dentre as inovações tecnológicas, que se consolidam a partir do final dos anos 1990, além das inovações mecânicas, o avanço da engenharia genética aplicada (por exemplo na produção dos transgênicos), da informática, da gestão de recursos humanos, e da química fina à agricultura, foram decisivos, pois formataram o pacote tecnológico em vigência.

A internalização do padrão técnico moderno foi justificada e legitimada pelo discurso do necessário aumento dos índices de produtividade agrícola dos países subdesenvolvidos, por meio da substituição dos sistemas de produção local ou técnicas manuais e tradicionais, pelo pacote tecnológico (THOMAZ JUNIOR, 2009). Desta forma, a Revolução Verde substituiu os modos

tradicionais de produção pela agricultura modernizada, e referenciou a participação decisiva do Estado e do capital, representado pelas empresas e conglomerados produtores de insumos, máquinas/equipamentos, serviços, atacadistas/varejistas e o sistema financeiro.

Tomando como referência a atividade canavieira, constata-se a forma como tem se materializado no campo a adoção das novas tecnologias e toda a estratégia de planejamento integral da atividade agroindustrial, bem como a adoção de sistemas de controle e de subordinação do trabalho, alterando as relações sociais de produção e de trabalho no espaço agrário (THOMAZ JUNIOR, 2012).

Daí a aposta na agroecologia como princípio fundamental ou alternativa de produção, uma vez que esta tem como pressuposto uma concepção de desenvolvimento rural, pautada na diversidade de culturas, no aproveitamento dos recursos naturais, no manejo orgânico e na extinção do uso de agroquímicos, e na valorização dos saberes-fazeres tradicionais.

Desenvolvimento metodológico da pesquisa

Os procedimentos metodológicos estabelecidos vertem para duas etapas principais: 1) levantamento bibliográfico; 2) levantamento de informações primárias e secundárias

Estamos realizando o levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, monografias e textos publicados em periódicos - inclusive com acesso via publicações eletrônicas e demais documentos disponibilizados na internet -, que tratam a temática em questão, sobretudo, campesinato e agroecologia. Estamos empenhando atenção também para outras obras que abordam a resistência do campesinato diante do avanço do agrohidronegócio canavieiro, bem como os conflitos transversais, como saúde ambiental, por exemplo.

Em síntese, o levantamento bibliográfico está realizado em bases impressas (bibliotecas e acervos) e em bases digitais (bibliotecas digitais, periódicos eletrônicos, banco de dados, etc.). Destacamos que até aqui já dispomos de um rico acervo bibliográfico, com materiais que têm contribuído com

a construção do referencial teórico, e que se encontram fichados. Entretanto, isso não elimina a necessidade de continuar buscando novas referências para suprir as demandas que têm surgido para entender as contradições que começam a desdobrar das análises.

Este material tem nos mostrado que estão surgindo novos temas nos estudos sobre a agroecologia. Um dos temas que têm sido recorrente é o de gênero. As discussões apresentam cada vez mais o protagonismo das mulheres na promoção da agroecologia. Algumas discussões giram em torno da ideia de que a agroecologia pode contribuir com a luta feminista contra a divisão sexual do trabalho e a ideia arcaica de trabalhos ditos “masculinos” ou “femininos”, uma vez se trata de uma prática alternativa de agricultura que tem o pressuposto político e cultural da socialização do trabalho. Para nós isso se torna ainda mais interessante, pois é um tema recorrente nos trabalhos de campo e entrevistas, bem como nos espaços de debate no âmbito do MST. Esses fatos reforçam nossa decisão de na segunda fase da pesquisa iremos dedicar atenção maior para este tema.

Ainda sobre o levantamento bibliográfico, nos chama atenção as discussões que têm sido feitas no âmbito da América Latina. As discussões sobre campesinato que temos acompanhado em países latinos (Argentina, Peru e Colômbia) ressaltam a agroecologia como possibilidade de reprodução eficiente. Isso nos despertou para a necessidade de aprofundar nossos entendimentos sobre a agroecologia na América Latina, e por isso realizamos estágio com duração de quatro meses (novembro de 2016 a abril de 2017) no México³, a fim de conhecer melhor essas discussões em nível regional e expandir entendimento das discussões que temos feito no Brasil, em especial no Pontal do Paranapanema.

³ Esse estágio foi viabilizado por meio do BEPE, EXPERIENCIA CAMPESINA EN MÉXICO. PRÁCTICAS AGROECOLÓGICAS Y RESISTENCIAS POR LA TIERRA EN LOS ESTADOS DE PUEBLA, OAXACA Y CHIAPAS, (FAPESP Processo 2016/20075-3), na Universidad Autonoma Metropolitana, Unidade Xochimilco, sob supervisão do Prof. Dr. Francisco Luciano Concheiro Borquez.

O levantamento de informações primárias está sendo realizado através dos trabalhos de campo periódicos junto aos assentamentos rurais que compõem o recorte da pesquisa. (Mapa 1).

Nossa proposta de trabalhos de campo bimestrais não só está sendo atendida, como estamos conseguindo aumentar a frequência das visitas, tendo em vista que também colaboramos nas atividades do Projeto Temático. Isto é, estamos realizando trabalhos de campo juntamente com outros colegas que compõem outras Equipes de pesquisa. Isso tem sido fundamental para compreender as dinâmicas e fazer o acompanhamento do trabalho das famílias camponesas, no âmbito da dinâmica capitalista regional, a fim de analisar nosso objeto de estudo.

Nos valemos da afirmação de Santos (1999, p. 120) quando diz que,

A importância do trabalho de campo não se limita apenas a ouvir as pessoas; ao sentido que elas são às coisas; ao terminado. Nem tampouco ao real como fato realizado e acabado. A importância do empírico, portanto, é promover contato, ou seja, é a análise voltada para as tendências de interpretações que os pesquisadores promovem do mundo, num movimento dinâmico orientado pelas determinações sociais do seu lugar. Tal procedimento implica na compreensão do vivido, o qual deriva dos atos práticos que as pessoas, a partir de suas organizações sociais, vão construindo no tempo e espaço.

Portanto, a possibilidade de compreensão da dinâmica dos fenômenos só está sendo alcançada porque estamos conseguindo vincular as informações e entendimentos que extraímos das com a pesquisa de campo, e a interação desses fenômenos com os demais fatos sociais, os debates e polêmicos que os envolve. É nesse movimento da práxis que estamos conseguindo apreender os principais objetivos estabelecidos no Projeto de Pesquisa.

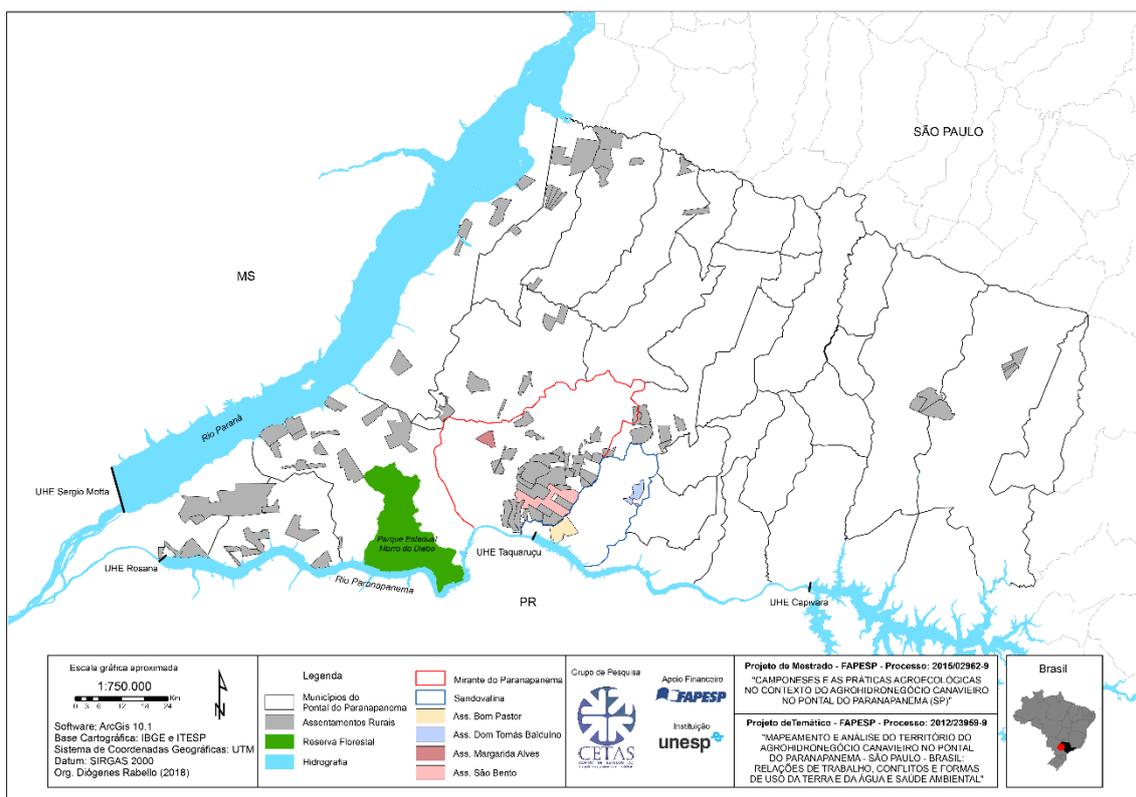
Portanto, o processo de pesquisa envolve diversas fontes e mecanismos. O trabalho de campo, no nosso caso, está sendo a principal ferramenta para a compreensão do objeto de estudo. Neste sentido, o levantamento bibliográfico bem como as informações secundárias (dados quantitativos) estão oferecendo suporte para a análise e compreensão feitas em campo.

Como técnica para o levantamento de informações primárias estamos utilizando as entrevistas semi-estruturadas. Este formato de entrevista permite que o pesquisador obtenha informações necessárias para a pesquisa através de um diálogo aberto com os sujeitos, no qual há possibilidade de discutir os assuntos abordados de forma mais completa. Para Minayo et al (2005) a entrevista semiestruturada é uma conversa com finalidade, e ressalta que sua forma de organização que combina perguntas abertas e fechadas permite ao pesquisador e ao pesquisado ter um diálogo flexível tendo a possibilidade do entrevistado discorrer sobre tema em questão sem se prender às perguntas tal como são formuladas. Esta ferramenta tem sido eficiente para o levantamento das informações primárias, e temos sentido que estamos alcançando resultados bastante satisfatórios, já que todas as entrevistas que realizamos até o momento foram ricas em informações e criaram momentos de diálogos fortes e sem imprevistos.

Vale lembrar, que nossa vinculação ao Projeto Temático tem possibilitado a consciência de que o trabalho coletivo permite abrir nosso horizonte de análise e confirma a necessidade de investigar temas transversais que nos despertam para nossos entendimentos sobre o objeto de estudo.

Nesta primeira fase do desenvolvimento do projeto optamos por acompanhar a Equipe 12 "Metodologias de pesquisa (qualitativa, quantitativa, acesso a Banco de Dados", do Projeto Temático. Esta equipe está realizando trabalhos de investigação com camponeses, assalariados das agroindústrias canavieiras, serviços públicos de saúde etc. Em suma, todos os sujeitos que estão envolvidos na relação capital x trabalho e aqueles atingidos pela degradação que as atividades das empresas canavieiras causam. Sendo assim, temos acompanhado os trabalhos de campo, reuniões de trabalho e demais atividades que esta equipe tem desenvolvido. Isso tem possibilitado expandir nosso foco de estudo e conhecer novas dimensões da realidade do trabalho no Pontal do Paranapanema, que atingem indireta e diretamente a produção agroecológica, e mais que isso, a consciência agroecológica. No total, foram visitados oito assentamentos em quatro municípios, sendo que dois compõem nosso recorte de pesquisa (Mapa 01).

MAPA 01: Assentamentos Rurais pesquisados



Considerando que os sujeitos estabelecidos para nossa pesquisa são os camponeses, devemos tecer algumas considerações sobre o processo de entrevista neste caso.

Camponeses são sujeitos que carregam consigo traços de uma identidade muito específica, e eles prezam por mantê-la. A ideia do “jeca”, o “caipira”, o “xucro” e todos os outros estereótipos criados em torno da figura do camponês acabam por criar (no universo das vaidades) uma distância muito grande entre ele e o sujeito pesquisador, que por sua vez carrega o estereótipo do “culto”, “inteligente”, “entendido”. Isso por si só já se torna um grande desafio para aqueles que fazem entrevista com camponeses.

Se não bastasse, agregam-se a isso outros elementos. No caso do projeto em questão, tratar com os camponeses sobre as formas de trabalho está sendo um desafio à parte. Acreditamos que toda forma de trabalho desenvolvida pelos camponeses em sua luta pela permanência da terra é válida. Desta forma, entendemos, por exemplo, o assalariamento temporário, que se refere aos camponeses que vendem força de trabalho para as agroindústrias canavieiras,

como condição para se manter na terra com a família, ou seja, para continuar camponês. No interior desse exemplo está submersa a disputa territorial e outras faces que compõem o conflito pela acesso à terra e à água, onde o capital se utiliza da mão de obra camponesa única e exclusivamente como estratégia para justificar seu discurso de geração de renda, tentando reforçar a ideia da impossibilidade do camponês viver no campo. A esse respeito Thomaz Junior (2009), e estudos posteriores seus e do CEGeT, apontam para a dimensão político-estratégica do avanço da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, em escala industrial e em grandes extensões de terras em formato espacial de monocultura, especialmente para legitimar a grilagem das terras devolutas sob posse ilegal dos latifundiários/pecuaristas⁴. Uma vez que este camponês está sujeito às contradições de classe e é fruto de uma sociedade desigual e em crise, ele se veem diante da necessidade de se envolver com diversas atividades em busca de renda. Como exemplo, o camponês durante um período do dia é assalariado nas empresas canavieiras e nos interstícios dos turnos de trabalho desenvolvem suas atividades produtivas dentro do lote, o que de pronto define situações de jornadas de 18 a 20 horas diárias.

Para os camponeses a entrevista que aborda assuntos deste nível causa bloqueio. Em um primeiro momento eles temem a perda da terra, pois trabalhar fora do lote pode causar implicâncias com os órgãos responsáveis pela gestão dos Assentamentos (INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo). Por outro lado, a fala do sujeito será sempre medida para preservar seu emprego e seus modos de vida, então ele dificilmente fará relatos referentes às condições precárias de trabalho, por exemplo, para não correr o risco de perder o emprego.

Neste sentido, estamos sempre atentos para preservar a identidade do sujeito. Thompson (1935) já alerta para este fato desde a preparação do roteiro de perguntas, que deve sempre evitar perguntas diretas que possam constranger o entrevistado. Os assuntos mais rebuscados e problemáticos estão

⁴ Esse assunto foi retomado, ampliado e aprofundado na tese que embasou o Concurso para professor Titular do Professor Antonio Thomaz Junior, realizado em novembro de 2017, sob o título "O trabalho me impõe desafios renovados e me ocupa à autocrítica de uma obra inacabada".

sendo questionados no terceiro e no quarto momento de encontro/entrevista com os sujeitos, pois pretendemos dispor de abordagem que facilite a relação entre entrevistado e entrevistador.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar, de antemão, é a importância da construção cartográfica da pesquisa. Os mapas têm sido para nós um recurso didático imprescindível na apresentação de informações construídas durante a pesquisa, nas análises e interpretações destas informações e para a representação mais didática e rápida interpretação dos conteúdos abordados. O domínio de ferramentas de geoprocessamento, como os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) é algo importante para a formação e conclusão do trabalho. Embora a aquisição destes pacotes não seja possível, devido ao alto custo que se cobra pela concessão de uso, pudemos contar com o apoio de infraestrutura da UNESP/FCT e do Laboratório de Geocartografia⁵ da instituição para a confecção dos mapas. Além disso, a formação em cartografia e geoprocessamento através do curso de Geoestatística e SIG⁶ tem sido fundamental para isso.

⁵ O Laboratório de Geocartografia é coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi, e possui licença para o uso de SIGs, como o ArcGis 10.3, software utilizado para a elaboração dos mapas da dissertação.

⁶ Este curso foi oferecido pelo Prof. Dr. Edilson Ferreira Flores e pela estudante de geografia Lenira André, através do Projeto Temático "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental" (Processo FAPESP 2012/23959-9).

CAPÍTULO 1

LUTA PELA PERMANENCIA NA TERRA E CONFLITOS: CAMPESINATO x AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

1.1 O campesinato, suas formas de expressão no trabalho e na vida, e na organização social.

Uma característica determinante nas pesquisas das ciências sociais, pelo menos aquelas que se dedicam ao estudo de cunho qualitativo é a construção de um objeto de estudo tendo como referência principal o sujeito social, no nosso caso este sujeito social é identificado teoricamente e defendido politicamente como camponês, assentado oriundo da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Sujeito esse central no conflito pelo uso e posse da terra, e fundamental para o desafio da construção da agroecologia, já que não faria sentido pensar em conflito territorial no Pontal do Paranapanema sem considerar que há uma disputa pelo acesso à terra, e à água, à luta pela permanência na terra, vinculada diretamente na luta de classes, e impossível imaginar uma agroecologia sem a participação camponesa.

Shanin (2005) nos lembra que já nos inícios desta sociedade capitalista, onde ainda caminhávamos rumo à entendimentos mais concretos do que essa onda de transformações de âmbito econômico e social iria resultar, haviam aqueles mais pessimistas que não enxergavam alternativas ou saídas para qualquer modelo de sociedade contrária que pudesse conviver com o capitalismo. Havia a preocupação de que qualquer outra forma seria imediatamente substituída este novo modelo. Mas o campesinato experimentou um caminho diferente, pois embora houvesse uma preocupação com uma completa subsunção do campesinato pelo capitalismo, ele tanto se manteve quanto se reproduziu. O autor cita o exemplo do México, país capitalista onde ainda há o predomínio de uma população que vive no campo, onde 54,1% das propriedades de terras são destinadas para indígenas e camponeses⁷.

⁷ Cf. López Bárcenas (2017).

A discussão sobre o campesinato nem sempre esteve presente nos estudos geográficos. Marques (2008), afirma que os estudos com camponeses começam a ser cunhados a partir da década de 1950, no momento em que as Ligas Camponesas surgem como uma das primeiras forças políticas na luta contra a concentração fundiária e pelo acesso à terra. Ainda segundo a autora, o conceito de campesinato começa a ser desenhado tendo como perspectiva a diversidade das formas sociais pautadas na relação de trabalho da família e formas distintas de acesso à terra, como: a posse, a parceria, o foro, o arrendamento etc. Antes disso, o que se entendia por camponês estava diluído nas definições específicas de cada região (caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, caiçara no litoral paulista, colono ou caboclo no Sul). São definidos ainda alguns elementos comuns, como a centralidade do papel da família no processo de organização da produção e na constituição de seu modo de vida, baseado no trabalho com a terra (MARQUES, 2008).

Há alguns apontamentos importantes para serem lembrados quando nos referimos às diferenças entre o sistema de produção capitalista na terra e os modos de vida do campesinato. De acordo com Kautsky (1986),

Sob o regime da produção simples de mercadorias o mais-produto assume a forma de mercadoria e um valor que não pode ser chamado ainda de mais-valia, porque nesse estágio da força humana de trabalho, se bem que ela produza valores, ainda não acusa nenhum valor próprio (pelo fato de não constituir mercadoria). O valor decorrente do mais-produto então reverte ao trabalhador; ele pode utilizá-lo para melhorar o bem-estar de sua família, para adquirir bens de consumo mais ou menos refinados, para acumular reservas, ou mesmo para formar um tesouro, ou para aperfeiçoar, ainda, seus meios de produção (KAUTSKY, 1986, p. 43).

Para o autor, o avanço do capitalismo implicaria na fragilização da unidade produtiva camponesa, já que ela está imbuída de outra lógica de reprodução, que não a capitalista, e, portanto, não satisfaria a dinâmica industrial e econômica imposta em um sistema de produção capitalista de estágio avançado.

Em Chayanov (1981) veremos que:

Com efeito, o camponês ou o artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no

mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto de seu trabalho (CHAYANOV, 1981, p.138).

Chayanov, ao interpretar a dinâmica social dentro da unidade econômica camponesa vai nos dizer que o resultado do trabalho e a acumulação de capital para a família camponesa representam o aumento das bases e condições para a reprodução da unidade familiar, bem como a garantia para melhores condições materiais e técnicas de trabalho.

En otras palabras, podemos decir que en la unidad económica de explotación familiar los adelantos para renovar y formar capital se extraen del mismo presupuesto y están vinculados con el proceso de satisfacción de las necesidades personales y que, en todos los casos, su importe depende de la medida en la que pueden satisfacerse estas necesidades (CHAYANOV, 1985, p. 238).

Isso nos dá suporte para entender que o processo de trabalho dentro do campesinato é distinto daquele desenvolvido pela capital, o que se destina para sua reprodução ampliada.

Martins (1986), vai que dizer que:

[...] camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1986, p.22-23).

Na leitura do autor, o campesinato, mesmo estando alocado às margens da sociedade e subordinado ao sistema capitalista de produção, ele é um sujeito que persiste na resistência pela sua existência enquanto ser social na contraposição política, social e produtiva ao capital.

Oliveira (1991) complementa essa tese quando diz que,

Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-à a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, entretanto eles continuam lutando para conquista o acesso às terras em muitas partes do Brasil.

Adotamos a compreensão do campesinato de acordo com a primeira prerrogativa, na qual nos chama a atenção o autor. Os entendemos no bojo das imposições, relações e dinâmicas reprodutivas do capital, e qual tem resultados diretos sobre outras formas de vida e organização para o trabalho e a reprodução social diferentes e contrárias a ele.

Com o intuito de chegar a uma definição de campesinato, Paulino (2006) traça algumas diferenças entre os dois modelos de agricultura presentes no campo, no Brasil. Segundo a autora,

Enquanto na agricultura capitalista a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho, sendo as demais transacionadas no emaranhado das relações econômicas, nas unidades camponesas a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois o que elas têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra (PAULINO, 2006, p. 29-30).

O que temos de mais visível no campo quanto à distinção entre agricultura camponesa e agricultura capitalista está na forma como se caracteriza a propriedade. Na agricultura camponesa a propriedade se constitui com o propósito de terra de trabalho, cuja exploração se dá com base nas necessidades emergentes de reprodução social das famílias camponesas. Por outro lado, na propriedade capitalista a terra é objeto de negócio, caracterizada como instrumento de exploração do trabalho (de outrem) ou extração de mais-valia, sendo, ao mesmo tempo, também, objeto de acumulação de capital e reserva de valor.

Como defende Oliveira (2001), entender as tramas que se desenrolam no campo é, antes de tudo, uma questão política, portanto, “é fundamental nos estudos sobre o campo, respeitar o direito que o campesinato tem de se expressar politicamente” (OLIVEIRA, 2001, p. 49).

Portanto, os camponeses têm feito contraponto ao modelo de desenvolvimento capitalista para o campo. Enxergamos, portanto, a existência de dois modelos de desenvolvimento em disputa. De um lado, o agrohidronegócio que se impõe como hegemônico, com suas formas de controle do trabalho e da terra, e de outro lado, o campesinato que luta para se manter enraizado na terra, além de se envolver na luta pelo acesso à terra e à água, tendo suas bases alicerçadas na relação do homem com a terra, como forma de organização específica.

Neste sentido, percebemos que o camponês, depois de passar pelo processo de luta para conquistar a terra, persiste no enfrentamento para permanecer na terra. Trata-se da continuação da luta e da resistência, contra as formas de desterritorialização, impostas pelo capital, personificados em latifundiários/grileiros. Somado a isso, percebe-se uma ausência de políticas públicas que, de fato, possa atender as reais necessidades desses sujeitos. O que temos são políticas públicas que apresentam deficiências, tais como excesso de burocracia no acesso, limitação nas formas de aplicação dos recursos, dentre outras. Portanto, muitas são as lutas dos camponeses para permanecerem na terra, nos lotes, sendo que todas elas estão ancoradas em duas pretensões fundamentais: para se territorializarem na terra, e para permanecerem territorializados nela, ou seja, para permanecerem e para acessarem a terra (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Um elemento importante que deve ser lembrando nas discussões sobre campesinato é a expressão que este sujeito tem em diferentes contextos políticos e sociais.

O termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo [...]. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. (SHANIN, 2005, p.18).

O comportamento social do campesinato se relaciona diretamente com o contexto local de onde ele está inserido. Aqui nos baseamos na experiência do estágio desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A experiência de ter vivenciado alguns aspectos da realidade dos camponeses no Sertão nordestino nos fez refletir que características relacionadas à estrutura do Estado e sua forma de atuação no campo aproximam as realidades agrárias, pois elementos como a cesso ilegal à terra, ou posse, violência no campo, atraso no processo de reforma agrária, aliança entre capital e Estado para o desenvolvimento da agricultura capitalista, aliança entre capital e o latifundiário e outros estão presentes por toda parte. Por outro lado, aquelas características que remetem aos modos de vida e as identidades dos sujeitos apresentam aspectos que ligam o sujeito diretamente ao seu território, pois isso faz parte do resgate do saber-fazer e à tradição da lida com a terra associada à geografia local, que se difere de um lugar para o outro.

Neste sentido, queremos reafirmar que para defender que no Brasil existe uma diversidade de questões agrárias é preciso defender que há validade e cientificidade nas pesquisas desenvolvidas em escala local, pois elas respondem por desvelar aspectos intrínsecos à realidade concreta e subjetiva, enquanto que pesquisas desenvolvidas em escala mais abrangentes demonstram maiores dificuldades para adentrar nestes níveis de detalhes, porém podem indicar tendências e até direcionamentos das políticas públicas.

Voltando-nos para a realidade dos camponeses no Pontal do Paranapanema, podemos afirmar que há uma diversidade grande de formas de reprodução da vida, temos aqueles que se dedicam integralmente às atividades do lote, aqueles que vendem a força de trabalho para outras atividades externas ao assentamento, os que trabalham em outros fora do lote e dentro do assentamento (trabalhadores ligados à educação – professores e professoras, motoristas de ônibus escolar, merendeiras, agentes de organização escolar etc.; agentes comunitários de saúde; vendas/comércios; e outros), e aqueles que combinam duas destas jornadas de trabalho.

Pudemos observar que duas expressões do trabalho mais recorrentes são: aqueles que se dedicam integralmente às atividades produtivas do lote e aqueles que estão assalariados vendendo sua força de trabalho para atividades fora do assentamento, sobretudo para as atividades do setor agroindustrial canavieiro.

Os camponeses que vivem através do trabalho no lote têm se dedicado de forma majoritária na produção de leite. A produção de leite tem se configurado historicamente como a principal fonte de renda destas famílias, isso porque se dá, sobretudo, por três motivos principais, primeiro porque estas famílias ainda carregam consigo os resquícios ideológicos do sujeito latifundiário sobre o imaginário que associa riqueza material com o número de cabeças de gado no pasto, sendo assim, têm a idéia de que o principal investimento da família deve ser na compra de gado, e como eles não possuem condições materiais de competir na criação de gado de corte, para a produção de carne, eles se voltam para aquisição de vacas leiteiras.

Segundo, pudemos analisar que o discurso de que as terras nesta região não são próprias para o desenvolvimento da agricultura (por conta da estrutura física e química do solo) faz com que as famílias camponesas não tenham ousadia para partir para práticas alternativas na agricultura. Terceiro, o Estado tem reafirmado essa especialização na produção de leite nos assentamentos rurais por meio da elaboração de políticas públicas que privilegiem a aquisição de vacas leiteiras, sendo assim, os primeiros financiamentos que as famílias recebem para desenvolver suas atividades estão voltadas pra a produção de leite.

Porém, há cerca de 15 anos, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vivenciou-se outras atividades produtivas nos lotes, sobretudo a produção de alimentos. O PAA, segundo Leal (2017), nasceu em 2003, com o governo Lula, enquanto uma reivindicação dos movimentos sociais do campo para suprir uma antiga luta destes movimentos em relação a formas de garantir a comercialização dos alimentos produzidos pelas famílias camponesas no campo. A possibilidade de comercialização uma produção que até então era restrita ao consumo para a própria família, fez com que estes sujeitos iniciassem um tímido (porém importante) processo de recuperação da tradição de apostar na agricultura/produção de alimentos diversificados. Neste sentido, as famílias fortaleceram e expandiram as áreas destinadas às práticas de agricultura dentro do lote, com destaque para as hortas, frutas e a agricultura de quintal. Sendo assim, a produção de outros tipos de alimentos em diversidade foi ganhando espaço e dividindo tempo de trabalho das famílias camponesas.

Por outro lado, muito embora nestes últimos anos tenhamos vivenciado este importante processo de valorização de visibilização da agricultura desenvolvida pelos camponeses, devido aos vínculos com o PAA, neste período não conseguimos nos desvencilhar da necessidade de outros sujeitos camponeses se assalariarem nas atividades da agroindústria canavieira.

Diante de um cenário de raras políticas públicas (o próprio PAA teve uma grande retração no investimento de recursos para a continuidade do Programa), os camponeses acabam se vinculando ao trabalho nas atividades da cana-de-açúcar como forma de garantir a reprodução da sua família. Temos buscado compreender este processo contraditório com base na hipótese de que estes sujeitos, diante das dificuldades que lhes são apresentadas, estão se assalariando para conseguir se manter e buscar autonomia na terra. As narrativas que temos escutado nos mostram que os camponeses buscam o assalariamento no sentido de construir subsídios para melhorar sua capacidade técnica para desenvolver suas atividades dentro do lote com sua família, seja ter dinheiro suficiente para comprar novas e/ou mais vacas leiteiras, comprar novos e/ou melhores equipamentos e infraestruturas de trabalho ou realizar melhorias na casa da família.

1.2 O agrohidronegócio e sua capacidade de degradação ambiental e exploração do trabalho.

O agrohidronegócio⁸ enquanto modelo de desenvolvimento do capital no campo é conduzido por empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, sob referencial de alto grau de degradação ambiental dos recursos naturais e de intensa precarização do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009). A presença e desenvolvimento deste modelo no campo tem nos apresentado diversos elementos que nos leva a repensar as diversas outras realidades que conflitam constantemente com o avanço do agrohidronegócio, como por exemplo, o campesinato. Vale destacar que estes novos elementos nos exigem revisar conceitos como trabalho, resistência, saúde-doença, sustentabilidade etc. É

⁸ Estamos adotando a proposição teórica de Thomaz Junior (2009) para evidenciar que o interesse do capital no campo não se limita a apropriação da terra, mas também e simultaneamente da água, ou seja, o controle territorial se dá de forma articulada e simultânea.

nesta perspectiva que temos buscado desenvolver nosso projeto de pesquisa, encarando o avanço do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, junto com as transformações que ele tem causado na realidade agrária, social, ambiental da região, e suas implicações para as diversas formas de reprodução que os camponeses têm adotado e para a organização do trabalho familiar.

Essa forma de reprodução do capital no campo fundamenta-se para atender apenas os objetivos das empresas, as demandas econômicas do mercado, interno e externo, de açúcar e álcool, fundamentalmente, e não as demandas quanto à produção de alimentos, a segurança alimentar etc. A priorização da manutenção do abastecimento externo, por meio da *commoditização*, via a comercialização do açúcar é uma tendência do mercado, e, por isso, a necessidade de buscar índices de produtividade e eficiência que garantam vantagens comparativas dentro do mercado, impõem que os mecanismos de controle sobre o meio ambiente e os trabalhadores sejam fundantes, sendo, pois, esta é a marca do destrutivismo e da degradação sistêmica do capital (THOMAZ JUNIOR, 2017a).

Ademais, são características do agrohidronegócio canavieiro em geral, a concentração fundiária, a prática monocultora, o controle dos recursos naturais (terra, água e sementes), a degradação do trabalho, a manipulação de sementes/mudas transgênicas, o uso de agrotóxicos e, no Pontal do Paranapanema, tem-se o adicional da grilagem de terras, já que a maior parte dos canaviais são cultivados em terras devolutas (THOMAZ JUNIOR, 2017b).

O Brasil desde a sua formação já guarda características de exploração predatória da terra. Se retornarmos ao século XVI veremos que na realidade a Colônia se constituiu em fornecedor açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, e se fortalecendo no mercado mundial do açúcar como principal produtor e exportador. É dessa forma que a sociedade e a economia brasileira já mostrava sinais claros de que privilegiava o atendimento ao mercado externo (PRADO JUNIOR, 1945).

Oliveira (2001) também nos alerta para o fato de que no Brasil o “desenvolvimento” se dá através da fusão entre o capitalista e o latifundiário,

processo este originado no período da escravidão, tendo como resultado o fortalecimento da concentração de terras e da propriedade privada da terra. O mesmo autor ainda ressalta que as grandes extensões de terras se concentram nas mãos dos grandes grupos econômicos, e por isso têm função de reserva de valor e patrimonial, funcionando “como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais” (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Carvalho (2013) endossa a tese de que a finalidade da concentração de terras é a de mantê-las como reservas de valor. Contribui para a discussão acrescentando a ideia de que “essa acumulação via espoliação do campo, no Brasil, contemporâneo, é a resultante de um pacto estratégico da economia política entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público para a agricultura, a agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado” (CARVALHO, 2013, p. 3). E enquanto o agronegócio se desenvolve com base na exploração capitalista da terra, onde a produção gerada serve para o enriquecimento das grandes empresas multinacionais, ele suprime outras formas de organização da sociedade, como os camponeses, por exemplo.

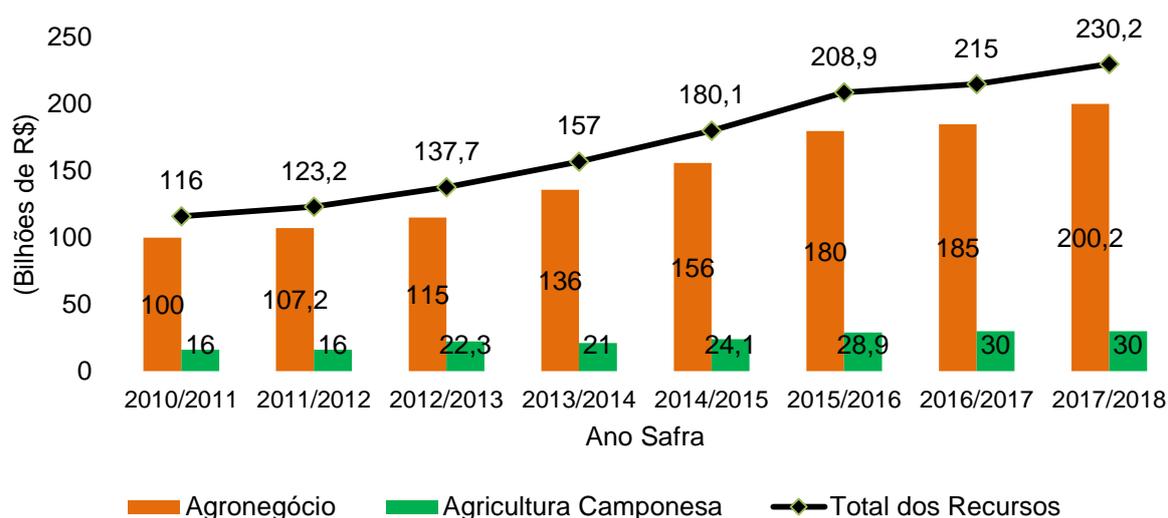
O desenvolvimento do agronegócio no Brasil se dá, também, graças a uma estrutura de poder existente no país. Segundo Freitas e Germani (2012):

[...] a supremacia da política agrícola é fragmentada na estrutura de poder do Estado, considerando segregação espacial da agricultura patronal e familiar representada de forma institucional pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), respectivamente- além da hierarquização orçamentária, na qual os recursos destinados para à agricultura familiar representam, em média, 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal (ainda que estes tenham aumentado significativamente nos últimos anos agrícolas) (FREITAS e GERMANI, 2012 s/n.)

A adoção de uma política agrária que privilegie o desenvolvimento do capitalismo no campo tem abandonado as pautas em torno da Reforma Agrária e das lutas sociais do campo, que defendem a agricultura camponesa. Isso está orientado pela distribuição dos recursos públicos destinados para o incentivo do agronegócio e do campesinato, já que os conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros conseguem desenvolver suas atividades contando com elevadas

quantidades de recursos financeiros, anos de carência, e possibilidades de isenção de impostos, enquanto aos camponeses resta parcela mínima de recursos (Gráfico 1).

GRÁFICO 01: Evolução dos recursos direcionados para financiamento da agricultura no Brasil



Fonte dos dados: MDA (2010 - 2016); MAPA (2010 - 2017); SEAD (2017).
Organização: Diógenes Rabello (2017).

Isso define que tipo de desenvolvimento para o campo que o Estado está adotando, já que o agronegócio está preocupado com a produção de *commodities*, com atenção para o mercado externo, e os camponeses são os responsáveis pela produção de alimentos. Nos apoiamos em Souza (2011), para reforçar a ideia de que o Estado tem cumprido um papel fundamental no incentivo para o avanço do capital agroindustrial canavieiro:

Os investimentos do Estado com a destinação de recursos, tanto na implementação de uma política agrícola quanto no apoio a pesquisas voltadas para o melhoramento da cana-de-açúcar ou das técnicas de produção, têm sido fundamentais para a garantia da expansão do capital no campo. Nessa perspectiva, destacam-se as políticas traçadas de incentivos à atividade canavieira, à modernização das técnicas agrícolas e à concentração fundiária. A reordenação do espaço agrário brasileiro foi a consequência da ofensiva capitalista representada por uma burguesia nacional (SOUZA, 2011, p. 214).

A evolução dos recursos despendidos pelo Estado para a agricultura no Brasil está dividida em dois setores: o MAPA e MDA. Esses dois organismos públicos têm atuado, historicamente, em escalas diferentes. Enquanto o MAPA tem incentivado a produção de *commodities* e o desenvolvimento do agronegócio, o MDA vinha subsidiando o planejamento das atividades da agricultura camponesa. Vale destacar que com o golpe político-midiático-jurídico, protagonizado por Michel Temer, extinguiu o MDA, dando ao governo golpista a cara de um (des)governo para os povos de campo, e reafirmando o seu caráter conservador.

Os recursos destinados ao agronegócio tiveram um acréscimo de R\$84 bilhões nos últimos oito anos-safra (2010/2011 – 2017/2018) anos, enquanto que para a agricultura camponesa foram apenas R\$14 bilhões, no mesmo período. Quando analisamos o montante de recursos, verificamos que para o ano-safra de 2017/2018 a agricultura camponesa recebeu apenas 13% do total dos recursos destinados pelo Estado para o agronegócio. Isso nos mostra que o agronegócio se desenvolve cada vez mais contando com a permissividade e incentivos do Estado, via recursos públicos. Se não bastasse isso, para este último ano-safra, o governo decidiu por liberar os recursos para a agricultura camponesas pelo quadriênio (2017/2020), conforme consta os matérias de divulgação do Plano Safra da Agricultura Familiar, enquanto que a destinação de recursos para o agronegócio continua inalterada para o formato ano-safra (junho de 2017/junho 2018). Isso nos faz pensar que não se trata de uma tentativa conservadora no sentido de criar estratégias de congelamento para os recursos da agricultura camponesa.

Ao analisar a estrutura produtiva que domina as formas de uso e exploração da terra veremos que ela está fundada no desenvolvimento da monocultura, principalmente para fins de produção de *commodities*. Este modelo produtivo está pautado na produção em larga escala, voltado para o atendimento de demandas, sobretudo do mercado externo. Para atender esta demanda há todo um rearranjo na estrutura de produção de mercadorias, que passa a ser baseada na modificação genética dos organismos, substituição do trabalho manual por máquinas, utilização massiva de agrotóxicos, tanto para controle de

pragas quanto para fertilização. Em síntese, exploração irracional e esgotamento dos recursos naturais são expressões da destrutividade desse processo.

Diante deste cenário o que podemos refletir sobre os desdobramentos para a sociedade e para o território está fundamentado no pressuposto de que o capital se faz valer do controle e subordinação do trabalho, tanto daqueles que estão inseridos diretamente neste processo, quanto os que não estão inseridos, mas que acabam sofrendo os impactos por causa da dimensão homogênea que esses processos possuem. Para os sujeitos que se inserem nos processos produtivos de *commodities*, destacamos que no geral são formas de trabalho precarizadas, considerando as condições de trabalho, as técnicas utilizadas, e as formas de coerção e controle das empresas sobre o trabalhador, traduzidas pela estrutura e organização do trabalho (hierarquias, promoções, fiscalização etc.).

A rede de relações na qual o capital está inserido lhe possibilita adquirir investimentos públicos e privados, e, conseqüentemente, lhe permite colher bons resultados, e isso se dá via facilitação do acesso a créditos, e por ter à sua disposição melhores condições (terras planas, férteis, com localização estratégica para a logística e transporte, e acesso à água, seja superficial ou subterrânea) (THOMAZ JÚNIOR, 2011).

Segundo Barreto (2012), a expansão do agrohidronegócio canavieiro na região do Pontal aconteceu em dois momentos, o primeiro caracterizado pela formação das primeiras lavouras de cana-de-açúcar e implantação das unidades agroindustriais canavieiras no final da década de 1970, durante o segundo período do PROALCOOL. O segundo momento desta expansão ocorreu a partir de 2005, também com a ajuda de incentivos do Estado, com o forte impulso na produção de veículos *flex-fuel* (THOMAZ JUNIOR, 2009; BARRETO, 2012).

As primeiras unidades agroindustriais se instalaram no Pontal do Paranapanema ainda na década de 1970, especificamente nos municípios de Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Nandiba, Caiuá, Regente Feijó e Caiabú. No passar dos anos de 1980 para 1990 o Estado freia seu protecionismo levando o setor canavieiro a passar por um processo de desregulamentação, resultando em um cenário de crise para o setor, inclusive com o fechamento de algumas

unidades. Diante disso o gerenciamento do setor deixou de ser de um órgão ligado ao Governo Federal, o Instituto do Açúcar e do Alcool, e passou a ser discutido dentro do Congresso Nacional. É neste momento que os empresários se unem aos latifundiários para fazer pressão sobre o Estado a fim de amenizar os efeitos da crise que o setor enfrentava, tendo como bandeira a manutenção do PROALCOOL, a renegociação de dívidas, liberação de recursos e redução de impostos (BARRETO, 2012).

A partir de 2003 o Estado atua para ampliar a matriz energética e, em um segundo plano, resgatar os empresários do setor canavieiro da crise que os atingia desde a década de 1990. O governo impulsiona o setor automobilístico, para a produção de carros *flex-fuel*. Thomaz Júnior (2009) aponta que essa ação foi o principal estímulo para a retomada da produção de agrocombustíveis e recuperação do setor canavieiro. O autor nos alerta que a retomada da produção de álcool combustível cumpre a agenda do discurso de produção de energia limpa a partir da produção de cana-de-açúcar. O Pontal do Paranapanema é atingido por essa nova fase do agrohidronegócio canavieiro, agora com incentivo do Estado, a partir de 2005. Neste momento há a efetiva expansão das lavouras e implantação de novas unidades agroindustriais. A partir de então, municípios como Sandovalina, Martinópolis e Mirante do Paranapanema recebem as primeiras plantas agroindustriais.

Conforme dados disponibilizados pelo Projeto Canasat⁹ (2015), que destaca como ocorreu a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar entre o período de 2003/2004 a 2013/2014, observa-se que enquanto no Estado de São Paulo cresceu 192,1%, no Pontal do Paranapanema alcançou 493,4% (Mapa 02) (Gráfico 2).

⁹ Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o principal objetivo do Projeto CANASAT é fornecer um levantamento de dados e elaborar mapas e tabelas referentes a cultura de cana-de-açúcar por meio de imagens de satélite (PILOTO, 2012).

MAPA 02: Evolução da área cultivada com cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2003 – 2016).

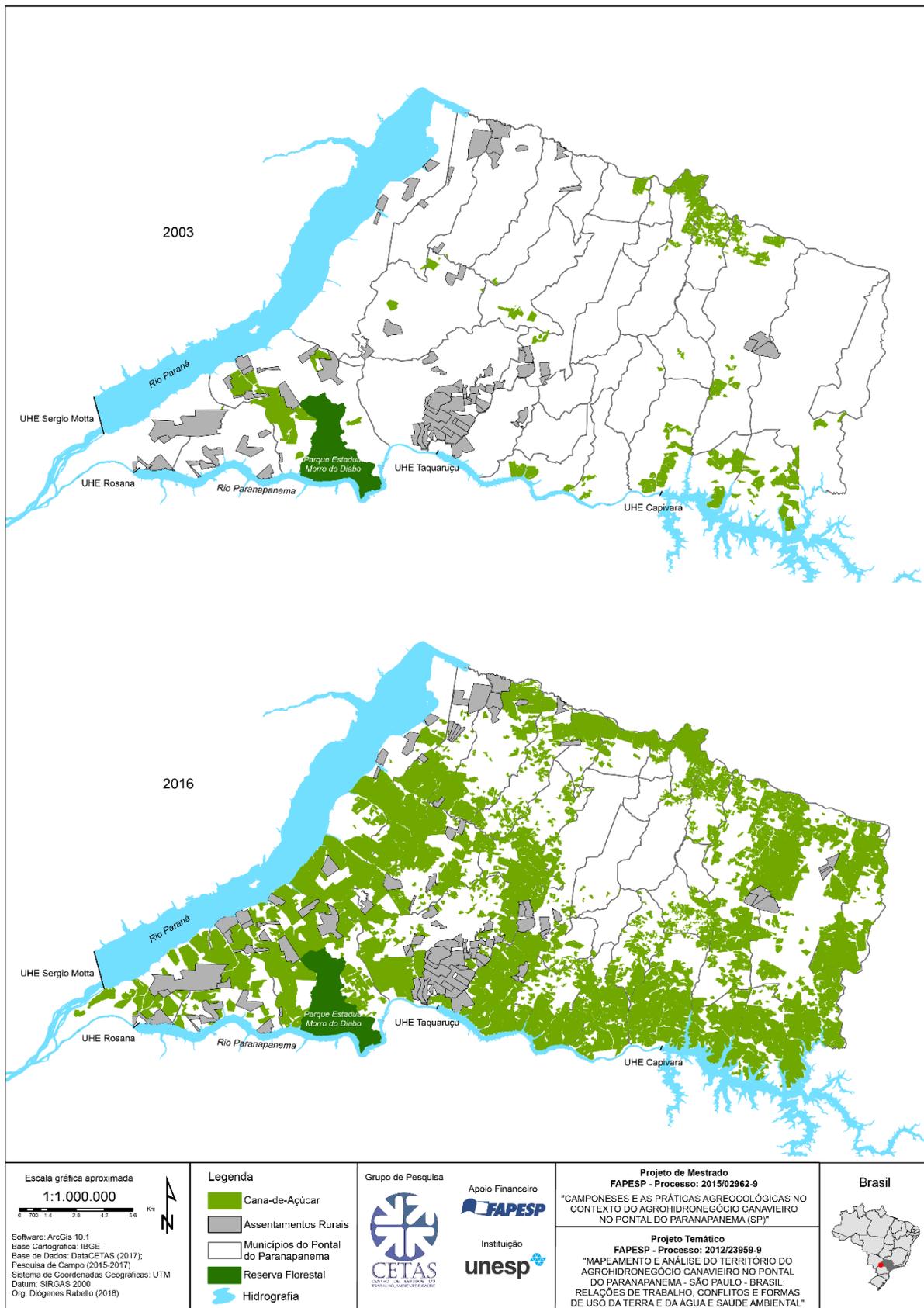
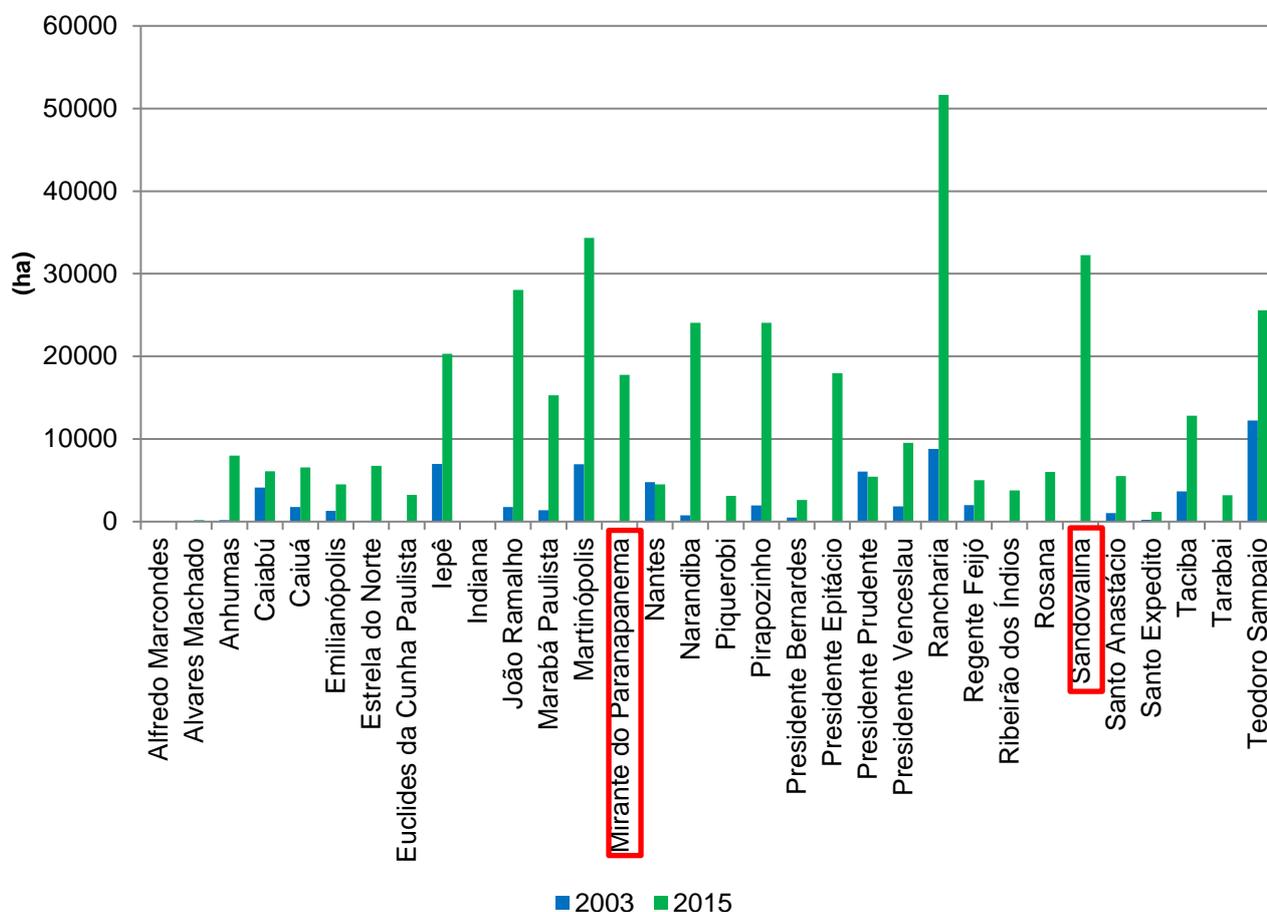


GRÁFICO 02: Avanço da área cultivada (ha) com cana-de-açúcar nos municípios do Pontal do Paranapanema (2003 – 2015)



Fonte dos Dados: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2015).
 Organização: Diógenes Rabello (2017).

Esses dados reafirmam que a monocultura canvieira tem sido importante para o *ranqueamento* do Estado de São Paulo como maior produtor de cana-de-açúcar, do Brasil, e têm apontado a necessidade enxergar a região do Pontal do Paranapanema como uma das porções do Estado responsável por essa “conquista”. Conforme nos mostra Thomaz Júnior (2013), 355 municípios, dos 650 municípios de São Paulo, são canavieiros e eles representam 60% da produção nacional; correspondem a 65% do total do álcool e do açúcar produzido no país; respondem por 35% do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola paulista e 8% do PIB agrícola nacional; e está territorializado por aproximadamente 6,5 milhões de hectares, sob a influência de 160 unidades agroindustriais. A Figura

01 nos mostra como se dá a composição da paisagem para o agrohidronegócio canavieiro no Pontal, ou seja, não há composição para a paisagem, ela se torna totalmente homogênea cabendo somente a cana-de-açúcar, sem lugar para outras formas de produção.

FIGURA 01: Paisagem do município de Sandovalina com a presença da cana-de-açúcar.



Fonte: UMOE Bioenergy. Disponível em: www.umoebioenergy.com. Acesso em: novembro de 2017.

Esses elementos iniciais nos apresentam o cenário de conflito no e pelo território no Pontal do Paranapanema. A concentração fundiária afirmada e incentivada pelo Estado, com a destinação de créditos financeiros é um dos incentivos para que os camponeses se organizem em movimentos sociais para a luta pelo acesso e permanência na terra, e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem sido a principal organização social que luta pelos direitos da população camponesa. No Pontal do Paranapanema o MST têm protagonizado enfrentamento direto ao capital agroindustrial canavieiro com

o entendimento de que ele se apresenta como grande entrave para o avanço da reforma agrária, uma vez que está aliado aos latifundiários e ao Estado.

Desde o ponto de vista do nosso objeto de estudo, a concentração da terra e de políticas públicas é a base para o entendimento de outra forma de conflito que os camponeses têm vivido na região, que são as possibilidades e alternativas de reprodução dentro dos assentamentos. Com esse suporte (concentração de terras e de políticas públicas), as empresas vêm desenvolvendo suas atividades agrícolas com alto grau de tecnificação, sendo expressão disso a pulverização aérea de agrotóxicos nos canaviais.

Quando observamos as novas áreas de expansão dos canaviais vemos que elas estão cada vez mais próximas dos assentamentos rurais, ou seja, o conflito se faz no contato direto entre assentamentos rurais e a monocultura de cana-de-açúcar. Isso tem gerado uma diversidade de problemas para a reprodução dos camponeses que tentam apostar na agroecologia enquanto forma de organização do trabalho no campo, e acabam tendo suas atividades impactadas diretamente pelas agroindustriais canavieiras, e sua saúde diretamente atingida.

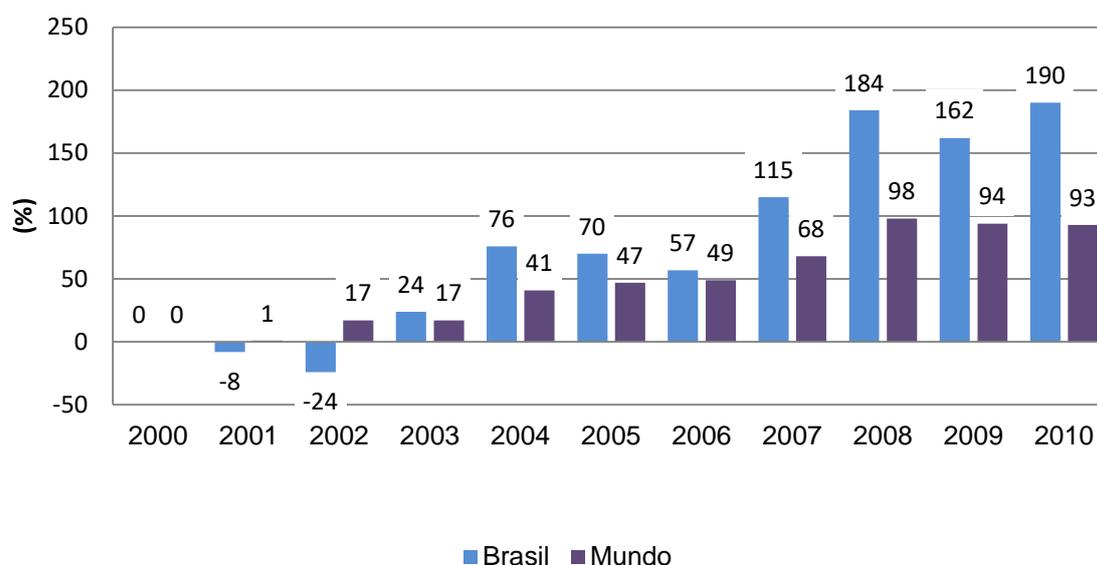
A aliança tríplice capital agroindustrial-latifundiários/grileiros-Estado tem legitimado a grilagem de terra (THOMAZ JUNIOR, 2017). A cana-de-açúcar alcançou para os latifundiários um objetivo fundamental para a manutenção da posse ilegal das terras griladas, algo que até então eles mantinham com um pouco mais de dificuldade, já que a vastidão de terras outrora ociosas com pastagens, agora estão utilizadas por cana-de-açúcar e outorgando a estas terras o caráter de “produtivas”, defendido pelo INCRA, causando um grande transtorno no processo de luta pela terra e retomadas das mesmas por parte do Estado, objeto de reivindicação do MST.

A utilização de agrotóxicos nas lavouras de cana-de-açúcar tem criado diversas dificuldades para a reprodução das áreas de cultivo dos camponeses, nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. Aqueles que optam por atividades alternativas em suas terras, como agroecologia, relatam que essa realidade traz dois grandes problemas fundantes para discutir o conflito entre monocultura canavieira e agroecologia. Ou seja: 1) os assentados se dedicam

ao desenvolvimento de práticas alternativas e orgânicas para adubação, fertilização e controle de pragas, aplicando técnicas de trabalho que não envolvem uso de produto agroquímico, cumprindo, portanto, os preceitos do processo produtivo agroecológico. Porém, com o contato direto que suas lavouras têm com a monocultura de cana-de-açúcar, ou propriamente com a contaminação originada da aplicação de agrotóxicos, em consequência do efeito deriva, acabam tendo seus alimentos contaminados; 2) o problema da pulverização aérea implica diretamente na criação de uma certificação para os produtos agroecológicos. A certificação tem sido entendida pelos camponeses como uma estratégia importantíssima no que se refere à comercialização justa dos seus produtos, e como não conseguem certificação para seus produtos, são obrigados a comercializar os alimentos agroecológicos como produtos convencionais.

Segundo Bombardi (2012), houve no mundo todo um aumento vertiginoso em relação ao consumo de agrotóxicos na última década (Gráfico 03), isso se deu, sobretudo com base em dois elementos: a transformação do alimento em combustível e a transformação de alguns produtos em *commodities*.

GRÁFICO 03: Taxa de crescimento do número de vendas de agrotóxicos no mercado – Brasil e Mundo (2000-2010)



Fonte dos Dados: Pelaez e outros (2012) – Retirado de Bombardi (2012).
Organização: Diógenes Rabello (2017)

Conforme demonstra o gráfico acima, o Brasil tem se destacado enquanto grande mercado consumidor de agrotóxicos, superando sobremaneira a taxa média de crescimento das vendas de agrotóxicos no mundo. Somente para o ano de 2010, enquanto a média mundial de vendas cresceu 93%, no Brasil as vendas cresceram 190% no mesmo ano.

Quando observamos os dados referentes ao consumo de agrotóxicos por cultura, veremos as grandes produtoras de *commodities* são as que mais consomem veneno (Gráfico 03):

O Gráfico 03 nos ajuda a reafirmar a ligação entre consumo de agrotóxicos e produção de *commodities*, já que demonstra que a venda de agrotóxicos se dá, sobretudo, para as três das maiores culturas exportadoras de *commodities* no Brasil (soja, milho e cana – açúcar), estas três culturas juntas respondem por quase 70% das vendas de agrotóxicos no Brasil.

Conforme aponta Bombardi (2012), a manutenção de um modelo de agricultura baseado no consumo intensivo de agrotóxicos produz uma relação constante entre arcaísmo e modernismo, já que para manter o alto desempenho de produtividade, o agrohidronegócio ainda se sustém na aliança latifúndio-monocultura.

A problemática dos agrotóxicos já é demasiada aguda quando nos atentamos para os impactos na saúde humana, e (se é possível afirmarmos que há como piorar) essa problemática multiplica quando nos deparamos com as questões de ordem política e econômica que envolve os agrotóxicos.

Segundo Bombardi:

[...] há uma forma específica do capital se apropriar da agricultura que, aliás, é a sua grande forma de lucrar no campo. Esta especificidade da reprodução do capitalismo vinculado à agricultura se dá de forma indireta. Ou seja, as grandes indústrias voltadas para a agricultura não precisam produzir diretamente no campo, mas encontram formas de subordinar a produção no campo.

A reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra (seja ela camponesa ou não) ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir.

Com o advento dos transgênicos, esta subordinação fica “selada” em todas as suas pontas. Desde as sementes, passando pelos fertilizantes e chegando, finalmente, ao veneno “adequado” à semente comprada (BOMBARDI, 2011, p. 3).

Ou seja, para o capital é muito mais fácil de reproduzir se ele dispuser de terras em larga escala, nos territórios camponeses eles não conseguem monopolizar a terra, então uma das saídas encontradas para se apropriar do trabalho e renda dos camponeses é a subordinação, que vai desde o controle das técnicas de produção até os mercados de circulação dos produtos.

Isso tem garantido que no Brasil o uso de agrotóxicos seja realizado de forma indiscriminada, já que o setor agrícola avança sob a defesa e garantia de por parte do Estado. A agravante, no caso do Brasil, é a permissividade quanto ao uso de agrotóxicos, pois enquanto alguns deles já foram proibidos em outros países, aqui são utilizados sem restrições. Conforme Vasconcelos (2018),

Críticos do emprego de intensivo de pesticidas sustentam que, mesmo usando diferentes critérios, o país se figura entre os líderes no consumo destas substâncias, com o agravante de que muitos defensivos vendidos no país não são permitidos em nações desenvolvidas (VANCONCELOS, 2018, p. 23).

Os dados apresentados na tabela abaixo representam as quantidades de agrotóxicos comercializados no Brasil, em toneladas e sua classificação quanto ao uso. Vale o destaque para a Atrazina e o Acefato, duas substâncias já proibidas na União Europeia.

TABELA 01. Vendas de agrotóxicos no Brasil, em 2016.

SUBSTÂNCIA	CLASSIFICAÇÃO DE USO	QUANTIDADE (mil ton.)
Glifosato	Herbicida	185,6
24-D	Herbicida	53,4
Mancozebe	Fungicida	33,3
Atrazina	Herbicida	28,6
Acefato	Inseticida e Acaricida	24,8
Carbendazim	Fungicida	13,3
Dicloreto de Paraquate	Herbicida	11,6
Imidacloprido	Neonicotinoide	9,1

Fonte: IBAMA.

Organização: Vasconcelos (2018).

A discussão em torno do uso e impacto dos agrotóxicos deve ser cada vez mais problematizado, a ciência geográfica tem dedicado atenção especial para isso. Concordamos com Bombardi (2011) quando afirma que o impacto dos agrotóxicos para além de social, é geográfico.

O uso de agrotóxico nos moldes em que vem ocorrendo no país tem sido – como procuramos esclarecer no artigo especialmente através dos mapas elaborados – nefasto não só do ponto de vista sócio-econômico, como também ambiental e sanitário (BOMBARDI, 2012, p. 20).

Ou seja, a problemática dos agrotóxicos tem afetado de forma generalizada em diversas escalas os sujeitos e o ambiente. Como se os problemas sanitários já não fossem uma catástrofe por si só, já que ele responde por impactos diretos para o ser humano através da contaminação e intoxicação, há um forte impacto sócio-econômico, pois a utilização massiva dos agrotóxicos não se acontece somente pela permissividade e falta de controle e fiscalização na intensidade de utilização, senão, também pelo apoio financeiro que o Estado dedica ao setor agrícola-empresarial. E, ainda, temos o problema com as questões de ordem ambiental. Em relação a isso vale destacar que o processo de contaminação a partir do uso de agrotóxicos não se limita aos resíduos que se depositam na folhagem das árvores e plantas, tão pouco em relação às partículas de veneno suspensas no ar e outras que correm para os lençóis freáticos e pelas águas superficiais, se não bastassem estes problemas para dizer um basta à utilização de agrotóxicos lembramo-nos de outro tão importante quanto estes, que é a discussão entorno da água virtual, a qual está centrada na agricultura. No caso da cana de açúcar, segundo o portal NovaCana.com, são 21.000 litros de água embutidos no processo de produção do etanol (Tabela 02).

TABELA 02. Quantidade de água utilizada no processo de fabricação do etanol por setor e processo.

SETOR	PROCESSO	USO MEDIO (M ³ /ton. de cana total)
Alimentação	Lavagem de cana	5,33
Extração (moendas)	Embebição	0,25
	Resfriamento de Mancais	0,15
Tratamento de Caldo	Preparo de Leite de cal	0,01
	Resfriamento na Sulfitação	0,05

	Embebição dos filtros	0,04
	Condensadores dos filtros	0,30
Concentração do Caldo	Condensadores / multijatos evaporação	2,00
	Condensadores / multijatos cozedores	4,00
	Diluição de méis	0,03
	Resfriamento cristalizadores	0,05
	Lavagem de açúcar	0,01
Geração de Energia	Produção de vapor	0,50
	Resfriamento turbogeradores	0,20
Fermentação	Resfriamento do caldo	1,00
	Resfriamento de dornas	3,00
Destilaria	Resfriamento condensadores	4,00
Outros	Limpeza de pisos e equipamentos	0,05
	Uso potável	0,03
Total		21,00 m³/ton.

Fonte dos Dados: Portal NovaCana.com (2013). Acesso: 18 de agosto de 2017.
Organização: Diógenes Rabello (2017).

Estes valores representam somente o volume de água embutido na produção do etanol, porém quando devemos ressaltar que este valor irá aumentar consideravelmente quando olhamos o processo de produção da cana-de-açúcar e todos os subprodutos gerados a partir da cana-de-açúcar (açúcar e plástico, por exemplo).

1.3. Os conflitos no campo político e ideológico para a superação da cultura do veneno.

Um dos grandes desafios para a agroecologia tem sido a desmistificação da dependência do uso de agrotóxicos. Na prática cotidiana, a Revolução Verde trouxe uma perspectiva de agricultura a produtividade só é alcançada pelo uso de agrotóxicos nos processos produtivos, e essa ideia foi sendo incorporada para os camponeses causando uma adaptação generalizada das suas técnicas para o uso de veneno. Assim, criou-se o ideário de que o agrotóxico passa a ser componente obrigatório do processo de trabalho no campo para os camponeses.

Nos latifúndios e para as práticas do agrohidronegócio, o uso de agrotóxicos é atrelado e intrínseco às outras fases do processo produtivo. A

adoção de sementes geneticamente modificadas e a degradação do solo criaram dependência direta para a quimificação da agricultura.

Então, a dependência ao uso de agrotóxicos foi algo construída com interesses políticos específicos de subverter a função social da terra. Sendo assim, se foi construído, é passível de ser desconstruído, e esse tem sido o desafio da agroecologia na sua perspectiva política de difundir outro paradigma para a organização do sistema produtivo na terra.

Nesse campo de disputas ideológicas, o capital tem ganhado cada vez mais forças na propagação do discurso do uso de agrotóxicos. No Brasil, esse discurso é sustentado pelas figuras políticas controlam o poder legislativo. A Frente Parlamentar da Agropecuária, mais conhecida como Bancada Ruralista ou do Boi, se configura como uma das maiores e mais organizadas forças parlamentares brasileiras (Figura 02), congregando latifundiários produtores de *commodity* em todas as regiões de Brasil; grandes pecuaristas do Centro-Oeste; os responsáveis pelo desmatamento desenfreado na Amazônia brasileira; grandes empresários do setor agrícolas (agrotóxicos, sementes, equipamentos agrícolas e etc).

A Bancada Ruralista tem criado estratégias e se articulado em bloco no sentido de garantir a forma de distribuição dos recursos financeiros para agricultura centrada na priorização do desenvolvimento do agrohidronegócio, manter a estrutura fundiária baseada na concentração de terras, trabalhar para possibilitar a liberação do uso de agrotóxicos. Ou seja, assegurar condições plenas para a reprodução do capital agroindustrial e pecuário no campo.

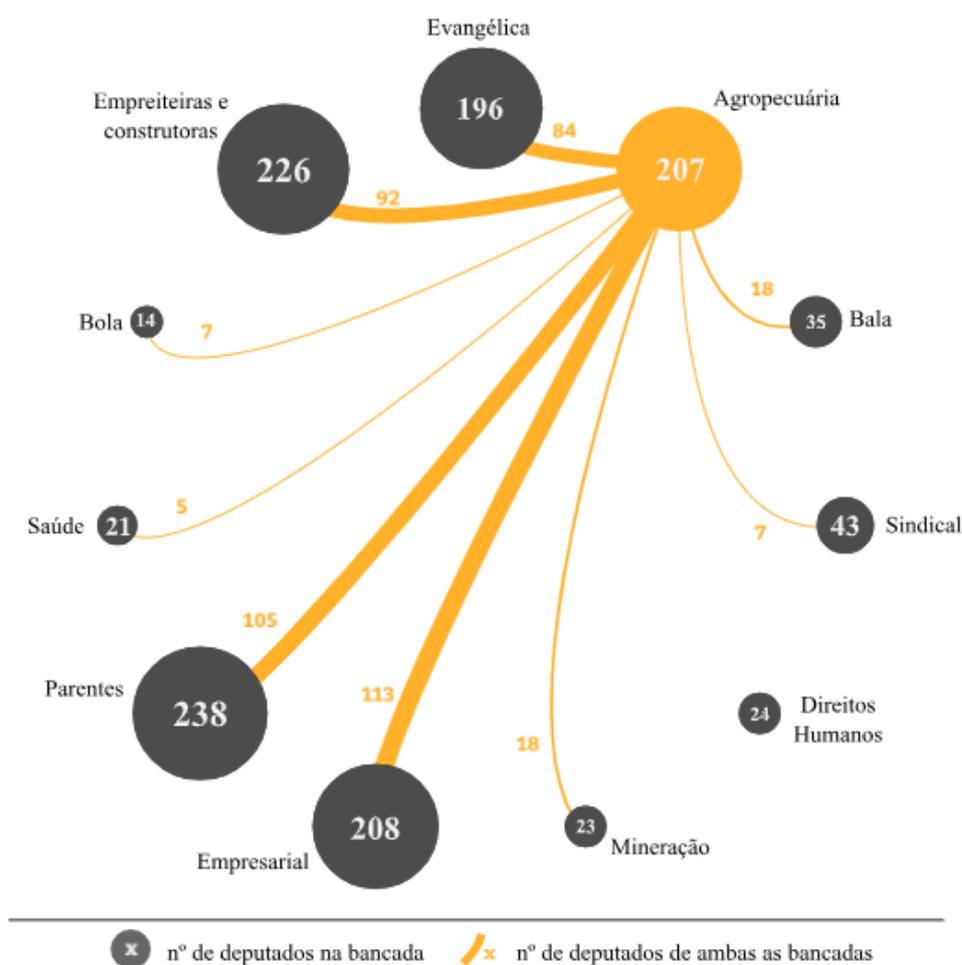
Um dos efeitos alarmantes da organização da Bancada Ruralista para garantir seu predominância no centro do poder é o acirramento e intensificação dos conflitos no campo, de acordo com Feliciano e Mitidiero Jr. (2018),

As balas do latifúndio somam-se às armas do Estado, que costuma, em “nome da lei”, tirar a vida de homens e mulheres que lutam pela terra ou lutam para permanecer na terra de trabalho. A polícia do povo brasileiro sempre foi uma polícia para os latifúndios nas demandas por terra. Por tudo isso, a violência no campo brasileiro não pode ser considerada apenas como crimes decorrentes de disputas e conflitos territoriais, mas, sim, como crimes políticos. São assassinatos políticos que visam destruir organizações sociais de luta por justiça social. Não são

crimes individuais, são crimes com repercussão coletiva (MITIDIERO JR., FELICIANO, 2018, p. 238).

Os conflitos surgem porque os sujeitos organizados constroem frentes de atuação para promover resistência, sobretudo mediatizados pelos movimentos sociais de campo e organizações sociais. Desta forma, as diversas estratégias de resistências adotadas por eles, como as ocupações, manifestações, atos, etc, confrontam diretamente os interesses políticos individuais e privilégios sob os quais os grandes proprietários de terras e empresários agrícolas e pecuários estão alicerçados. É desta relação que nasce o conflito (FELICIANO, 2016).

Figura 02. Composição do Congresso Nacional em “Bancadas”



Fonte: Medeiros; Fonseca (2016).

No sentido de enraizar o discurso predominante das “vantagens” do agrohidronegócio e promover a ideia de que ele tem papel único do desenvolvimento econômico para o Brasil, o Estado têm criado um potente aliança com a mídia brasileira, capitaneada, sobretudo, pela Rede Globo de Televisão. Em junho de 2016 a emissora passou a exibir uma propaganda criada por ela mesma intitulada “AGRO: A indústria-riqueza do Brasil”, uma estratégia de marketing televisiva para demonstrar as vantagens econômicas trazidas pelo agrohidronegócio no Brasil. Se apropriando de jargões como “A Agro é Pop, o Agro é Tech, o Agro é Tudo” (Figura 03), a campanha

[...] faz parte de uma ofensiva ideológica do latifúndio, por meio do monopólio da imprensa, com o intuito de construir uma imagem perante ao povo de que o latifúndio é “a indústria riqueza do Brasil”, de que é o latifúndio que “desenvolve” o país. Nesse cenário, se opor ao latifúndio é “colocar-se contra o crescimento econômico e o desenvolvimento da Nação” (ALVES, 2017, s/p).

Figura 03. Marketing para o agrohidronegócio promovido pela Rede Globo.



Fonte: Grupo Globo de Comunicação, 2018¹⁰.
Organização: Diógenes Rabello, 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9z3Nnzi038> Acesso em: 26 set. 2018.

De acordo com Souza (2011),

E, nesse sentido o poder e as relações de poder neoliberais como práticas capilares insidiosas que são produzidas/incorporadas por essas mídias acabam por circular como verdades nos espaços públicos combinando arranjos nos lugares e interagindo produtivamente nos territórios (SOUZA, 2011, p. 19).

Paralelo a isso, houve uma manobra do capital no sentido de retirar a palavra agrotóxicos do cenário, incorporando o termo “defensivos fitossanitários”, popularizando a ideia de que há algum tipo de bem-estar no uso de agrotóxicos e retirando o peso político denunciatório de risco presumido que há no termo agrotóxico. Essa estratégia, também de marketing, atingiu a população de forma que o termo defensivo fitossanitário passou a circular nos espaços de veiculação de qualquer elemento vinculado aos agrotóxicos. Em contraposição a isso, neste trabalho reafirmamos que estes produtos são **agrotóxicos**, pois oferecem riscos irreparáveis à saúde e ao ambiente, por isso, muitas vezes, a leitura pode se tornar um pouco cansativa pelo uso repetitivo da palavra agrotóxico, mas essa é a nossa demarcação política, e não vamos utilizar sinônimos.

Outro ataque direto à agroecologia e ao campesinato brasileiro tem sido a facilidade sob qual tem se dado a permissividade para o uso indiscriminado de agrotóxicos, sobretudo através da liberação jurídica para a produção, comercialização e consumo de agrotóxicos.

Todos estes assuntos que são traduzidos sob a perspectiva de um ataque severo à saúde humanas, animal e vegetal, tem sido capitaneados no âmbito do Projeto de Lei (PL) 6.229/2002, popularmente conhecido como PL do Veneno.

A PL do Veneno, na sua redação institucional, diz que “Altera os Arts. 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus

componentes e afins, e dá outras providências”. Na prática, conforme posicionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA),

[...] o PL não contribui com a melhoria, disponibilidade de alimentos mais seguros ou novas tecnologias para o agricultor e nem mesmo com o fortalecimento do sistema regulatório de agrotóxicos, não atendendo, dessa forma, a quem deveria ser o foco da legislação: a população brasileira. A proposta do substitutivo, de autoria do deputado Luiz Nishimori (PR-PR), é de que não haja mais avaliação e classificação de produtos pelas áreas de saúde e meio ambiente, mas apenas uma “homologação” da avaliação realizada pelas empresas registrantes de produtos agrotóxicos (ANVISA, 2018, s/p)

Já a Nota Técnica divulgada pela Abrasco e pela ABA, diz que

É possível evidenciar que, em 2018, os argumentos voltados à defesa do PL no 6.299/2002 não possuem base técnica ou científica, configurando-se como estratégias de mercado das indústrias transnacionais que produzem agrotóxicos e transgênicos e que vêem no Brasil em crise uma oportunidade para comercializar produtos que já não podem ser consumidos tão livremente em outros países em função de sua elevada toxicidade e do perigo que representam para os seres humanos e para o ambiente (FRIEDRICH, SOUZA, CARNEIRO, 2018, p. 12).

Este PL busca, em suma, criar mecanismos facilitadores para o processo de produção, registro, avaliação, comercialização e uso de agrotóxicos. As análises e fiscalizações sobre os princípios ativos e efeitos nocivos dos agrotóxicos, que antes estavam sob responsabilidade de agências competentes, como a ANVISA, passam a ser administradas pelo MAPA, demonstrando uma manobra política escancarada da Bancada Ruralista para que eles mesmos tenham controle sobre este assunto.

O Dossiê Científico e Técnico produzido pela parceria entre a ABRASCO e a ABA conclui que, com o PL 6.299/2002 se constituirá cenário bastante crítico para a segurança alimentar e nutricional, já que permitirá o registro de agrotóxicos já proibidos em diversos outros países, com base no seu grau de periculosidade e riscos à saúde humana e ambiental.

Há resistências!

Por outro lado, iniciativas que questionam o posicionamento do Estado favorável pelo agrohidronegócio e pelos agrotóxicos têm surgido no interior dos movimentos e organizações sociais. A iniciativa mais expressiva nos últimos anos, e que tem aglutinado grande parte dos movimentos de resistência é a “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida” (Figura 04).

Figura 04. Identidade visual da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida



Fonte: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Disponível em: <http://contraosagrototoxicos.org/>. Acessado em: 26 Set. 2018.

A Campanha surgiu com o objetivo de difundir informações sobre agrotóxicos, sensibilizando a sociedade em geral para os riscos advindos do seu uso, e, ao mesmo tempo, promover a agroecologia como projeto de desenvolvimento para a sociedade.

Os objetivos principais¹¹ da Campanha são:

- Construir um processo de conscientização na sociedade sobre a ameaça que representam os agrotóxicos e transgênicos, denunciando os seus efeitos degradantes à saúde (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores nas cidades) e ao meio ambiente (contaminação dos solos e das águas);

¹¹ Retirado de: <http://contraosagrototoxicos.org/> Acesso: 26 set. 2018.

- Fazer da campanha um espaço de construção de unidade entre ambientalistas, camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes, consumidores e todos aqueles que prezam pela produção de um alimento saudável que respeite ao meio ambiente;
- Denunciar e responsabilizar as empresas que produzem e comercializam agrotóxicos. Criar formas de restringir o uso de venenos e de impedir sua expansão, propondo projetos de lei, portarias e outras iniciativas legais.
- Pautar na sociedade a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica

Fazem parte da Campanha, mais de 100 representações, entre movimentos sociais, movimentos sindicais, instituições educacionais, movimentos estudantis, ONGs, associações, pessoas, de diversas regiões e estados Brasileiros. Vale destacar, que com a soma de forças representa por este coletivo, “intensificaram-se as ações de denúncias dos impactos dos agrotóxicos. O conjunto de organizações que a compõe se debruçou sobre o estudo, monitoramento e o controle social sobre o uso de agrotóxicos no Brasil” (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, p.151, 2014).

Outras ações têm sido tomadas em escalas mais locais, como a iniciativa a formação em vigilância sanitária na problemática dos agrotóxicos no Pontal do Paranapanema. Promovido por um coletivo de instituições e pessoas que se reúnem no âmbito da luta contra o agrotóxico, o curso de formação em "Vigilância em Saúde de Base Territorial Integrada e Participativa", surgiu sob a perspectiva de criar um espaço para diálogo a respeito dos efeitos dos agrotóxicos para a saúde humana e ambiental e as possibilidades de intervenção para identificar casos de contaminação e intoxicação, identificar os agentes causadores e denunciar o uso indiscriminado de agrotóxicos nos municípios do Pontal. Este coletivo se formou na parceria entre Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/Presidente Prudente), Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT), Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), Divisão Regional de Saúde (DRS-XI), Ministério da

Saúde, Sistema Único de Saúde (SUS), Divisão de Vigilância Sanitária do Trabalho, Secretaria de Estado da Saúde; Departamento Regional de Saúde de Presidente Prudente, Grupo Regional de Vigilância Sanitária de Presidente Prudente e de Presidente Venceslau e o Coletivo CETAS de Pesquisadores da FCT/UNESP.

O curso teve como foco produzir e difundir protocolos adequados às demandas locais/regionais, sendo assim, o público-alvo foi composto por Agentes Comunitários de Saúde (sobretudo aqueles que atuam nas Estratégias de Saúde da Família localizadas em assentamentos rurais), famílias camponesas, militantes do MST, estudantes da área da saúde, etc.

Esse assunto é cada vez mais latente no Pontal do Paranapanema, posto os conflitos permanente entre a população e o capital agroindustrial canavieiro,

[...] numa área que atinge índices alarmantes de contaminação ambiental oriunda da aplicação de agrotóxicos, à ordem de 3 milhões de litros de princípios ativos ou 300 milhões de calda tóxica, para uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, em 2,5 milhões de há (THOMAZ JUNIOR, 2018, p.6).

Vale destacar o papel de duas das mais importantes instituições públicas que têm feito para denunciar os usos abusivos de agrotóxicos e seus riscos iminentes para a sociedade, que são: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que juntamente com a Anvisa têm protagonizado trabalhos de referência política e científica no tema.

Ou seja, embora as forças políticas que se juntam no Congresso Nacional para promover a destruição da saúde humana e ambiental, por outro lado, a sociedade organizada, sobretudo dentro dos movimentos sociais, e instituições públicas que ainda resistem frente ao esfacelamento do serviço público no pós-golpe, sem políticas públicas e sem recursos financeiros e humanos para desenvolverem trabalhos em condições plenas.

CAPÍTULO 2

A AGROECOLOGIA E SUAS POTENCIALIDADES: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA TERRA E PELA TERRA

2.1 Definições e Pressupostos teóricos

Para continuar lutando pela permanência na terra e reproduzindo suas formas de vida, os camponeses vêm desenvolvendo diversas alternativas de trabalho com a terra, entre elas a que mais chama atenção é a agroecologia por suas características técnicas, sociais e políticas. Fazendo contraposição a este modelo hegemônico do capital agroindustrial canavieiro, nos últimos anos as discussões em torno da agroecologia têm avançado fortemente no interior dos movimentos sociais no campo e nos espaços acadêmicos.

No Pontal do Paranapanema diversas iniciativas estão sendo apresentadas para avançar na transição agroecológica, como o Projeto Macaúba¹², que prevê a organização de Sistemas Agroflorestais (SAF's) com a macaúba sendo o carro-chefe do sistema, associada à produção de frutas, raízes e legumes. Há também iniciativas de olericultura orgânica, organizadas por associações e cooperativas e por individualmente por famílias. Ainda, temos a iniciativa do MST para a organização do CRAPP (Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema), que surge com a pretensão de ser um espaço de formação política e técnica para promoção da agroecologia nos assentamentos rurais da região. Embora o CRAPP já possua sede (Assentamento São Bento – Mirante do Paranapanema), ainda não conseguiu iniciar as atividades, pois está em fase de formulação de projetos para buscar recursos financeiros que possibilitem aplicar as atividades formativas.

A agroecologia vem sendo pensada como uma forma de romper com os padrões produtivistas e "envenenados" de produção alimentos. Tem-se discutido a agroecologia cada vez mais como forma de viabilizar o desenvolvimento no

¹² Projeto desenvolvido pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em parceria com o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

campo, permitindo a reprodução do camponês, pensando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico a qualidade social e ambiental, considerando suas práticas que, de um modo geral, condenam o uso de agroquímicos nos processos produtivos e se preocupa com a produção de alimentos saudáveis. Dessa forma, põe-se no centro do debate o trabalho de base familiar, levando em conta o resgate das formas tradicionais de vida no campo que as famílias camponesas carregam consigo, além de dar grande importância para a biodiversidade e preservação das sementes crioulas.

Se retomarmos os períodos mais antigos, nos quais as atividades agrícolas desenvolvidas pelos homens era uma necessidade de reprodução, e não uma forma de exploração e lucro, como se vê desde o fim da II Grande Guerra Mundial, veremos que a sociedade sempre desenvolveu suas atividades sem a necessidade e intervenção de agroquímicos, ou ainda, as práticas tradicionais sempre estiveram pautadas no manejo ecológico dos recursos naturais (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Nesse processo, o resgate das formas tradicionais de trabalhar com a terra nasceu a agroecologia, “como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 08).

É importante pontuar também, a diferença entre agricultura orgânica e agricultura agroecológica. A agricultura orgânica propõe a substituição dos insumos químicos por produtos alternativos de base orgânica, sendo assim, corresponde apenas a uma estratégia técnica de produção livre de agroquímicos. A agricultura agroecológica tem como base a produção orgânica, se apropriando também de técnicas de produção orgânica, mas que propõe outra visão de agricultura, implementando pressupostos econômicos e sociais. Como nos lembra Caporal e Costabeber (2004):

Ademais, faz-se necessário considerar, também, que a prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos e que, portanto, qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança da base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio

ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 10 – 11).

A agricultura é controlada por estruturas políticas e econômicas e estas têm traduzido o que se apresenta como desenvolvimento para o campo. Esse processo priva os camponeses de implementar práticas alternativas que desafiam esta estrutura (SEVILLA GUZMÁN, 2001). Assim, pensar a agroecologia apenas como um modelo que possibilite ruptura técnica, centrada no combate à agricultura prejudicial ao meio ambiente e que gera degradação ambiental, não nos permite entender este conceito de forma holística.

É neste sentido que Altieri (2010, p. 29) aponta que:

O desenvolvimento da agricultura sustentável requererá mudanças estruturais significativas, além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura.

A reflexão do autor nos ajuda a entender a necessária vinculação entre a transição agroecológica e as organizações sociais camponesas. No Pontal do Paranapanema isso fica ainda mais evidente, já que temos acompanhado diversos espaços de discussão junto ao MST, e o que podemos afirmar é que o movimento vem apostando na agroecologia como uma proposta contra-hegemônica que se apresenta para frear o desmonte do sistema alimentar protagonizado pelos complexos agro-químico-alimentar-financeiros (THOMAZ JUNIOR, 2009). O incentivo que o MST oferece aos camponeses assentados do Pontal do Paranapanema é no sentido de criar consciência política sobre cooperativismo, trabalho comunitário, fortalecimento das redes locais de troca de saberes e, sobretudo, tornar o Pontal uma região forte na produção

agroecológica para evidenciar que o trabalho camponês tem seu espaço e contesta a *commoditização* dos alimentos.

Gleissman (2002), vai dizer que:

La agroecología provee el conocimiento y metodología necesarios para desarrollar una agricultura que sea, por un lado ambientalmente adecuado y por otro lado altamente productiva y económicamente viable. Esta establece condiciones para el desarrollo de nuevos paradigmas en agricultura, en parte porque prácticamente elimina la distinción entre la generación de conocimiento y su aplicación. También valoriza el conocimiento local empírico de los agricultores, el compartir este conocimiento y su aplicación al objetivo común de sostenibilidad.

A agroecologia propõe reflexões em torno das questões sociais que perpassam as discussões de organização enquanto comunidade, buscando melhores condições de reprodução, passa também pela discussão de gênero, pois na agroecologia a produção dos quintais, que em linhas gerais está sob os cuidados das mulheres, é considerada também parte do sistema produtivo, e não uma atividade avulsa com relação às outras áreas de produção do lote. Dessa forma, o esforço despendido pela mulher para cuidar destas atividades é considerado trabalho, e isso também está ligado ao preceito de trabalho de base familiar considerado pela agroecologia. Busca-se ainda, a autonomia e minimizar a dependência do consumo externo, levando o camponês a priorizar o abastecimento interno, bem como a dimensão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização (RABELLO, 2014).

Conforme Molina (2013),

[...] el enfoque agroecológico adolece del necesario desarrollo de aquellos aspectos que superan el ámbito de la finca o de la comunidad estudiada y que tanta repercusión tienen sobre sus sustentabilidad. Este aspecto y otros de semejante envergadura nos hablan de la falta de integración en el enfoque agroecológico de los aspectos políticos e institucionales que regulan las relaciones en la agricultura. Carecemos de criterios que fomenten y orienten la participación en las instituciones gubernamentales (en el establecimiento de regulaciones y normas que favorezcan el desarrollo y la ampliación de las tierras y territorios en los que se realiza agricultura sustentable (MOLINA, 2013, p. 47).

A agroecologia não contribui apenas para a produção de um modo de vida menos prejudicial ao meio ambiente. Mais que isso, considera o camponês como protagonista na produção de alimentos saudáveis, sendo que o principal desafio é implementar a agricultura alternativa imersa num modelo de sociedade que se estrutura sob condições adversas para a produção de alimentos de qualidade. Nesta relação, o camponês aparece como sujeito detentor de sabedoria tradicional e procura valorizá-los enquanto fundamentais e intrínsecos aos fazeres dos povos tradicionais; saberes que são adquiridos historicamente, através do trabalho com a terra e que são passados de geração em geração. É importante destacar que a agroecologia acontece no bojo das relações camponesas, pois são estes sujeitos os portadores de práticas e técnicas de trabalho com a terra e relações sociais no campo capazes de construir e sustentar este modelo de produção.

É importante sintonizar o entendimento da agroecologia como a relação do sujeito com o território. As especificidades de cada território e dos diversos sujeitos lhes permitem incorporar novos elementos próprios de cada lugar. Remetendo-nos à discussão da agroecologia verticalizada para o território vemos, primeiramente, que a geografia de cada região (aspectos físicos, naturais e sociais) possibilita novas formas de produção, cada uma delas associadas às riquezas naturais de cada território. Outro viés dessa análise é a necessidade do território, ou seja, não existe agroecologia se o camponês não estiver territorializado no campo, desta forma (re)afirmamos a necessidade e urgência da reforma agrária.

2.2 Alinhamentos políticos para entender a agroecologia desde os sujeitos que a praticam

A agroecologia é uma forma de entender e atuar para campesinar a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e velhos), de classe (não exploração do capital ao trabalho), de espécie (não exploração dos recursos naturais), de gênero (não exploração do homem à mulher), de identidade (não exploração entre etnicidades). (GUTERRES, 2006, p. 90).

A citação pela qual iniciamos esta seção sintetiza bem o que temos buscado pensar sobre agroecologia e refletir os pressupostos políticos que nos apóia na defesa da agroecologia enquanto uma possibilidade de vida no campo. Temos pensado a agroecologia não apenas ancorada no discurso das vantagens para o meio ambiente e vida saudável, mas enquanto saber pautado nas práticas que podem ser potencializadas como forma de resistência dos camponeses ao modelo de desenvolvimento da agricultura fundada no agrohidronegócio. Se quisermos apostar na agroecologia como uma proposta de superação do leque de malefícios causados por este modelo agricultura praticado desde a Revolução Verde, precisamos insistir em defender que este conceito não é sinônimo de agricultura orgânica, o que tem sido feito com muita recorrência de forma equivocada.

O conceito de agricultura orgânica foi logo cooptado e transfigurado pelo capital a partir do discurso de sustentabilidade. A idéia de uma agricultura baseada na harmonização entre práticas de cultivo da terra e equilíbrio ambiental foi coberta pelo selo de agricultura ecologicamente correta. Isso fez com que houvesse uma inversão do papel desta agricultura, e servisse como mais uma forma de mercantilizar a agricultura, agora com o carimbo “sustentável”.

Desde então, mudar as técnicas de cultivo para práticas que remetessem ao manejo ecológico da terra foi sendo adotado como forma de agregar mais valor ao produto final. Não somente isso, este produto final a ser um fetiche da população que começa a comprar o discurso da sustentabilidade e passa a se interessar por mudanças na alimentação. Isso faz com que os mercados elevem os preços dos produtos orgânicos, passando a ser objeto de consumo da parcela da população favorecida economicamente.

É nesse sentido, portanto, que a defesa da agroecologia está voltada para superação da idéia de mercantilização da alimentação. A agroecologia está pensada para além de mudança no padrão técnico de produção de alimentos, ela se desdobra em princípios que estão fundamentados no manejo da terra, sendo encontrada no processo de produção do alimento, que vai desde a forma de posse da terra até a destinação/consumo deste alimento, sendo, portanto, a

técnica de produção um dos componentes deste processo. (sem contar o conteúdo político dessa decisão/posição)

Outro elemento que deve ser apontado no entendimento da agroecologia como proposta plena de desenvolvimento desde perspectivas políticas é o fato de ela ser bandeira dos movimentos sociais. Ou seja, embora a transição agroecológica aconteça pela soma de forças dos sujeitos, instituições/organizações, academia e outros, são os movimentos sociais do campo os maiores incentivadores e promotores da transição agroecológica. Estes movimentos têm buscado trabalhar o princípio da agroecologia desde suas formações de base e associado à outras discussões inerentes ao contexto agrário, como juventude, gênero e educação, por exemplo. Estes elementos são abarcados pelo conceito de Reforma Agrária Popular, proposta originariamente cunhada pelo MST.

A Reforma Agrária Popular expressa a pauta de lutas deste movimento, que busca apresentar uma proposta de desenvolvimento do campo que contemple a totalidade das necessidades dos trabalhadores rurais com e sem terra. Desde a perspectiva do MST, ela supera a ideia de Reforma Agrária aplicada pelo Estado, que na atualidade tem trabalhado apenas no âmbito da redistribuição de terras - oriunda da compra de terras privadas, ou indenização das benfeitorias para os grileiros que estão de posse das terras públicas devolutas -, mas tem deixado outras emergências desta luta de lado.

Ela é, portanto, a busca pela autonomia dos camponeses em relação aos seus modos de vida, por isso apresenta abarca a ideia de territorialização camponesa a partir da terra, da educação, da saúde, da igualdade nas relações de gênero e na reprodução social dos jovens. Nesta perspectiva, a agroecologia é vem sendo pensada pelo MST como a proposta social de praticar agricultura no campo, já que ela está perpassando por todos estes elementos.

Nossa opção em nos apoiar no pensamento desenvolvido pelos movimentos sociais sobre agroecologia se dá pelo fato deste pensamento ser aquele que mais se aproxima da agroecologia que é praticada cotidianamente pelos camponeses, para assim termos mais liberdade e segurança para falar de

Para discutir a agroecologia “com os pés no chão”, considerando-a desde a perspectiva dos sujeitos e no território, estamos nos apoiando no entendimento dela por dentro do debate sobre a Soberania Alimentar.

O conceito de soberania alimentar é definido, de acordo com a Via Campesina (1996), como sendo o direito de todos os povos, ou países, em decidir sobre suas próprias políticas no que diz respeito a agricultura e alimentação. Estas políticas precisam se estruturar, porém, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento das áreas próximas, assegurando o direito e soberania de cada nação manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural, ambiental e produtiva dos povos.

Conforme Altieri (2010),

O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2010, p. 24).

Entender a agroecologia pelo viés da Soberania Alimentar nos ajudar a considerar, também, o papel fundamental dos agentes sociais locais (movimentos sociais, ONG's, associações, cooperativas, etc) para a transição agroecológica, pois, como lembra Altieri (2010, p.30), “os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo”.

A Via Campesina tem se colocado, desde 1996, como a principal referência na construção da proposta de Soberania Alimentar, dando enfoque na defesa de que o alimento não deve ser tratado como mercadoria, como tem sido utilizada hegemonicamente pelos capitalistas para a ampliação dos lucros. Através do questionamento quanto ao domínio das grandes empresas exercem sobre o sistema alimentar global e sobre a capacidade dos povos em produzir, a Via Campesina coloca o alimento não como mercadoria, mas como um direito humano. Neste sentido, a Soberania Alimentar transcende a simples concepção de acesso aos alimentos, defendendo que a população de cada país tem o direito

de produzir e controlar o próprio alimento, uma vez que isto é o que lhes assegura, também, a soberania sobre suas próprias vidas. Conforme Stédile e Carvalho:

Partiendo de um principio prévio al concepto de soberania alimentaria, el de que “el alimento no es una mercancía, es un derecho humano, y la producción y distribución de los alimentos es una cuestión de sobre vivencia de los seres humanos, por lo tanto, es una cuestión de soberania popular y nacional. Asimismo, soberania significa que más allá de tener acceso a los alimentos, el Pueblo, las poblaciones de cada país, tienen el derecho de producirlos y será eso lo que les garantizará la soberania sobre sus existências. [...] El alimento es la energia que necesitamos para la sobrevivência, de acuerdo com el médio ambiente donde las personas viven y se reproducen socialmente (STEDILE E CARVALHO, 2010, p.11).

Ainda sobre nossas reflexões em torno dos nossos entendimentos da agroecologia a partir do plano político, a situamos como um processo de transição. Contrário do que afirmam Machado e Machado Filho (2014) que apresentam suas teorias de que para chegarmos na agroecologia no seu significado pleno só é possível por meio de uma ruptura no modelo de agricultura, ou seja, uma substituição substancial das práticas e técnicas de cultivo convencionais por novas práticas e técnicas agroecológica em todo o sistema produtivo, ou seja, todas as atividades desenvolvidas no lote, no caso específico dos camponeses.

Isso, claro é o ápice do modelo de agricultura pelo qual temos lutado, tornar todo o território camponês em um território agroecológico. Entretanto, não há possibilidade de coadunar com uma ideia de que não existem pequenas experiências agroecológicas dando o pontapé inicial no processo de mudança de paradigmas na agricultura. Não aceitar esses pequenos saltos seria o mesmo que desconsiderar que as condições materiais para a reprodução da família são frágeis e, por isso, necessitam do melhor aproveitamento que puderem fazer do lote e das atividades, mesmo que para isso necessitem combinar, no momento inicial, práticas agroecológicas e práticas convencionais.

A agroecologia acontece, de fato, através da experimentação combinando os saberes-fazeres tradicionais dos quais estes sujeitos são portadores-herdeiros, e novas técnicas que constituem um novo arsenal de

ferramentas e metodologias no trabalho com a terra. Não somente isso, mas para chegar até a agroecologia também há um caminho ideológico a ser percorrido, onde toda a inversão de concepções sobre o campo, agricultura e alimentação emergidos da Revolução Verde vão sendo dissipados e suprimidos pelos novos entendimentos e cosmovisões a partir da agroecologia. Esse é, no nosso entendimento, o processo de transição agroecológica.

Outro aspecto a ser considerado, desdobramento desta pesquisa, é a linha referencias que temos seguido para o entendimento da agroecologia. Nossa leitura é voltada para o entendimento da agroecologia dentro do ambiente de conflito. Estamos pensando a prática e o discurso da agroecologia para além dos limites técnicos, e o que temos chamado de ruptura paradigmática para o campo a partir da agroecologia é pensá-la com uma alternativa não apenas de inovação técnica de produção de alimentos, que substitui o *rundap* pelo controle biológico, mas a possibilidade de retomar os debates acerca da reforma agrária, saúde, educação, geração, gênero e outros.

No nosso caso, especificamente, o desafio posto tem sido entender como entender a agroecologia no ambiente institucionalizado na cana-de-açúcar. Isso significa nos prender atenção sobre a reflexão da coexistência entre a agroecologia e a monocultura da cana-de-açúcar, captar as vicissitudes do conflito direto entre modelos de agricultura inteiramente diferentes e que se expelem entre si, e com isso olhar para o Estado enquanto promotor de desigualdades para o campo (favorecendo o desenvolvimento do agrohidronegocio), o agrohidronegocio, por sua vez, como detentor de poder político em diferentes escalas (um olhar focado para os municípios pequeno, como os do Pontal do Paranapanema nos mostrará a influência que uma empresa de processamento de cana-de-açúcar exerce para a construção de um discurso alinhado aos interesses do capital agroindustrial) causando diferentes formas de desterritorialização do campesinato. Mas, que por outro, o as famílias camponesas se reinventam, criando estratégias e apresentam grande ousadia para não somente permanecer no campo, mas permanecer apostando na agroecologia.

Considerando que a agroecologia só pode ser praticada pelos povos tradicionais que vivem da/na terra, os camponeses no nosso caso, faz-se fundamental que a estrutura fundiária favoreça a territorialização destes povos no campo. Diante disso, no próximo tópico trazemos o exemplo do México e como a sua estrutura fundiária favorece a reprodução do campesinato e a agroecologia.

Vale ressaltar que a agroecologia nos ajuda no questionamento político de alguns conceitos que são utilizados massivamente pela academia. Podemos nos apropriar dela para entender melhor, por exemplo, o conceito de desenvolvimento. Montenegro Gómez (2006) nos ajuda a ler o desenvolvimento desde uma perspectiva de controle social para a reprodução do capital.

No desenvolvimento que nos propomos analisar, por conseguinte, continua tendo um papel importante sua dimensão de instrumento de aquecimento econômico, para permitir a aceleração da reprodução do capital. As subvenções, empréstimos ou incentivos propostos para a construção de infra-estruturas, para dinamizar um certo setor produtivo, para melhorar o desempenho de certo território, para reduzir os níveis de pobreza etc., são injeções de recursos que aceleram a circulação, a reprodução e a acumulação do capital. Tanto o setor produtivo da economia como o financeiro são beneficiados pelo ingente volume de fundos que circula associado às políticas de desenvolvimento. [...] O desenvolvimento é um esplêndido negócio para as empresas fornecedoras dos bens e serviços articulados nas políticas de desenvolvimento, para as instituições financeiras que gerenciam os fundos e as dívidas de que os programas de desenvolvimento precisam e geram, para os institutos de pesquisa e universidades que são contratadas para realizar estudos, para as ONG's que, cada vez mais, são parceiras nos programas de desenvolvimento, para as instituições internacionais (Banco Mundial, Organização das Nações Unidas etc.), que apresentam o desenvolvimento como uma ajuda altruísta, para os governos dos países destinatários dos recursos, que dispõem de liquidez para executar suas políticas sem responsabilizar-se pela dívida que vai aumentando. Enfim, o desenvolvimento é um empreendimento vantajoso para muitos, mas um negócio nefasto para a grande maioria da população dos países que recebem "ajudas" para o desenvolvimento (MONTENEGRO GOMÉZ, 2006, p. 36-37).

O autor nos dá suporte para compreender o papel que o conceito de desenvolvimento tem desempenhado para as formas diversas de controle social em diferentes escalas e enquanto elementos fundante para a reprodução do capital:

A idéia de desenvolvimento, no interior da sociedade produtora de mercadorias em que vivemos, nos remete à subordinação estrutural do trabalho ao capital. Seja o desenvolvimento “macro” que dominou a cena internacional desde o final da 2ª Guerra Mundial ou o desenvolvimento local que se promove no contexto atual, a estrutura de dominação se mantém.

Desde uma perspectiva da agroecologia, nos debruçamos sobre o entendimento do desenvolvimento enquanto a melhoria das condições materiais, culturais e espirituais dos sujeitos¹³, considerando a diversidade das iminentes necessidades materiais, das identidades culturais e das manifestações espirituais que abrangem a diversidade dos sujeitos que compõem a sociedade. Neste sentido, adotando uma interpretação ao conceito de desenvolvimento desde uma perspectiva da reprodução dos sujeitos.

O conceito de sustentabilidade também tem sido fortemente empregado nos dois atuais, sobretudo quando o discurso em torno das mudanças climáticas¹⁴ chama cada vez mais as instituições e órgãos públicos e privados para criar diretrizes políticas e estratégias para “salvar o planeta”. Os discursos criados ao redor da sustentabilidade servem cada vez mais para mediatizar a recuperação dos recursos naturais, que por sua vez estão sendo cada vez mais degradados a fim de permitir a reprodução do capital.

Nos apoiamos em Mézáros (2007), quando diz que

Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais (MÉSZÁROS, 2007, p.190).

O autor nos está nos fornecendo subsídio para fazer uma leitura do conceito de sustentabilidade a partir da agroecologia. Temos entendido, portanto, desde a agroecologia, a sustentabilidade

¹³ Reflexões feitas a partir da fala da Profa. Dra. Emilia Moreira, em sua arguição na banca de defesa do concurso de titulação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, na UNESP/FCT, no dia 17 de novembro de 2017.

¹⁴ Chamamos de discurso os alardes que se faz sobre as mudanças climáticas, no sentido de que a culpabilização por esse evento é advindo unicamente de causas antrópicas, se não um fenômeno físico do planeta terra que existem e já ocorreu em outros momentos da história geológica da terra. As ações antrópicas servem como catalisadoras para esse fenômeno, mas não são as responsáveis por si só.

2.3 A agroecologia enquanto contra modelo de agricultura para a soberania dos povos

Muito tem se discutido a agroecologia como um modelo de agricultura que conflita diretamente com o modelo de agricultura capitalista. De fato, existe o conflito, pois existe a disputa pelo território. Entretanto, não estamos entendendo que a agroecologia enquanto um modelo, já que não é objetivo dela se tornar uma prática homogeneizada dentro de um pacote, assim como é o modelo de agricultura que temos desde a Revolução Verde.

Temos entendido a agroecologia na contramão de um modelo, já que seu objetivo é servir de referência para a prática de uma agricultura tradicional, sendo desenvolvida dentro das expectativas e emergências que cadê sujeito que a pratica possui. Ou seja, é considerar que cada sujeito tem sua história com a agricultura, seu regime alimentar, suas práticas e saberes e está imersos em um território próprio, com características fisiogeográficas e culturais distintas. Neste sentido, não há como considerar que a agroecologia irá se tornar um modelo de agricultura, ou uma receita, que abarque todas as peculiaridades de cada povo, mas, sim, servirá como paradigma para a adição de práticas locais (ROSSET, 2017).

Outros elementos nos ajudam a entender o papel da agroecologia na contestação de um modelo conservador de agricultura. Estamos considerando que a agroecologia é um processo em transição, e, neste sentido luta pela superação das hegemonias e opressões.

Estamos falando de uma agroecologia desde a sua aplicação em uma sociedade ainda muito polarizada em classes, divisão esta que causa desigualdades e formas de subordinação. Mesmo que haja uma mudança radical nas formas técnicas de produção na agricultura, no sentido de adoção de tecnologias para a não utilização de agrotóxicos e melhor convivência com os recursos naturais, de nada adiantaria se não houvesse mudanças substanciais na estrutura fundiária, por exemplo. A concentração de terra (e de terra, por consequência) está fora dos princípios práticos e ideológicos da agroecologia,

sendo assim, não há como considerar que existirá uma transição plena da agroecologia enquanto houver terras concentradas nas mãos de grileiros.

Fruto disso, e também um elemento que nos ajuda a pensar como a agroecologia ainda se configura como um processo em transição é a priorização pela *commoditização* da agricultura e a padronização da alimentação em nível global. Os latifúndios estão compenetrados no (des)serviço da produção de culturais para exportação de *commodities* no estilo da monocultura extensiva. Como afirma Esteve (2017, p. 44-45) “A dieta global é o resultado de uma cadeia de produção-distribuição-consumo globalizada, em que nem os agricultores, nem os consumidores contam. Pensamos que decidimos o que comer, mas isso não acontece”. Isso significa dizer que o regime alimentar é cada vez mais controlado por interesses econômicos. A autora chama esse processo de *mcdonaldização*, que representa a ideia de criação de um padrão ocidental de alimentação global, onde todas as comidas não iguais, com base no consumo de carnes, produtos lácteos e açúcares (ESTEVE, 2017). Nesta perspectiva haveria uma perda significativa para a manutenção da identidade territorial dos sujeitos que possuem suas dietas e regimes próprios de alimentação, cabendo nos perguntar o lugar da mandioca para os povos originários brasileiros, das batatas para os originários andinos e no milho para os originários mexicanos.

Segundo estudos da ETC Group (2013), Syngenta, Bayer/Monsanto, Basf, Dow Chemical e DuPont controlam cerca de 60% do mercado mundial de sementes, isso significa reafirmar o monopólio da agricultura sob o domínio de poucas empresas multinacionais. Esse controle gera efeitos para o padrão técnico da produção, já que cada vez mais se produz sementes geneticamente modificadas que dependentes de agrotóxicos, portanto este monopólio não se dá sementes na oferta de sementes, mas também na circulação e na oferta de agrotóxicos.

Isso representa para nós, o que é um modelo de agricultura, baseado na capitalização da alimentação, na *commoditização* da agricultura e na produção de culturas químico-dependentes. Sendo assim, para nós a agroecologia é pensada como contra modelo, já que está em outro plano ideológico. Trata-se de um conjunto de princípios norteadores para a soberania dos povos, no que tange à prática da agricultura e os regimes alimentares.

2.4. A experiência de reforma agrária mexicana e seus rebatimentos para a reprodução do campesinato¹⁵

Embora a estrutura fundiária do México, baseada no predomínio da propriedade social, esteja sendo seriamente ameaçada pelas políticas neoliberais do governo mexicano, a fim de privatizar a propriedade da terra e voltar a ser um país de latifúndios, existem exemplos de forte resistência nas comunidades rurais e indígenas. Como diz López Bárcenas (2017, p. 17) "a pesar de las profundas reformas al régimen de propiedad agraria introducidas en el año de 1992, las tierras siguen teniendo una orientación importante hacia al desarrollo del campo".

Segundo Concheiro (2005), a estrutura agrária do México é o resultado de uma longa luta de camponeses e indígenas para obter reconhecimento de suas terras. A Revolução Mexicana foi um fato fundamental para a história agrária do país, na medida em que formalizou a distribuição coletiva da terra através da Lei Agrária (1915) e do artigo 27 da Constituição de 1917. A terra foi dada primeiramente os povos indígenas e depois aos indivíduos organizados, resultando em uma "Propriedade Social" constituída pela figura de *ejidos* e comunidades agrárias. Esta conquista é alcançada em um momento histórico para a luta pela terra em plena insurreição armada (CONCHEIRO, 2005).

Este processo de redistribuição de terra para os camponeses e indígenas teve uma consequência direta para a organização econômica do país. Conforme expresso por Reyes et al. (1974), a reforma agrária no México, além de transformar a estrutura agrária do país e mudar o regime de propriedade da terra, dando-lhe milhões de camponeses, possibilitou a oferta de alimentos com preços mais baixos.

No entanto, embora tenha havido um progresso considerável na política de redistribuição da terra, alguns autores criticam a existência real de uma reforma agrária no México. Concheiro e Belanga (2014) afirmam que há um

¹⁵ Este tópico sintetiza uma parte das contribuições propiciadas mediante o desenvolvimento do projeto "Experiencia Campesina en México: practicas agroecologicas y resistencia por la tierra em los estados de Puebla, Oaxaca e Chiapas" (Processo BEPE/FAPESP 2016/20075-3).

processo lento, de mais ou menos oitenta anos para a distribuição da terra, caracterizada pela entrega de terras de baixa qualidade a camponeses e indígenas (terras áridas com baixa fertilidade natural e sem acesso a água), além disso, esta distribuição não foi acompanhada de subsídios ou políticas públicas que permitiram aos proprietários reproduzir suas formas de vida. Isso se aproxima muito com o que temos experimentado da reforma agrária o Brasil, nós não temos um marco histórico onde houve a realização de uma reforma agrária ampla, o que temos é uma reforma agrária lenta e tardia, e nos mesmos moldes do México, ou seja, sem a assistência do Estado para a garantia de reprodução socioterritorial das famílias.

Toledo (2010) nos lembra que a revolução mexicana teve dois resultados impensáveis no momento histórico em que ocorreu. O primeiro é que “la recampesinización del medio rural, como resultado del desmembramiento del latifundio”; e em segundo lugar está o “rescate y la reinención de la matriz cultural mesoamericana, que devolvió la tierra a los pueblos indígenas al reconocer el derecho a sus propiedades ancestrales” (TOLEDO, 2010, p. 41). Desta forma, houve uma revalorização da pequena propriedade que foi renovada com práticas de trabalho que interagem de maneira menos predatória com a natureza. Para o autor, este resgate das práticas tradicionais fortaleceu as crenças, o conhecimento e as práticas, que hoje constituem uma sabedoria de grande importância, ao contrário da lógica predatória do capital (TOLEDO, BARRERA-BASSOLS, 2008).

Como consequência deste processo, no México há três formas de propriedade da terra: a Propriedade Social (*ejidos* e comunidades), Propriedades Privadas e Propriedades Públicas.

O Prof. Francisco López Bárcenas oferece um entendimento destes regimes de propriedades da terra no México com base nos pressupostos da Lei Agrária:

Aunque el ejido y la comunidad agraria son los dos regímenes de propiedad agraria que conforman la propiedad social, tienen algunas diferencias que los distinguen. Una de ellas es su origen: mientras el ejido es producto de la dotación de tierras por parte del Estado a un grupo de campesinos que carecía de ellas y le eran necesarias para su subsistencia, la comunidad agraria

tiene su origen en el reconocimiento por el Estado de tierras que pertenecían a un grupo de campesinos “desde tiempo inmemorial” o de su restitución si habían sido despojados por ellas (LÓPEZ BARCENAS, 2017, p. 25).

Dada la facultad del Estado de transmitir el dominio de las tierras y aguas de la que es propietaria originaria la Nación para constituir la propiedad derivada, una de las cuales es la propiedad privada, la cual es concebida como el “derecho que tiene un particular, persona física o moral de derecho privado, para usar, gozar y disponer de un bien, con las modalidades que dicte el interés público y de modo que no perjudique a la comunidad (LÓPEZ BARCENAS, 2017, p. 19).

Pero, la nación, a través del gobierno federal también posee tierras y aguas que no transmitió a los particulares y que constituyen los bienes nacionales. Así e desprende del párrafo cuarto del mismo artículo 27 constitucional, en cual prescribe que “corresponde a la Nación el dominio directo de todos los recursos naturales de la plataforma continental”, entre los cuales quedan incluidas las tierras que no han sido transmitidas a los mexicanos de ninguna forma (LÓPEZ BARCENAS, 2017, p. 21).

Um dos pontos mais fortes da agroecologia como dimensão técnica da agricultura é a proposta de diversificação da produção. Isso está de acordo com o princípio da terra para a produção de alimentos, neste caso, em quantidade, qualidade e diversidade suficientes para alimentar a sociedade. O oposto ocorre com os modelos de agricultura impostos e praticados pelo capitalismo agrário, baseado nos monocultivos, que servem, primeiramente, ao mercado para a produção de *commodities*.

No caso do México, a agroecologia tem sido fortalecida há décadas também devido à manutenção de uma cultura alimentar baseada na diversidade, onde a sociedade não vê alimentos agroecológicos como um novo mercado e, portanto, tem altos preços. Não há *fetichização* desses alimentos, como no Brasil, porque existe uma prerrogativa muito forte de que a agroecologia é a maneira tradicional de produzir e alimentar. Isso pode ser visto no *marketing*, a maioria dos mercados e lojas oferecem produtos agroecológicos por um preço muito próximo dos produtos industriais ou comerciais.

Em geral, não vemos isso no Brasil, uma vez que a distorção dos preceitos das formas de agricultura e alimentação, que decorre da Revolução Verde, fez dos brasileiros naturalizar que o ato de se alimentar é comer alimentos

processados industrialmente produzidos com matérias-primas agrícolas carregadas com agrotóxicos e transgênicos. Uma das conseqüências desta realidade são as lojas de alimentos orgânicos em feiras e mercados, que vendem seus produtos a preços elevados, porque com a *fetichização* destes alimentos criou-se um entendimento de que eles servem apenas a burguesia. No entanto, o papel importante que as organizações estão tomando na promoção do princípio do comércio justo para a comercialização de alimentos agroecológicos pode ser destacado, para que os pobres também tenham acesso a alimentos saudáveis.

Parte da preservação do valor moral da alimentação saudável no México está sendo permitido graças à manutenção das terras como Propriedade Social, pois assim eles ficam nas mãos do camponeses e indígenas, que são aqueles dedicados a produzir alimentos.

CAPÍTULO 3

PENSANDO A AGROECOLOGIA DESDE O CONTEXTO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

3.1 Introduzindo o tema da agroecologia no Pontal: as primeiras experiências agroecológicas da região

No Pontal do Paranapanema a agroecologia vem sendo discutida de forma mais efetiva com desenvolvimento de experiências mais amplas, a partir de 2001, ano em que se inicia o primeiro projeto de práticas agroecológicas, o projeto Café com Floresta. Mesmo antes disso, no âmbito do MST já haviam discussões da viabilidade e emergência da agroecologia nesta região, motivadas, sobretudo, no grande número de assentamento rurais e pelo forte envolvimento das famílias camponesas na produção de alimentos.

Neste sentido, viu-se na parceria entre a base regional do MST e o IPÊ possibilidade de acesso à um edital de financiamento de projetos em agricultura orgânica publicado pela Petrobrás, foi submetido o projeto e a partir dele iniciaram as primeiras Unidades de Referência em Agroecologia no Pontal. Com este projeto foi possível criar os primeiros Sistemas Agroflorestais (SAFs) nos assentamentos, onde o sistema de produção de café seria envolvido em um policultivo consorciando culturas anuais (milho, feijão e mandioca, por exemplo) com árvores frutíferas e nativas.

A experiência do projeto Café com Floresta (Figura 05) foi um potencializador das práticas agroecológicas, já que possibilitou dar visibilidade à estas práticas e demonstrar através de resultados concretos que a agroecologia tem espaço e é possível. Entretanto, anterior ao projeto já havia experiências embrionárias e em escalas muito mais reduzidas, que eram, sobretudo, os quintais florestais e hortas orgânicas que as famílias mantinham em suas propriedades de formas isoladas. Para aquelas famílias que participaram do projeto, foi possível expandir as áreas de produção de alimentos agroecológicos e aprender novas técnicas e formas de manuseio da terra para trabalhar as práticas agroecológicas.

FIGURA 05: SAF criado através do Projeto Café com Floresta, no Assentamento Dom Tomás Balduino



Fonte: Autor (março de 2016).

Diante dos resultados colhidos com o desenvolvimento do projeto Café com Floresta, as instituições se animaram na tentativa o projeto Macaúba. Este projeto surgiu em 2012 também com o objetivo de promover a agroecologia no Pontal do Paranapanema. Foi desenvolvido pela em Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), com o apoio do pólo Alta Sorocabana da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e ITESP. Neste projeto, buscou-se realizar pesquisas científicas sobre a possibilidade de produção de biodiesel através do fruto da macaúba, e para isso foi elaborado o projeto de construção de SAFs onde o principal produto seria a macaúba, e assim como no projeto Café com Floresta, consorciado com a diversidade de cultivos anuais, árvores frutíferas e nativas.

Para este projeto se apresentaram 50 famílias interessadas, das quais foram selecionadas 30 para participarem. Foram selecionadas famílias dos assentamentos São Bento, Margarida Alves, Che Guevara e Paulo Freire. Os critérios adotados para selecionar estas famílias foram: tempo disponível para o

trabalho no lote (ou seja, não trabalhar fora do lote); número de membros da família disponíveis para trabalharem no projeto; e, experiência com outras práticas de cultivos orgânicos¹⁶.

Conforme o mesmo técnico, desde o início do desenvolvimento do projeto houve um interesse e procura muito grande das famílias vizinhas àquelas que estavam participando do projeto, pois lhes chamavam a atenção os equipamentos que eram utilizados para a preparação do solo, as mudas de árvores frutíferas e nativas que eram doadas para formar o SAF e, sobretudo, a assistência técnica que estavam recebendo.

Estes foram os dois grandes projetos que impulsionaram a transição agroecológica no Pontal do Paranapanema. Através deles foram construídas unidades de referências, das quais muitas são mantidas até hoje, que serviram como demonstração de que há campo para a agroecologia no Pontal, e que as famílias têm disposição para participar deste processo de transição.

Uma importante análise que podemos retirar deste dois exemplos é que a falta de políticas públicas voltadas para a agroecologia emperram o prosseguimento desta transição. Ambas foram possibilidade por editais/chamadas e sabemos que editais/chamadas são limitados temporalmente, já que aplicam os recursos em um determinado período, e quando se encerra este período as possibilidades manutenção destes trabalhos são praticamente escassas, pois não há mais fonte de recursos financeiros para dar sequência aos trabalhos. Desta mesma forma, são cada vez mais raros os editais/chamadas criados para este tipo de trabalho e cada vez mais dificultoso o acesso a eles por conta dos critérios de elegibilidade, enquadramento dos objetivos e limite de financiamento.

Diante destas dificuldades, uma alternativa pensada no Pontal para criar estratégia política de transição agroecológica foi a formação da Rede Pontal Agroecológico, conformada por diversas instituições parceiras que possuem atuação no âmbito da agroecologia e coordenada pelo MST. Entre as instituições estão: ITESP, INCRA, IPÊ, EMBRAPA, CATI, UNESP, CETAS/CEGeT e

¹⁶ Gomes (2017). Informação oral.

Associações e Cooperativas de famílias camponesas, um espaço que tem sido importante no processo de construção do conhecimento agroecológico e de difusão das práticas agroecológicas nos assentamentos de reforma agrária do Pontal do Paranapanema.

Um dos resultados de grande repercussão da Rede Pontal Agroecológico foi a criação do Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema (CRAPP), cuja sede está localizada no Assentamento São Bento, no município de Mirante do Paranapanema, e que tem funcionado com ações de formação acadêmica, política e de práticas em agroecologia, sobretudo pelo MST. A Rede também tem atuado no sentido de buscar possibilidades de financiamentos para promover a agroecologia, portanto, há sempre atenção especial aos órgãos e instituições financiadoras para aproveitar as raras oportunidades que aparecem.

Outra estratégia política que tem sido adotada pelo MST para a difusão da agroecologia é a realização de encontros e seminários. Assim, em 2012 aconteceu o I Encontro de Agroecologia do Pontal do Paranapanema, que foi realizado na UNESP/FCT, em Presidente Prudente. Na ocasião, as diversas instituições que estavam juntas na construção do evento delimitaram o objetivo de construir um marco político e o papel da agroecologia no Pontal do Paranapanema e acharam que seria importante a realização em uma universidade pública, pois isso reforçaria o compromisso social da universidade em apoiar tanto a luta pela reforma agrária quanto pela agroecologia¹⁷. O segundo encontro teve o objetivo de colocar as práticas e experiências agroecológicas do Pontal em diálogo através da apresentação e demonstração destas. O evento aconteceu em 2014, na cidade de Mirante do Paranapanema, e foi o pontapé para a criação da Rede Pontal Agroecológico, constituído, naquele momento, pelos sujeitos envolvidos na construção do evento.

Ainda, é possível enxergar com estratégia política para a defesa da agroecologia, nas ações de enfrentamento que o MST vem fazendo à pulverização aérea de agrotóxicos feita pelas agroindústrias canavieiras na região. A realização de audiências públicas e acompanhamento de casos de

¹⁷ Silva (2015). Informação oral.

perda de produção e/ou contaminação é preocupação do MST não somente pela discussão que se faz entorno dos prejuízos para a agroecologia, mas também pelo setor de saúde do movimento. Neste sentido, umas das ações promovidas foi criar parceria juntamente com Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/Presidente Prudente), Coletivo CETAS de Pesquisadores, Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador (CGSAT) e Coordenação Geral de Saúde Ambiental (CGVAM) do Ministério da Saúde e outros parceiros para o acontecimento do Curso de Formação “Vigilância em Saúde de Base Territorial e Participativa”, o qual teve como proposta oferecer formação aos agentes comunitários de saúde que atuam em áreas de assentamentos rurais para identificação e mapeamento dos casos de doenças relacionadas ao trabalho e à contaminação e intoxicação causadas pela pulverização aérea.

3.2. Ações voltadas para a agroecologia no Pontal

A pesquisa empírica nos permitiu conhecer as formas de incentivo para a transição agroecológica no Pontal do Paranapanema. Tivemos contato com algumas das formas que nos mostram de onde surgiu a agroecologia e os primeiros passos para a construção de um discurso para a agroecologia no Pontal.

Primeiramente, temos que reconhecer que as primeiras experiências são aquelas surgidas no desafio pessoal de algumas famílias que tomaram a decisão de romperem com os padrões convencionais de trabalho. Essas são aquelas experiências que chamamos de autônomas, pois não receberam incentivos de instituições nem movimentos, se não carregam consigo a história de luta das gerações familiares que foram adotando para si mesmas outras formas de trabalho com a terra. Estas experiências, além de autônomas, são isoladas e individuais, e pelo fato de serem iniciativas das próprias famílias acabam por não dialogarem entre si.

Outra porta de entrada da agroecologia, no Pontal, é a junto com a atuação do MST na promoção de diálogos e unidades de referência. Vale lembrar, que o MST é o responsável pela formação acadêmica em agroecologia no Pontal, pois é ele quem promove a mobilização da juventude do campo para a participação nos cursos do PRONERA, os quais têm contribuído para o desenvolvimento de experiências em diversos assentamentos. Além disso, a adoção das estratégias políticas do MST para a promoção da agroecologia através da formação da Rede Pontal Agroecológico e do CRAPP tem surtido efeito para a criação de espaços de diálogo e busca por meios de promover o avanço da transição agroecológica.

Também identificamos o papel das instituições para a agroecologia no Pontal, através dos projetos Café com Floresta e Macaúba, o primeiro promovido pelo IPÊ e o segundo pela Embrapa. Estes projetos foram dois dos principais fomentadores das práticas agroecológicas no Pontal, pois eles criaram um circuito de unidades de referências em diversos assentamentos e oferecerem condições materiais, assistência técnica e acompanhamento para as famílias que se envolveram nestes projetos.

A narrativa abaixo ilustra um exemplo do efeito positivo para a propagação da agroecologia com estes dois projetos:

Eu lembro que quando a gente começou a organizar os SAF o pessoal ali vizinho *vinham* perguntar como era o projeto, como fazia para participar. Mas aí não podia mais, *neh?* Já tinha fechado o grupo. Aí depois quando começou a chegar as mudas, e também quando vinha os *técnico* esse pessoal ali vinha tudo aqui ver como era e perguntava as coisas. Principalmente na parte dos *técnico*, *neh?* Porque a gente não tem técnico do ITESP, então se as pessoas *vê* que tem técnico já se interessa (GOMES, 2017¹⁸).

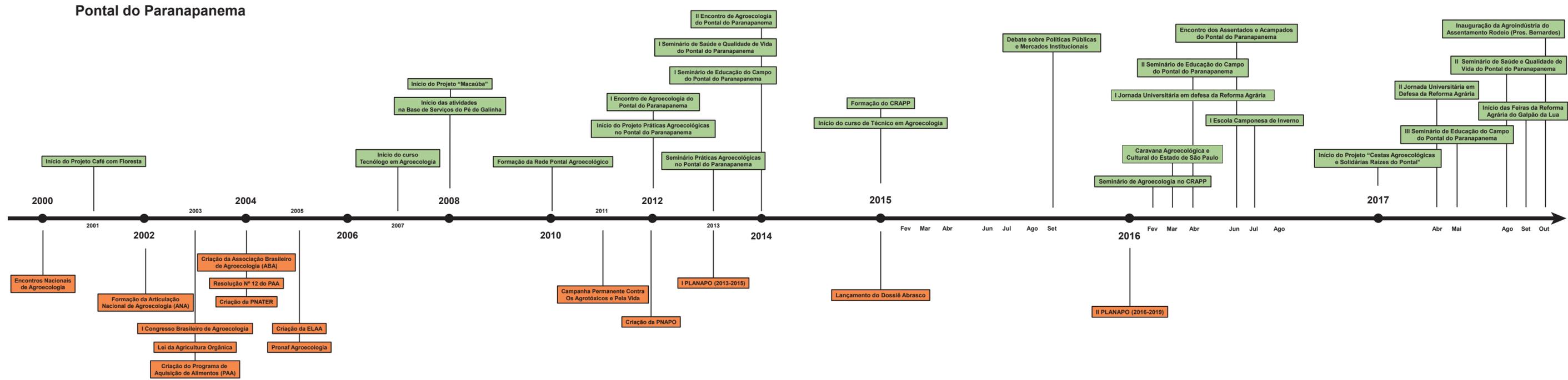
É interessante observar, também, como os projetos levaram as famílias camponesas a adaptarem os SAFs de acordo com a necessidade e estratégia de reprodução de cada uma. Há os casos em que as famílias substituíram algum cultivo por outro de sua preferência, ou porque não tinha experiência produzindo

¹⁸ Informação oral obtida através de entrevista com Gomes (2017).

certo tipo de alimento ou porque este alimento não fazia parte da dieta daquela família. Há aqueles casos em que as famílias, por sua conta própria, expandiram a área do SAF, adaptaram a disposição dos cultivos e outras técnicas que foram sendo adotadas para adaptar suas formas de trabalho.

Com base no desenvolvimento da pesquisa, na coleta de informações por meio de entrevistas, nosso envolvimento com atividades relativas à agroecologia e com nossa inserção junto à Rede Pontal Agroecológico pudemos identificar ainda outros espaço de interlocução com a agroecologia que são apropriados pela Rede Pontal Agroecológico no sentido de criar estratégias para fazer crescer o conhecimento agroecológico na região, e como isso foi possível a construção de uma Linha do Tempo (Figura 01) localizando temporalmente aquelas atividades mais marcantes (desde o nosso ponto de vista) que envolvem as discussões em agroecologia. Essa Linha do Tempo foi construída em diálogo e com o apoio de representantes do MST, portanto, ela não contempla a totalidade das atividades que podem ser relacionadas ao tema, entretanto ela pode ser apropriada para fazer uma leitura das ações de agroecologia no Pontal. No Quadro 01 detalhamos estas atividades, descrevendo brevemente quais como se deu a contribuição delas para a discussão de agroecologia no Pontal.

LINHA DO TEMPO DAS PRÁTICAS AGROEOLÓGICAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)



QUADRO 01: Síntese das atividades relativas a agroecologia no Pontal do Paranapanema

AÇÕES/ATIVIDADES
<p>Projeto Café com Floresta</p> <p>O Projeto Café com Floresta, que iniciou em 2001 tendo como público alvo as famílias camponesas assentadas do Pontal do Paranapanema, teve como objetivo geral a implementação de SAFs associando o café com o cultivo de culturas anuais como feijão, milho, mandioca e espécies de árvores nativas (Mata Atlântica). O projeto foi proposto e desenvolvido pela Fundação IPÊ, com subsídio financeiro do Programa Micro-Bacias II. Este foi o primeiro grande projeto para incentivo à agroecologia no Pontal do Paranapanema, e ele é um dos responsáveis pela difusão das práticas e saberes agroecológicos. É importante pontuar que como primeira experiência ele serviu como inspiração e modelos para os demais projetos que surgiriam ao longo do tempo.</p>
<p>Cursos de Agroecologia</p> <p>No Pontal, o MST tem feito um grande esforço para oferecer incentivo e apoio aos jovens camponeses para formação em agroecologia. Nestes últimos anos foram surgindo algumas possibilidades para estes jovens cursarem alguns cursos no âmbito do PRONERA. Dois dos cursos que mais mobilizaram jovens foi o de Tecnólogo em Agroecologia (2007), oferecido pela Unicamp em parceria com FATEC/Presidente Prudente e o de Técnico em Agroecologia (2015). Ambos foram realizados com base na metodologia da Pedagogia da Alternância, e isso foi um dos fatores que possibilitou o envolvimento destes jovens com o curso e o desenvolvimento de práticas agroecológicas em suas comunidades. Além destes dois cursos existem outros possibilitam formação em agroecologia, como o curso de Agroecologia da Escola Milton Santos (Londrina/PR), da Escola Latino Americana de Agroecologia (Lapa/PR) e de Agronomia com ênfase em Agroecologia (Erechim/RS).</p>
<p>Início das atividades da Base de Serviços para Agroindústria no Pé de Galinha</p> <p>A Base de Serviços instalada no Assentamento Haroldina, município de Mirante do Paranapanema (região popularmente conhecida como Pé de Galinha), é uma estrutura física composta por um escritório de operações e galpão para armazenagem e micro processamento de alimentos. Desde 2008 o MST juntamente com alguns parceiros da UNESP/FCT vêm realizando reuniões de formação e encontros para buscar alternativas e formas de captação de recursos financeiros para colocar a Base de Serviços em funcionamento. Neste ano de 2017, entrou em operação uma panificadora organizada por um coletivo de mulheres do Assentamento Haroldina e São Bento. Entretanto, a Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema tomou para si o espaço de forma impositiva e arbitrária transformando o espaço em um pólo da ETEC. A discussão que se fez em torno disso foi o autoritarismo utilizado pelo poder público municipal sem a consulta popular junto ao MST que tinha a concessão de uso daquele espaço.</p>

Formação da Rede Pontal Agroecológico

Após algumas atividades conjuntas e convergência de interesses pelo desenvolvimento da agroecologia no Pontal do Paranapanema, algumas instituições mediadas pelo MST juntaram forças e formaram a Rede Pontal Agroecológico. Hoje a Rede é composta pelo MST, ITESP, CATI, UNESP/FCT, Fundação IPÊ, Embrapa Maio Ambiente, Associação e Cooperativas de Assentados do Pontal. A Rede busca trabalhar de forma coletiva para promover a agroecologia no Pontal e construindo projetos e iniciativas para a captação de recursos financeiros para projetos em agroecologia. Além disso, a apostar em forma a Rede Pontal Agroecológico é uma estratégia política do MST para juntar em um único grupo diversos parceiros com especialidades e contribuições diferentes para o debate da agroecologia, e essa diversidade resultou na realização de dois encontros regionais de agroecologia, formação do Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema (CRAPP) e vários espaços de diálogo e formação em agroecologia junto às famílias camponesas assentadas na região.

Projeto Macaúba

Assim como o Projeto Café com Floresta, o Projeto Macaúba foi um dos grandes propulsores das práticas agroecológicas no Pontal. Este projeto teve o objetivo de formar SAFs onde se produziria coco macaúba em consórcio com outras culturas anuais e árvores frutíferas e nativas. No escopo do projeto, o objetivo era realizar pesquisas científicas para produção de biodiesel a partir do coco macaúba. Juntamente com o projeto Café com Floresta, o Projeto Macaúba é um dos mais fortes fomentadores da transição agroecológica no Pontal, que através deles as famílias puderem conhecer uma nova forma de organização do trabalho com a composição de SAFs para a produção de alimentos. No caso do Macaúba, a produção de alimentos se sobressai grandemente à produção da cultura principal, pois enquanto a árvore da Macaúba necessita de cerca de nove anos para dar frutos no ponto de colheita, as famílias levam oito anos produzindo uma grande diversidade de alimentos.

Encontros de Agroecologia do Pontal

Em 2012, a Rede Pontal Agroecológico sentiu a necessidade de criar um espaço de diálogo político e acadêmico sobre a agroecologia, neste sentido, diversos parceiros somaram esforços para construir o I Encontro de Agroecologia do Pontal do Paranapanema. Neste primeiro Encontro, o tema debatido foi: “Agricultura Familiar: soberania alimentar, autonomia e biodiversidade”. Teve-se a preocupação de questionar qual o papel da academia no processo de transição agroecológica, e neste sentido a sede elegida para o evento foi a UNESP/FCT, já que ali concentrava um grupo de professores e estudantes que compunham a Rede. Estiveram presentes cerca de 350 pessoas, entre camponeses, estudantes, agentes de ATER e demais pessoas. O evento foi um marco para a agroecologia no Pontal, pois foi o primeiro de sua natureza e contou com a presença da pesquisadora Ana Primavesi em uma das mesas redondas. O tema central do II Encontro foi: “Soberania Alimentar e a construção de um projeto popular para a agricultura”. A ideia de realização do II Encontro de Agroecologia era reunir um número maior de famílias camponesas, por isso, a sede elegida para o evento a cidade de Mirante do Paranapanema, que tem como característica ser uma cidade bastante próxima de vários assentamentos (somente neste município existem 36 assentamentos). A ideia foi uma boa estratégia, e o encontro passou de 350 pessoas reunidas em 2012 para cerca de 500 nesta segunda edição.

Projeto Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema.

No ano de 2012 iniciamos com os trabalhos vinculados ao projeto Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema, coordenado pelo Prof. Thomaz Junior. Projeto tinha como objetivo principal oferecer formação no sentido da agroecologia para as famílias camponesas. Durante a vigência do projeto estivemos trabalhando com famílias dos assentamentos Dom Tomás Balduino (Sandovalina), Paulo Freire, Margarida Alves e São Bento (Mirante do Paranapanema). A metodologia desenvolvida no projeto foi de oficinas, e entre os temas trabalhados tivemos: Mercados Institucionais (PAA e PNAE), Produção de Leite Orgânico, Produção de Hortaliças Orgânicas e Associativismo/Cooperativismo.

Seminário Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema.

Como ato de finalização do projeto, foi realizado o Seminário Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema, no Assentamento Dom Tomás Balduino, em Sandovalina. O evento marcou o fechamento do projeto, reunindo cerca de 200 pessoas, e contando com diversos representantes dos parceiros da Rede Pontal Agroecológico e pesquisadores. Um dos pontos fortes do evento foi a troca de sementes, onde cada família pode compartilhar sementes entre si.

Seminários de Educação do Campo

Os Seminários de Educação do Campo são organizados pelo setor de Educação do MST. O objetivo é reunir educadores do campo e da cidade para debater propostas de ações voltadas para a Educação do Campo no Pontal do Paranapanema. Vale lembrar, que no Pontal existem as escolas do campo vinculadas à rede estadual de ensino básico. Além destas, há as escolas estão localizadas nas zonas urbanas, mas em geral são escolas que recebem crianças e jovens do campo, e, portanto, também se configuram enquanto alvos para as discussões sobre Educação do Campo. Os temas debatidos nestes encontros se voltam, sobretudo, para o estrutura do ensino básico, políticas educacionais, papel político dos educadores no processo de formação política das crianças e dos jovens e conteúdos e metodologias de ensino na Educação do Campo. Neste último, a discussão sobre agroecologia tem comparecido de forma marcante, sendo, pois, considera como conteúdo imprescindível para as escolas do campo.

Seminários de Saúde do Pontal

Os Seminários de Saúde do Pontal têm acontecido com periodicidade de dois anos. Eles são organizados pelo setor de Saúde do MST, e buscar criar um espaço de diálogo entre serviço público de saúde (SUS), famílias camponesas e trabalhadores da atenção básica. Nestes seminários o objetivo é debater a situação da qualidade de vida no Pontal, a qualidade de serviço público de saúde (sobretudo os serviços para as áreas de reforma agrária) e as estratégias coletivas que devem ser tomadas para a melhoria da saúde e do serviço. O primeiro seminário foi realizado na cidade de Teodoro Sampaio, onde estiveram reunidas cerca de 350 pessoas, já o segundo aconteceu em Sandovalina, com cerca de 250 pessoas presentes. Em ambos, as discussões estiveram centradas na denuncia contra o uso abusivo que as usinas canavieiras fazem dos agrotóxicos na região e os impactos para a saúde humana e ambiental. Juntamente com a denúncia, debateu-se, nos dois momentos, a superação do modelo de agricultura baseado na quimificação pela via da agroecologia.

Encontro para discutir Políticas Públicas e acesso aos Mercados Institucionais

Este encontro foi organizado pelo MST no sentido de convidar representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para dialogar sobre o andamento e futuro do PAA, e cobrar apoio para a finalização do projeto de construção da agroindústria. Na ocasião esteve presente a Deputada Estadual Marcia Lia, que tem sua atuação voltada para a reforma agrária e agricultura familiar. O encontro aconteceu na Base de Serviços para a Agroindústria no Pé de Galinha, reunindo famílias camponesas dos Assentamentos São Bento, Haroldina, Canaã e Arco-Íris, representantes políticos locais (prefeito e vereadores de Mirante do Paranapanema) e pesquisadores.

Formação do CRAPP

O Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema é um dos resultados do esforço coletivo da Rede Pontal Agroecológico em reafirmar o espaço da agroecologia nesta região. Se trata da formação de um espaço de formação para agroecologia instalado no Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema, o local foi elegido pela sua localização, já que está rodeado por várias assentamentos. As ações do CRAPP até o momento têm sido embrionárias, sendo, pois, a maior dificuldade para operacionalização a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos. Na perspectiva de criar possibilidades de desenvolver projetos através do CRAPP, a Rede tem se debruçado sobre os escassos Editais/Chamadas públicas para financiamentos. Com base nisso, tivemos a aprovação de um projeto para criação do Núcleo de Estudos em Agroecologia do Pontal do Paranapanema (NEAPO), através da Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF-CASA CIVIL/CNPQ Nº 21/2016, o que tem como objetivo criar a realização de atividades de formação política e técnica em agroecologia para fortalecimento do CRAPP. Também, neste momento, a Rede está envolvida na construção de uma proposta de projeto para o Edital ECOFORTE (Banco do Brasil), o que tem como objetivo conseguir infraestrutura e condições materiais para o funcionamento do CRAPP. Em fevereiro de 2016 houve um Seminário de Agroecologia no CRAPP onde estiveram reunidos representantes das instituições da Rede e os jovens estudantes do curso de Técnico em Agroecologia. O Seminário foi organizado como parte das atividades do Tempo Comunidade dos alunos.

Encontro dos Assentados e Acampados na COCAMP

O Encontro foi promovido pelo MST e aconteceu na sede da COCAMP, reunindo cerca de 200 camponeses assentados e sem terra. As discussões do encontro giraram em torno de quatro eixos principais: a) grilagem de terras e regularização fundiária; b) Mercados Institucionais e políticas públicas; c) gênero no campo; e, d) agroecologia. O evento foi marcante pois promoveu um grande debate sobre gênero e patriarcado no campo. A agroecologia recebeu um forte destaque, já que foi debatida enquanto argumento para o enfrentamento do latifúndio e como estratégia de permanência no campo através da produção de alimentos.

Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária

Há cerca de quatro anos acontece em diversas Universidades brasileiras as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA), tendo como objetivo principal aproximar a comunidade acadêmica do debate da Reforma Agrária. Na UNESP/FCT foram realizadas duas JURAs (2016 e 2017). Em ambos os eventos a Rede Pontal Agroecológico teve participação efetiva, e a agroecologia esteve no centro dos debates. O ápice das JURAs na UNESP/FCT é o espaço da Feira da Reforma Agrária, onde são apresentados e vendidos alimentos agroecológicos produzidos por famílias camponesas assentadas Reforma Agrária.

Caravana Agroecológica do Estado de São Paulo

A Caravana Agroecológica do Estado de São Paulo rumo ao Vale do Ribeira (SP) foi promovida pela articulação de NEA's da região Sudeste, vinculados a Chamada Nº 81/2013 - MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq. A Caravana tinha como objetivo promover o intercâmbio de experiências e trocas de saberes na agroecologia entre povos tradicionais, camponeses, estudantes e pesquisadores. Uma das rotas da Caravana saiu do Pontal do Paranapanema e levou um grupo composto por militante do MST, jovem camponês estudante de agroecologia e estudante para participar do encontro na culminância realizada no município de Barra do Turvo (SP).

Escuela Campesina de Invierno

A *Escuela Campesina de Invierno* é uma proposta de formação no promovido pela Associação de Universidades do Grupo Montivideo (AUGM). A UNESP/FCT sediou uma edição do evento entre os dias 20 e 24 de junho de 2016, coordenado pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. O evento reuniu 50 estudantes e pesquisadores de diversos países da América Latina, e o evento contou com uma etapa de concentração na UNESP e outra parte do curso realizada na Base de Serviços para a Agroindústria do Pé de Galinha, no assentamento Haroldina. Nesta etapa empírica do curso o tema central foi agroecologia, e houve atividades de campo com visitas à experiências agroecológicas dos Assentamentos Haroldina e São Bento, com coordenação local do MST. Este foi um importante espaço de articulação e diálogo de saberes entre o MST e os pesquisadores estrangeiros sobre os desafios e conflitos em torno da agroecologia e a organização dos movimentos sociais do campo no âmbito da América Latina.

Inauguração da Agroindústria no Assentamento Rodeio.

O dia 10 de outubro de 2017 será lembrado pelos próximos anos como um importante marco da organização camponesa e da agroecologia no Pontal do Paranapanema, foi a data coroa a inauguração da Agroindústria do Assentamento Rodeio, no município de Presidente Bernardes. Com infraestrutura para esterilização, pré-processamento, embalagem e armazenamento de alimentos, a agroindústria foi uma luta constante de uma das famílias camponesas deste assentamento, permitido através do acesso ao Programa Micro-Bacias II e com suporte do MST. Com isso, hoje as famílias estão produzindo seus para alimentar a agroindústria e com a facilidade de comercialização por meio de associativismo. Além disso, a concretização do projeto possibilita o incentivo à agroecologia, pois ele tem a prerrogativa de fortalecer o processo de transição agroecológica no assentamento.

Projeto Cestas Agroecológicas e Solidárias "Raízes do Pontal"

Frente ao enfraquecimento do PAA e do PNAE dos assentamentos de reforma agrária as famílias estão se organizando para garantir a continuidade da produção de alimentos e a geração de renda. Uma das alternativas encontradas pela associação ARCA, do assentamento Gleba XV de Novembro, municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, e incentivada pelo setor de produção do MST, é a comercialização de Cestas Agroecológicas. O projeto surge com a iniciativa de membros do CEGeT em uma das atividades de trabalho de campo neste assentamento, que diante da preocupação das famílias frente ao fim do projeto do PAA e PNAE, elaboram coletivamente uma proposta de trabalho conjunto para a comercialização dos alimentos produzidos por eles. Inicialmente as Cestas seriam comercializadas para a comunidade acadêmica da UNESP/FCT, e hoje já são comercializadas para diversos parceiros e moradores de Presidente Prudente para além da comunidade acadêmica. No âmbito da agroecologia este projeto tem gerado três resultados substanciais: a) incentivo à transição agroecológica no assentamento em questão; b) difusão do conhecimento agroecológico para a sociedade (sobretudo os parceiros consumidores); e, c) consumo de alimentos agroecológicos.

Feira da Reforma Agrária do Galpão da Lua

O Galpão da Lua é um espaço de resistência para a arte e cultura em Presidente Prudente. O Galpão é mantido através das intervenções artístico-culturais da Federação Prudentina de Teatro, e embora não recebem apoio do poder público municipal (muito pelo contrário, recebem ataques constantes), eles mantêm suas atividades semanais com apoio de parceiros e mantêm suas atividades. Uma das últimas atividades promovidas pelo Galpão da Lua foi a organização de uma Feira da Reforma Agrária em parceria com o MST, a qual acontece mensalmente desde agosto de 2017. Na feira são comercializados alimentos *in natura* e processados (pães, doces, compostas, queijo, etc.) para a comunidade que vive entorno do espaço.

Fonte: Pesquisa de Campo (2015-2017).

Organização: Diógenes Rabello (2017).

Como podemos observar, na parte superior da Linha do Tempo (em verde) estão destacadas as atividades no Pontal do Paranapanema, e na parte de baixo (em laranja), foram adicionados eventos relativos a agroecologia em nível federal¹⁹. Ou seja, a parte superior representa as ações coletivas em escala local fruto da organização dos sujeitos enquanto estratégia política para a transição agroecológica no Pontal. Enquanto que na parte inferior estão destacadas as ações de governo e políticas estatais para a promoção em agroecologia no Brasil.

A Linha do Tempo nos mostra que há uma temporalidade distinta para as ações no Pontal do Paranapanema e as políticas de governo. Enquanto que as ações no Pontal se concentram a partir de 2015, as políticas de governo se concentram até 2014, sendo praticamente escassas a partir de 2015. O elemento estrutural para entender este movimento está na política de Estado e sucessão de governos.

Lembramos que no ano de 2016 ocorreu o golpe político-midiático-jurídico, que possibilitou Michel Temer usurpar a cadeira de presidente da República. Uma das suas primeiras ações do governo ilegítimo foi alterar a composição ministerial, o ataque aos trabalhadores, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que até então era responsável pelo manejo dos recursos financeiros e políticas públicas para o campesinato e povos tradicionais

¹⁹ Assim como no caso das atividades no Pontal do Paranapanema, para as ações em nível federal foram indicadas apenas aquelas mais significativas para o avanço da agroecologia.

do campo. Com a extinção do MDA, criou-se a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada diretamente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o responsável pelo manejo de recursos e apoio integral ao agronegócio no Brasil. Essa Linha do Tempo ajuda a entender, portanto, como esse ataque ao campesinato e aos povos tradicionais do campo afetou de forma massiva e efetiva as condições de reprodução dos sujeitos, sobretudo a agroecologia.

Por outro lado, quando lemos nesta Linha do Tempo o movimento temporal das atividades que partem da organização dos sujeitos em escala local, notamos que estes sujeitos estão organizados, permanecendo e se (re)criando na resistência. As atividades demonstram estratégias políticas que sinalizam para organização no sentido de dar visibilidade à emergência da assistência e apoio estatal aos povos que vivem da terra. Além disso, vale lembrar a característica marcante no Pontal que é a presença da cana-de-açúcar, portanto, além de cobrar a presença do Estado, estas ações locais estão sendo promovidas para questionar o modelo de desenvolvimento imposto para o campo nesta região.

3.3 As experiências agroecológicas em Sandovalina e em Mirante do Paranapanema: diversidade de práticas e de sujeitos

Um dos saldos do grande número de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema é a riqueza da diversidade de formas de reprodução das famílias camponesas. Esta riqueza demonstra como estes sujeitos se dedicam a recriar suas formas de trabalho com a terra e se reinventam na luta para permanecer nela.

As práticas agroecológicas seguem este ritmo e se apresenta de forma diversa com diversas propostas de promoção, sendo que cada uma das demonstra a capacidade que o sujeito possui para reelaborar as técnicas e experimentos que outrora conheceu (seja na troca de saberes com outros sujeitos camponeses, seja nas oportunidades de formação oferecidas pelas instituições envolvidas).

A pesquisa desenvolveu tendo como recorte territorial quatro assentamentos rurais de reforma agrária: Assentamento Dom Tomás Balduino, em Sandovalina, criado em 1996, que teve seu primeiro nome registrado como Assentamento Guarany, mas que alterou para fazer homenagem a um dos bispos da Igreja Católica defensor da reforma agrária e do campesinato. O assentamento comporta 68 famílias, e tem a especificidade de estar muito próximo à cidade e, também, cerca por lavouras de cana-de-açúcar da agroindústria Umoe Bioenergy, e que representa um risco presumido para a contaminação e impactos diretos no trabalho das famílias camponesas.

O Assentamento Bom Pastor, também localizado no município de Sandovalina, abriga 114 famílias camponesas, foi criado em 1994 e caracteriza por ser um dos locais onde as instituições (SENAR, ITESP etc.) atuam constantemente por causa da atuação das associações e cooperativas de famílias camponesas, e também está cercado pela cana-de-açúcar. Outra característica é a grande infraestrutura que possui, sendo dotado de um posto de saúde com farmácia com atendimento de médico clínico geral duas vezes por semana, dentista e psicólogo, uma quadra poliesportiva coberta e um salão de festas, além de uma Igreja Católica e outra Protestante.

O Assentamento São Bento é um dos maiores da região, abriga 183 famílias camponesas assentadas, criado em 1994, tem como característica ser um dos assentamentos com forte atuação do MST, onde vivem algumas das lideranças regionais e onde está implantada a sede do Centro de Referência em Agroecologia do Pontal do Paranapanema.

Por fim, o Assentamento Margarida Alves, que criado no ano de 2006 e onde vivem 90 famílias. Neste assentamento chama à atenção a organização das mulheres, uma vez que, as duas associações mais ativas são compostas majoritariamente por mulheres. Além disso, este assentamento possui uma característica própria de promoção da agroecologia, pois durante o processo de criação, acordou-se que a área de reserva legal obrigatória do assentamento não seria única e localizada em um mesmo espaço, mas definiu-se que ela seria distribuída entre cada família e seria construída em forma de SAF.

Em Sandovalina, no Assentamento Dom Tomás Balduino dois exemplo interessantes deste processo são as famílias Araújo e Ribeiro. A família Araújo²⁰ teve seu primeiro contato com a agroecologia a partir de um curso superior em agroecologia que fizeram (três jovens da família), através do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA). Durante o curso, que desenvolvia a metodologia da Pedagogia da Alternância, eles foram inserindo os primeiros passos para a transição agroecológica em sua propriedade, com a conversão da produção de hortaliças de convencional para orgânica (Figura 06). Outro facilitador para este processo de transição agroecológica foi a participação no projeto Café com Floresta, onde ele conseguiram forma o primeiro SAF. A partir da participação no projeto e por meio dos conhecimentos que adquiriram no curso de agroecologia eles foram adaptando suas estratégias e formas de organização da produção agroecológica, hoje já conseguiram formas três SAFs, nos quais desenvolvem uma vasta diversidade de produção de alimentos. A comercialização dos alimentos produzidos por eles é feita através do PNAE, em feiras e para consumidores da cidade.

Já a família Ribeiro²¹, que possuía uma aproximação com a agroecologia mais recente, teve seu primeiro contato através da sua participação nas oficinas do projeto Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema. Através dos encontros e contato com as discussões sobre o tema, eles se interessaram pela aposta na agroecologia e se motivaram a produzir alimentos de forma agroecológica. Antes deste contato com a agroecologia, a família não se dedicava na produção de hortaliças (Figura 07), sendo que o lote era ocupado apenas para com a criação de gado leiteiro. Hoje eles possuem uma horta com grande diversidade de alimentos, os quais são comercializados na feira da cidade e vendidos por encomenda para as pessoas da cidade.

²⁰ Informações orais obtidas através de entrevista com Rodrigues (2015).

²¹ Informações orais obtidas através de entrevista com Ribeiro (2017).

FIGURA 06. Horta agroecológica da família Araújo, no Assentamento Dom Tomás Balduino, em Sandovalina



Fonte: Autor (mar/2016).

FIGURA 07. Horta agroecológica da família Ribeiro, no Assentamento Dom Tomás Balduino, em Sandovalina



Fonte: Autor (mar/2016).

Já no assentamento Bom Pastor, o que nos chama a atenção são as experiências surgidas no âmbito do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O SENAR vem adentrando nos assentamentos rurais com diversas propostas de cursos para as famílias camponesas, em geral, eles se aproximam destas famílias através das associações e do ITESP. Entre os cursos que eles têm aplicado na região encontram-se: Olericultura Orgânica, Produção de Leite Orgânico, Empresário Rural e Administração Rural. Embora o SENAR possua uma proposta política bastante definida sobre sua opção ideológica do campesinato, que considera que o campesinato necessita se integrar ao circuito destrutivo do capital, e isso é explícito pelos títulos que os cursos oferecidos por eles recebem²², não há dúvidas de que há um resultado para a transição agroecológica, pois as famílias estão se apropriando disso para conhecer outras técnicas de manuseio do solo e produção de alimentos.

A experiência da família Silva²³ é resultado destes cursos, eles participaram de diversos deles, como produção de tomates e comercialização em feiras. Através destes cursos eles puderam mudar sua forma de organização do trabalho, adotando práticas de cultivo orgânicas e diversificando sua produção. Além destes cursos, eles participaram de outros dois pela APTA: produção de cebola (Figura 08) e de maracujá. Depois dos cursos a família já conseguiu expandir sua área destinada para agricultura, na qual tem experimentado outros cultivos. Além disso, ampliou suas possibilidades de comercialização, podem vender alimentos na feira orgânica de Sandovalina (Figura 09), além da feira de Teodoro Sampaio e no PNAE que já comercializavam.

²² Como o exemplo do curso de Empresário Rural.

²³ Informações orais obtidas através de entrevista com Silva (2016).

FIGURA 08. Cebola agroecológica produzida pela família Silva, Assentamento Bom Pastor, em Sandovalina



Fonte: Autor (mar/2016).

FIGURA 09. Tomate cereja vendido na feira orgânica em Sandovalina



Fonte: Autor (mar/2016).

Já em Mirante do Paranapanema, no Assentamento São Bento encontramos a experiência da família Gomes²⁴. Um dos membros da família participou de um curso de técnico em agropecuária, o qual possibilitou o primeiro contato com SAFs e cultivos orgânicos (Figura 10). Também participou do projeto Café com Floresta. Por seu envolvimento com esse tema e sua ligação com o MST foi convidado para participar da equipe executora do projeto Macaúba, o que permitiu que expandisse sua área destinada a agroecologia dentro do lote. Hoje, a família mantém uma grande área de produção de alimentos em agrofloresta e produz mudas de árvores frutíferas e nativas para comercializar com outras famílias camponesas. Além disso, mantém contato constante com as ações e atividades do MST e das outras instituições que promovem agroecologia no Pontal, participando dos espaços de debates e das trocas de experiências.

FIGURA 10. SAF da família Gomes, Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema



Fonte: Autor (ago/2016).

²⁴ Informações orais obtidas através de entrevista com Gomes (2016).

Ainda no assentamento São Bento encontramos a experiência da Sra. Elizangela²⁵. Ela participou de um curso de olericultura orgânica do SENAR. Através deste curso ela pode aprender deste como organizar uma estufa para produção de mudas de hortaliças até estratégias de comercialização em feiras. Hoje ela consegue produzir hortaliças durante todo o ano e complementa sua renda com a produção de processados para a feira, como pão, bolos e doces, enquanto o seu marido é assalariado em uma agroindústria canavieira da região.

Para nós, durante a entrevista que realizamos com a Sra. Elizangela o que ficou muito marcado foi a forma como o patriarcado ainda domina das relações de poder dentro do campo. Isso se expressou para nós durante o momento em que pedimos à Sra. Elizangela que desenhasse em um papel ofício a organização do espaço dentro do lote da família, e ela se recusou pois tinha que terminar de fazer o doce que estava preparando para a feira, então pediu ao seu marido que o fizesse. No desenho, o marido não representou a estufa da mudas de hortaliças (Figura 11) que a esposa a todo o momento se referiu durante a entrevista com muito orgulho, já que era resultado do curso que havia realizado e de onde tirava seu sustento, enquanto deu atenção especial para a representação do espaço onde realiza a criação do gado de corte. Esta relação ficou ainda mais evidente quando, depois de percorrei vários espaços do lote somente com o marido o último espaço o qual quis me mostrar foi a estufa, e quando chegamos lá estava a Sra. Elizangela dentro da estufa nos esperando para mostrar como era realizado o trabalho ali.

²⁵ Informações orais obtidas através de entrevista com Sra. Elizangela (2016).

FIGURA 11. Estufa para produção de mudas agroecológicas, Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema.



Fonte: Autor (ago/2016).

Por fim, temos as experiências no Assentamento Margarida Alves. A família Santos²⁶ também teve membros formados pelos cursos de agroecologia do PRONERA, com isso, tiveram suas experiências em agroecologia iniciadas com os conhecimentos adquiridos nestes cursos. As experiências eram pequenas e se restringiam à hortaliças, mas com sua participação no projeto Macaúba conseguiu construir um SAF onde produz várias espécies de frutas, mandioca, milho, feijão e bata-doce. A experiência foi tão exitosa para a família, que já conseguiram construir outro SAF, e o trabalho com agroecologia é referência para os vizinhos.

Já a experiência da Sra. Lourdes²⁷ começou por iniciativa própria dela, experimentando algumas práticas dentro de sua horta (Figura 12). Hoje toda a produção de alimentos dentro do seu lote é agroecológica. Hoje ela sente que as famílias estão mais interessadas pela agroecologia, sobretudo com a

²⁶ Informações orais obtidas através de entrevista com Santos (2016).

²⁷ Informações orais obtidas através de entrevista com a Sra. Lourdes (2016).

participação das famílias no PAA e no PNAE. A Sra. Lourdes comenta que as famílias vinculadas a associação que ela preside já adotam a agroecologia, pois percebem que esta é melhor forma de trabalhar a terra, mais barata e resulta em alimentos de melhor qualidade.

FIGURA 12. Produção de hortaliças agroecológicas, Assentamento Margarida Alves, em Mirante do Paranapanema.



Fonte: Autor (ago/2016).

Estes exemplos demonstram a trajetória de aproximação que as famílias camponesas no Pontal do Paranapanema tiveram com a agroecologia. A dispersão dos saberes e das práticas se deram, sobretudo, com a atuação de instituições promotoras, cada qual com seus discursos e metodologia de atuação. Um dos empecilhos da transição agroecológica tem sido a troca de experiências e saberes. A partir do momento em que estas práticas estiverem conectadas e dialogarem entre si elas poderão crescer e se expandir para outros espaços aonde a agroecologia ainda não chegou.

Há, por outro lado iniciativas que negam a agroecologia nos assentamentos pesquisados, como o caso da produção de pepinos para

conserva da empresa Refricom Mercantil a partir de 2015 (Figura 13). Trata-se de uma forma de subordinação que as famílias camponesas se veem obrigadas a se vincularem frente à falta do Estado para a garantia das suas condições de reprodução. Conforme Thomaz Junior (2017),

Além do descaso e total desprezo para com as consequências da pulverização aérea protagonizada pelas agroindústrias canavieiras, no Pontal do Paranapanema, sobre as famílias camponesas, especialmente as assentadas oriundas da luta pela terra, a ausência de políticas públicas voltadas para fomentar a produção de alimentos piora ainda mais as dificuldades para as famílias permanecerem na terra, no lote. Com a extinção do PAA as coisas pioram, porque, mesmo com todas as dificuldades, desde 2003 até 2015, as famílias que estavam inseridas no Programa obtinham renda mensal que lhes permitiram algumas melhoras sensíveis, na qualidade de vida etc. (THOMAZ JUNIOR, 2017, p. 270-271).

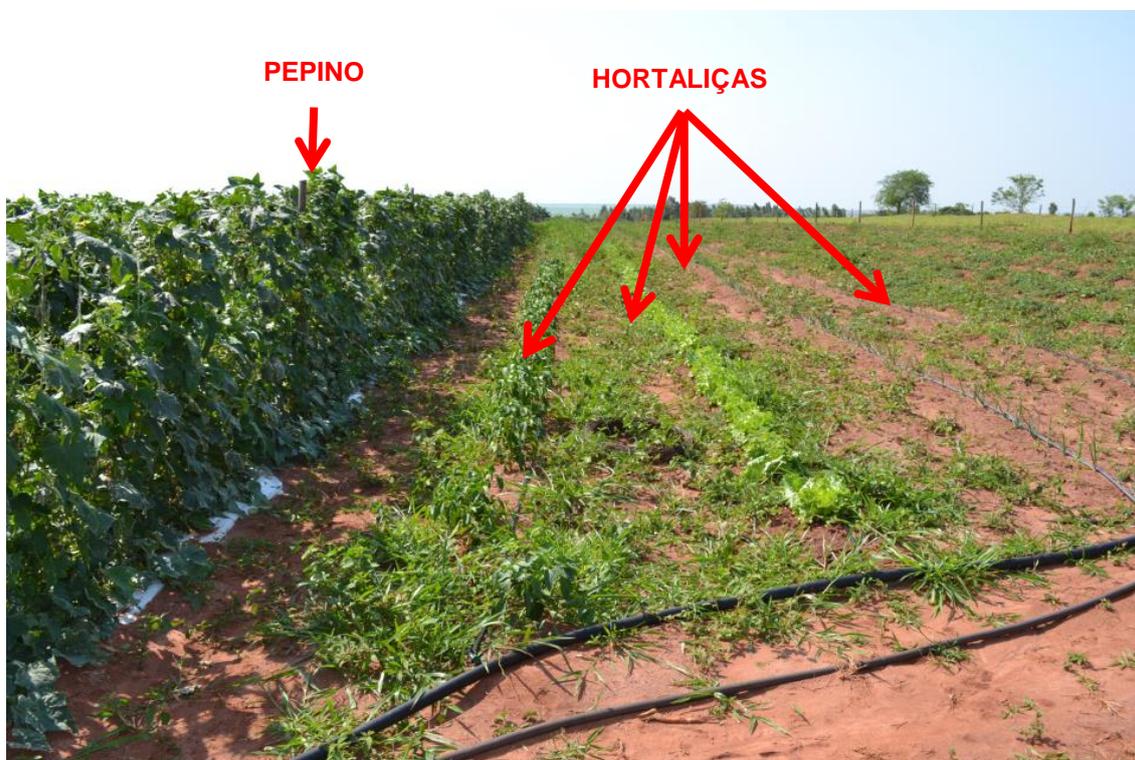
Estas dificuldades para conduzirem suas vidas e seu trabalho com a falta do Estado fazem com que as famílias adotem alternativas para garantir renda, e uma destas formas se volta para a subordinação na produção de pepinos.

Conforme Negrão; Martins e Soares (2017),

A organização do trabalho no cultivo do pepino segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa, ou seja, o camponês se vê obrigado a realizar atividades submetendo-se ao tempo e a rotina de trabalho imposto pela empresa. Na lógica da agricultura camponesa o tempo de produção e as etapas estão atreladas às dinâmicas da natureza. Já a agricultura da indústria, está comprometida com o desenvolvimento do capitalismo no campo, buscando imprimir um ritmo acelerado na produção, intervindo nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas (NEGRÃO; MARTINS; SOARES, 2017, p. 11).

A produção de pepinos é realizada com base no uso intensivo de agrotóxicos, e nela não há espaço para formas alternativas de produzir senão seguindo os ditames do pacote tecnológico, conforme afirmam os autores acima. Esta forma de organização da produção, baseada em técnicas de produção convencionais são contrárias as propostas da agroecologia, embora em alguns casos estas duas formas de organização da produção coexistam lado a lado na propriedade de uma família (Figura 13).

FIGURA 13. Produção de pepinos para conserva e hortaliças, Assentamento Bom Pastor, em Sandovalina.



Fonte: Autor (mar/2016).

Conforme Oliveira (1991),

[...] o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, que pela compra da terra para explorar ou vender, quer pela subordinação à produção do tipo camponês. O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

Como já dito, a falta do Estado tem posto dificuldades para os camponeses no distanciamento da agricultura convencional e das formas de subordinação ao capital como formas de alcançarem a emergência das necessidades de reprodução dos camponeses. Por isso, para nós é importante entender a reprodução do campesinato via imposições do sistema capitalista e com falta do Estado.

3.4. A cana-de-açúcar limitando a transição agroecológica

Embora estes vários exemplos nos animem a confirmar a potencialidade da agroecologia nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, há um fato que impede sua plena expansão. A cana-de-açúcar, no momento em que se configura como principal uso e ocupação do solo, depois da pastagem, nesta região causa uma série de impedimentos para que os camponeses se dediquem à agroecologia.

Souza (2011), nos provoca a pensar o papel de um agricultura mediatizada enquanto única possibilidade de desenvolvimento para a sociedade:

A agricultura se transforma em *agribusiness*, o que pela lógica do discurso, significa que o espaço rural se moderniza. A formulação de um projeto econômico para o país ainda ressignificado no discurso da *vocação agrícola*. Os custos sociais ainda permanecem os mesmos. A diferença é que, nesse momento, a sociedade já tem noção dos “limites impostos ao crescimento” e dos custos da modernização. Por isso, há a busca de alguns setores da sociedade, por um desenvolvimento que leve em consideração uma racionalidade que leve e conta a heterogeneidade e a justiça social. As questões que precisam ser pensadas: Qual seria o lugar dos trabalhadores rurais nos projetos de desenvolvimento? Qual o papel da agricultura no desenvolvimento? E, sobretudo, qual o papel da reforma agrária (SOUZA, p. 236, 2011).

Este questionamentos fortalecem a tese de que os povos do campo não estão contemplados pelo formato de desenvolvimento criado para dar respostas ao agrohidronegócio, endossado pelo Estado, que é pautado apenas pelo seu espectro econômico, e não social ou político (e não poderia o ser, que não que não considera essas dimensões como sendo fundamentais para os processos de desenvolvimento).

Para nós há três formas básica de impedimento que o capital agroindustrial canavieiro impõe ao campesinato no Pontal do Paranapanema. A primeira delas diz respeito ao monopólio da terra, viabilizada pela aliança entre os empresários canavieiros e a burguesia e latifundiária grileira permite a manutenção da concentração de terra, emperrando o processo de reforma agrária. Sabe-se que uma das prerrogativas para se questionar a titulação dos latifúndios é o caráter produtivo das terras, no caso, o ITESP adota o preceito de

produtiva aquela terra ocupada com monocultura de cana-de-açúcar, portanto, a contestação é difícil e lenta. Conforme dados de Feliciano (2017), o volume de terra transitadas e julgadas devolutas é de 34.000 ha. Se considerarmos que no Pontal há atualmente cerca de 140.000 ha.²⁸ de terras ocupadas com assentamentos rurais com 6.200 famílias assentadas²⁹, se o Estado demonstrasse interesse imediato em arrecadar somente as terras já julgadas devolutas para fins de reforma agrária dobraríamos o total de terras ocupadas com famílias camponesas no campo. Ou seja, estamos falando em um Pontal do Paranapanema ocupado com famílias camponesas territorializadas, dedicadas na produção de alimentos e envolvidas com a agroecologia.

Como observamos na Figura 14 e nos Mapas 03, 04 e 05 a cana-de-açúcar está cada vez mais cercando os assentamentos rurais, e a prática comum de pulverização aérea tem sido a responsável pelo maior impacto, conforme o relatam as famílias avizinhas destas lavouras, na produção de alimentos dos camponeses. Os relatos retratam perdas na produção de alimentos, pois quando há pulverização as folhas amarelam, murcham e caem, ou há mudança no regime de cultivo, pois alguns deles atrasam para nascer ou para ficarem no ponto de colheita. Como exemplo do avanço desenfreado da cana-de-açúcar sobre as áreas dos assentamentos de Reforma Agrária, trazemos duas cartografias para representarem esta forma de conflito, nos dois municípios que compõem o recorte da pesquisa: Sandovalina e Mirante do Paranapanema.

²⁸ DATALUTA (2014).

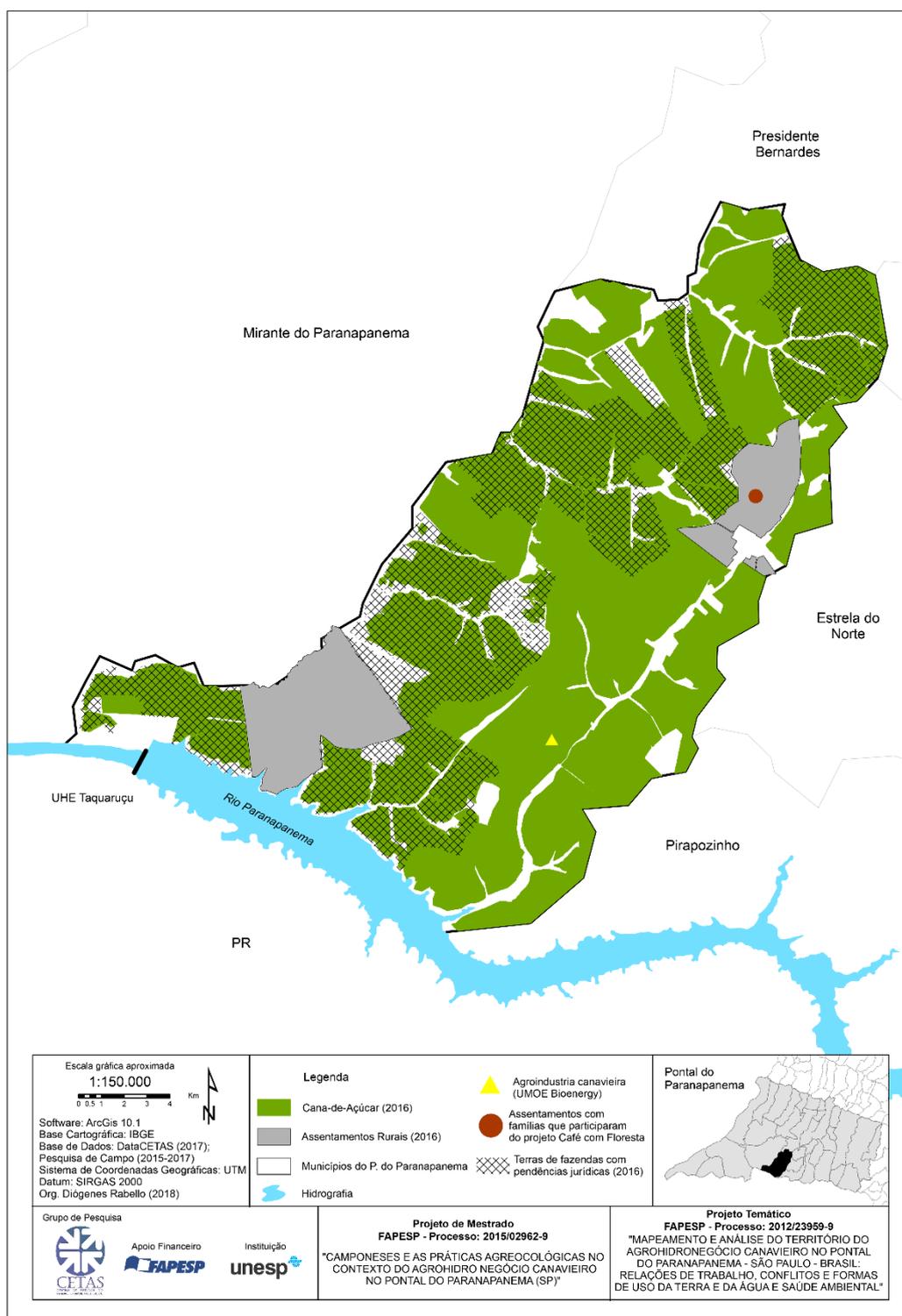
²⁹ DATALUTA (2014).

FIGURA 14: Proximidade entre produção de alimentos camponesa no Assentamento Dom Tomás Balduino e lavoura de cana-de-açúcar em lavoura da Umoe Bioenergy, em Sandovalina.

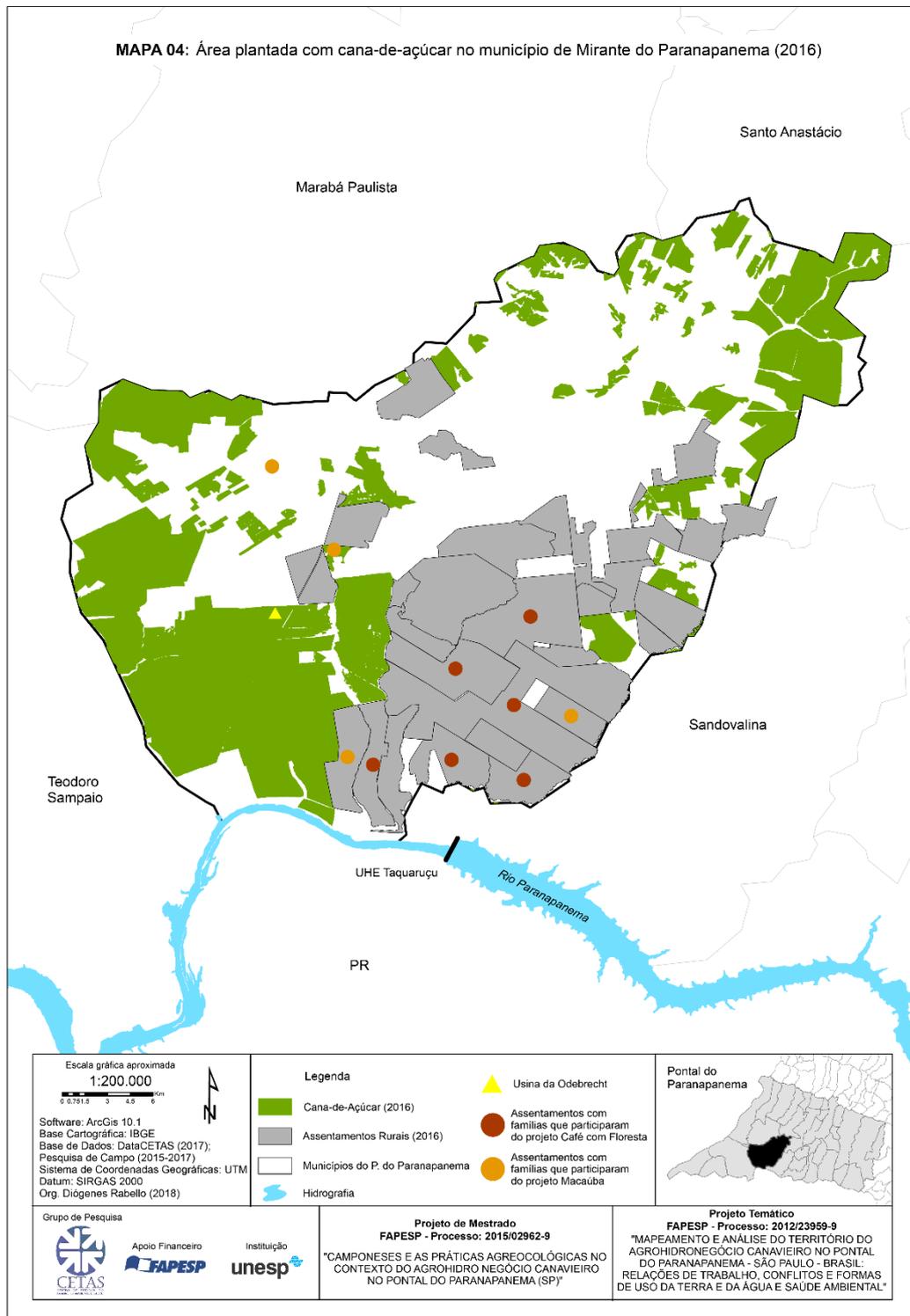


Fonte: Autor (set/2015).

MAPA 03: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Sandovalina (2016)



MAPA 04: Área plantada com cana-de-açúcar no município de Mirante do Paranapanema (2016).



O Mapa 05 é fundamental para ilustrar nossa afirmação de que a agroecologia está sendo ameaçada e atingida incessantemente pelo destrutivismo das forças produtivas do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema, especialmente pelos agroquímicos.

Como foi opção nossa adotar para este trabalho o entendimento de que os projetos Café com Floresta e Macaúba são dois dos principais fomentadores e disseminadores das práticas agroecológicas no Pontal, o Mapa 05 identifica cada assentamento onde há famílias com experiências fruto destes dois projetos. De fato ele não contempla a totalidade da diversidade de práticas e iniciativas voltadas para a agroecologia nos 32 municípios que compõem o Pontal do Paranapanema, porém nos fornece um panorama generalizado tanto da espacialização da agroecologia na região, quanto os conflitos cotidianos que ela enfrenta contra o agrohíbrido canavieiro.

Não obstante disso, há, ainda um forma de causar impedimento ao avanço da agroecologia que está escamoteado na disseminação do discurso de geração de emprego. Por um lado, há um elemento facilitador oferecido pelo Estado com a escassez de políticas públicas e assistência aos povos do campo. Do outro, surgem as empresas canavieiras com seus carros de som percorrendo os centros das cidades e pequenos distritos, seus cartazes pregados nas escolas de ensino básico, nos postos de saúde e no comércio local, além dos anúncios propagados pelas redes sociais (sobretudo o *facebook*) oferecendo grandes oportunidades de emprego e renda. Esse discurso atinge a população camponesa de forma muito eficaz, pois lembramos que ele está respaldado pela falta do Estado. Assim sendo, os camponeses acabam se sujeitando ao assalariamento nas agroindústrias canavieiras, não podendo se dedicar ao trabalho com a terra, ou quando se dedica acaba envolvido em um processo de autoexploração, pois acumula dupla jornada de trabalho, sendo agravado pelo fato do trabalho com a terra não ter horário para iniciar ou acabar. No fluxograma abaixo sintetizamos este processo:

FLUXOGRAMA 01: Os impactos do capital agroindustrial canavieiro para o campesinato e a agroecologia



Organização: Diógenes Rabello (2017).

Desta forma demonstramos que há um processo promovido pelo capital, reforçado pela anuência do Estado, que visa desterritorializar os camponeses freando o processo de transição agroecológica. Com isso, busca-se a manutenção da estrutura fundiária baseada no latifúndio e na *commoditização* como forma de organização da agricultura.

Considerações Finais

Analisando o atual cenário do campo brasileiro e as políticas públicas para o agrohidronegócio e para agricultura camponesa é possível concluir que o primeiro conta com todo o aparato do Estado e isso tem resultado, sobretudo, na manutenção da estrutura fundiária caracterizada pelo latifúndio e no incentivo da produção de *commodities* com base na quimificação e não da produção de alimentos. Apesar de alguns avanços que ocorreram nos últimos anos para

agricultura camponesa ela ainda está sendo vista pelo Estado em um segundo plano. A forma como são distribuídos os recursos públicos destinados para a agricultura nos mostra que o Brasil tem optado por um modelo de desenvolvimento que explora de forma predatória a terra e seus recursos, expulsa os povos no campo e pratica uma agricultura que serve apenas para o enriquecimento dos impérios agroquímico-alimentar-financeiros. E este modelo não apenas causa prejuízos irreparáveis de ordem ambiental e social, mas busca suprimir cada vez mais o modelo oposto a ele, que é o campesinato.

O campesinato sendo uma forma de organização social das famílias que vivem e trabalham da/na terra, onde a relação ontológica do homem com a terra é completamente contrária à relação na qual o agrohidronegócio está ancorado, se apropria dos recursos oferecidos pela terra para garantir suas condições essenciais de reprodução, enquanto que o outro modelo explora os recursos da terra para gerar lucro.

Em meio a esta disputa por território surge as discussões entorno da agroecologia tendo os movimentos sociais do campo como principais incentivadores e os camponeses como responsáveis pela construção desta prática e saber. Pensar a Agroecologia apenas enquanto um modelo que possibilite uma ruptura paradigmática, centrada apenas no combate ao modelo de agricultura prejudicial ao meio ambiente que gera degradação ambiental não nos permite entender este conceito de forma ampla.

A agroecologia nos permite avançar, entender e propor reflexões sobre as questões técnicas, sociais, econômicas e políticas, que perpassam pelas discussões de organização enquanto comunidade buscando melhores condições de reprodução; pelas discussão de gênero, pois o trabalho pretende ser em família; busca-se a autonomia, ou seja, minimizar a dependência do consumo externo levando o camponês a priorizar o abastecimento interno; e ainda, uma questão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização.

Vale lembrar que a realidade do campo é complexa, por isso abre margens para diversos pontos de vista e interpretações de acordo com as visões de mundo que cada indivíduo adota para si. Desta forma, queremos entender

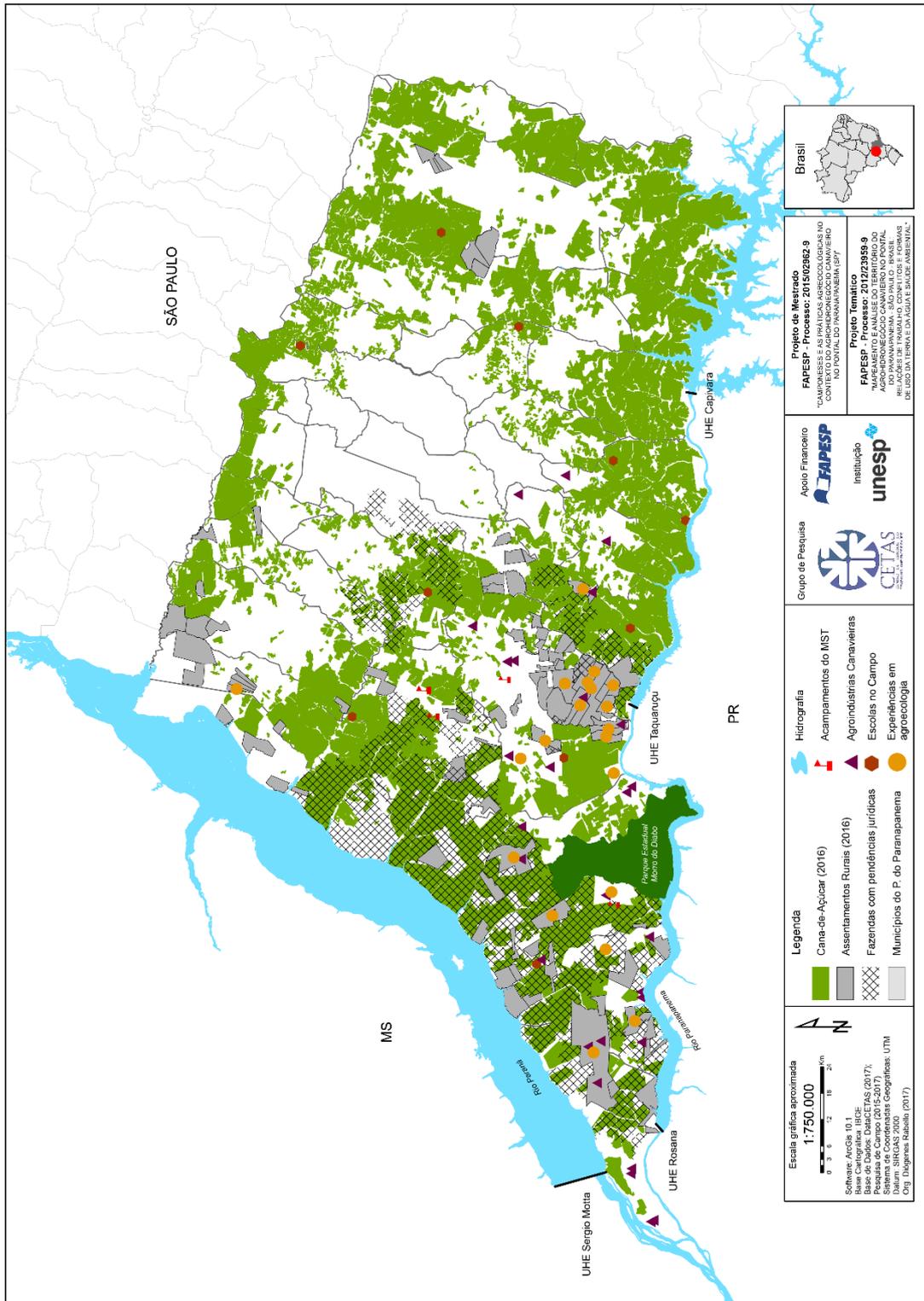
que o que se passa no campo hoje é o avanço do capitalismo predador, que sufoca as populações tradicionais e suprime suas possibilidades de reprodução, tanto pelo monopólio da terra quanto pelo esgotamento dos recursos naturais. Mesmo diante da hegemonia capitalista, estes povos têm criado diversos mecanismos para resistir a esta investida do capital, e tem se reportado a estratégias de luta para permanecer territorializado.

O Pontal do Paranapanema é uma porção do território que possui suas singularidades e, por conta da pujança de forma que a questão agrária nos apresenta diversas temáticas e objetos de pesquisa, além de um leque de possibilidades de atuação política na defesa dos camponeses e dos bens comuns. Entre estas temáticas podemos citar, sendo aqueles que temos mais contato e conhecimento, a estrutura fundiária e grilagem de terras, políticas públicas e produção de alimentos, reforma agrária, formação territorial dos assentamentos rurais, agrohidronegócio e monocultura da cana-de-açúcar e educação do campo, que podem ser visualizados através do Mapa 06.

Dentro do universo de possibilidades de construção dos objetos de pesquisa, optamos por nos dedicar a investigar os conflitos e desafios para as práticas agroecológicas. Nosso objetivo foi entender de onde surgem as iniciativas para as práticas agroecológicas, as estratégias políticas para a transição e os principais desafios rumo à superação da agricultura convencional e a permanência na agroecologia no Pontal do Paranapanema.

O mapa abaixo ainda nos apresenta como todas as manifestações e formas de vida do campesinato estão inteiramente impactadas pela presença da cana-de-açúcar. O avanço desenfreado desta monocultura acomete fragilidades para as mudanças das formas convencionais da prática da agricultura; representa uma problemática para a educação, já que boa parte dos jovens estudantes do ensino básico se assalariam nos empregos oferecidos pelas empresas de cana-de-açúcar locais; e, apresenta um desafio grande no que tange à reforma agrária, já que a aliança capital agroindustrial e latifundiários fortalece a concentração de terras.

MAPA 06: Questões agrárias no Pontal do Paranapanema



No Pontal do Paranapanema, o que temos apurado com informações oriundas de pesquisa de campo e com o levantamento de informações primárias advindas das entrevistas realizados com os sujeitos camponeses, nos permite afirmar que o avanço desenfreado da monocultura canavieira tem desdobrando em significativos prejuízos para a transição agroecológica. Metaforizando, a prática de pulverização aérea, característica presente nesta porção do território, tem despejado agrotóxicos sobre a vida dos camponeses, exterminando suas alternativas de reprodução e colocando à deriva suas esperanças de ver florescer uma agricultura socialmente mais justa e ambientalmente mais equilibrada, ao passo que fertiliza uma agricultura que não alimenta.

Mesmo assim, faz necessário que nos apoiemos nas valiosas e perseverantes experiências de famílias que resistem nas práticas agroecológicas e as tomemos como fundamento para provar que há agroecologia no Pontal do Paranapanema, que vem sendo construídas nos encontros cotidianos da materialidade das desgraças inerentes à presença do agrohidronegócio, e que abre espaço para a criação de coletividade no processo de transição, quando os diversos sujeitos se unem para permanecer lutando pela mudança da estrutura fundiária e do modelo de agricultura.

Nesta perspectiva, vale lembrar o papel do MST na articulação destes espaços e como principal promotor da agroecologia no Pontal, somando-se às outras instituições que mesmo com os limites das suas possibilidades de atuação frente às burocracias e desmontes das instituições públicas (falta de servidores técnicos, falta de recursos financeiros, falta de infraestrutura e equipamentos, etc.) se voltam para o desenvolvimento das práticas agroecológicas.

Vale destacar o papel que a Rede CEGeT tem desempenhado com suas contribuições acadêmicas para o entendimento da agroecologia no Brasil, e militância conjunta com os movimentos sociais do campo. Nossa contribuição com o CEGeT/Presidente Prudente, no Pontal do Paranapanema, como procuramos demonstrar neste trabalho, é o entendimento da agroecologia no âmbito da luta contra o capital agroindustrial canavieiro, sendo levada como proposta de superação deste modelo que causa a manutenção do latifúndio e da grilagem de terras. No Paraná, o ENCONTTRA tem buscado desenvolver

pesquisas sobre agroecologia dentro do universo de resistência pela permanência na terra dos povos tradicionais do campo, como os faxinalenses, por exemplo, e o papel dos movimentos e organizações sociais pela agroecologia. Já no Cerrado, o GETeM/TTRAPU tem trabalhado este tema em pensando as políticas públicas para o campesinato (como o PAA e o PNAE, por exemplo) e os desafios frente a presença de monoculturas extensivas. No Amazonas, o CEGeT/Tefé tem suas pesquisas voltadas para o entendimento da agroecologia tendo como sujeitos os povos indígenas e ribeirinhos. E no Nordeste, temos investigado o contexto da agroecologia associado às discussões de gênero e na convivência com o Semiárido e a seca.

Por fim, reafirmamos nossa opção pelo entendimento da agroecologia enquanto contra modelo, pois para nós ela representa a superação do modelo de agricultura vigente, surgido com a Revolução Verde e dotado de estratégias políticas e territoriais para a subordinação e/ou desterritorialização do campesinato, para a precarização dos trabalhadores e destruição dos recursos naturais.

A agroecologia representa a alternativa que buscamos na nossa luta contra o destrutivismo imanente do capital. É por essa via que entendemos o campesinato subordinado, com lugar pré-definido às margens da sociedade, sendo que atuamos para colocá-lo enquanto sujeito protagonista das condições plenas de reprodução da vida, e na sustentação da sociedade através da sua potencialidade de produção de alimentos sanos.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. 117 p.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Ano 13, nº. 16, Presidente Prudente, 2010, p. 22-32.

ALVES, V. 'Agro é Pop': cultivando desinformação e elogiando a escravidão. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, Ano XVI, n. 196, s/p, set. 2017. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-196/7473-agro-e-pop-cultivando-desinformacao-e-elogiando-a-escravidao>>. Acesso em: 26 set. 2018.

ALVES, G. A. P. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. 368 p.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Agrotóxicos: **Anvisa é contrária ao PL 6299/02**. Jun/2018. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2018.

Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2014.

Banco de Dados do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde – DataCETAS, 2017.

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012, 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2012.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996

BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: MERLINO, T. e MENONÇA, M. L. (Orgs.) **Direitos Humanos no Brasil 2012**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012, p. 75-86.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 – 21.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA AGROTÓXICOS E PELA VIDA. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. In: TOBAR, F. R.; BAZZI, A. P. (Coordenadores). **Saltar la Barrea. Crisis socio-ambiental**,

resistencias populares y construcción de alternativas latinoamericanas al Neoliberalismo. Santiago do Chile: Instituto de Ciências Alejandro Lipschutz e Fundação Rosa Luxemburgo, 2014. p. 147-177.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. v. 1. 24p

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, 2013, p. 1-9.

_____. **As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil:** o etanol. Curitiba, 2008. (Inédito).

_____. **O campesinato no século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLKCE, V. (orgs.). **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. **Brasil rural em debate:** coletânea de artigos. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FELICIANO, C. A. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, SANTOS, L. R. MITIDIERO, M. A. **A questão agrária e conflitos territoriais.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

_____. **Território em Disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema.** 2009. p. 575, Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES, B. M. MST. **Formação e Territorialização.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996

_____. Modelo de agricultura y la cuestión alimentaria. **Revista Diversitas**, v. 1, p. 35-54, 2014.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FREITAS, I. H.; GERMANI, G. I. O desenvolvimento territorial rural em questão. **Revista Mercator**, Fortaleza, 2012, p. 19-33.

FRIEDRICH, K.; SOUZA, M. M. O. de; CARNEIRO, F. F. **Dossiê científico e técnico contra o Projeto de Lei do Veneno (PL 6.299/2002) e a favor do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA**. ABRASCO e ABA, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br>. Acesso em: 26 set. 2018.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia Militante: contribuições de Ênio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GUZMAN, E. S; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução: Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GLEISSMAN, E. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C.R. CATIE, 2002.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 1949.

LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema – SP**. 2013. 98f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2013.

LEONEL JUNIOR, G. **Direito à Agroecologia: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

LÓPEZ BARCENAS, F. **El régimen de la propiedad agraria en México. Primero auxilios jurídicos para la defensa de la tierra y los recursos naturales**. México: Centro de Orientación y Asesoría a Pueblos Indígenas A.C., Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano, Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario A.C., Servicios para una Educación Alternativa EDUCA A.C, 2017.

MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 11, N. 12. p.57-67, 2008. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>.

MARTINS. J.S. **Os camponeses e a política no Brasil** :as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989. 147p.

MEDEIROS, Etoze; FONSECA, Bruno. **As Bancadas da Câmara**. Agência Pública, São Paulo, fev. 2016. Disponível em: <https://apublica.org>. Acesso em: 27 set. 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A crise estrutural do capital**. Boitempo editorial: São Paulo, 2011.

MOLINA, Manuel Gonzales. La experiencia agroecológica y su incidencia en el desarrollo sostenible: la necesidad de una agroecología política. In: sauer, Sergio; BALESTRO, Moises Vallamil (orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MONTENEGRO GOMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2006.

MINAYO, M. C. de S.; et al. (Orgs). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Agrícola, 2010.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Agrícola, 2011.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Agrícola, 2012.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Agrícola, 2013.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Agrícola, 2014.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Agrícola, 2015.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Agrícola, 2016.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Plano Agrícola, 2017.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Safra, 2010.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Safra, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Safra, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Safra, 2013.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Safra, 2014.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Safra, 2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Plano Safra, 2016.

MITIDIERO JR., M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva do capital. Revista **Okara**, João pessoa, v. 12, n. 2, p. 220-246, jan./jun. 2018.

MOREIRA, R. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil**: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

NEGRÃO, G. C. P.; MATINS, M. A.; SOARES, G. C. O. Subordinação do trabalho e da renda de camponeses no Pontal do Paranapanema-SP: o caso da plantação de pepinos para conserva. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VIII, 2017, Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento Territorial e Produtivo do Agronegócio Canavieiro no Brasil e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2009. 615p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 19, p. 228-244, 2015.

_____. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **Folha de São Paulo**, 17 abril, 2008, p.2. (Tendências e Debates).

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo, Contexto, 2001.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 1ª Edição. São Paulo: UNESP, 2006.

PILOTO, B. M. **Análise da evolução do cultivo de cana-de-açúcar na região do Médio Paranapanema no período de 2003 a 2012 a partir de dados do Projeto CANASAT**. 2012. 51 f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Campus Experimental do Ourinhos. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Ourinhos, 2012.

Portal NovaCana.com. Disponível em: <https://www.novacana.com/cana/uso-agua-producao-cana-etanol/>. Acesso em: 18 de agosto de 2017.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1945.

RABELLO, D. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica**. 2014, 105f. Monografia(Bacharelado em Geografia): Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia.Presidente Prudente, 2014.

ROSSET, Peter. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO, D. S. **Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 1, p. 111-129, 1999.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD. Plano Safra, 2017.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. ano 8, n.7, jul./dez. 2005. Presidente Prudente, 2005. p.1-21.

SITKO, A. F.; IKUTA, F. K. **Agroecologia, educação socioambiental e relação campo-cidade: uma proposta pedagógica para o estudo local**. In:

VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária/VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária/I Jornada de Geografia das Águas, 2013, João Pessoa. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária/VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária/I Jornada de Geografia das Águas, 2013. v. 1. p. 1-18.

SOBREIRO FILHO, J. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. **Revista Geografia em Questão**, Marechal Candido Rondon, v. 05, n. 01, p. 83-114. 2012.

SOUSA, I.S.F. **A sociedade, o cientista e o problema de pesquisa**: o caso do setor público agropecuário brasileiro. São Paulo: Hucitec; Brasília: Embrapa/SPI, 1993.

SOUZA, S. M. R. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira**: estratégias discursivas para ação do capital no campo. 2011. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia (Tese de Doutorado em Geografia), 2011.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberanía alimentaria: una necesidad de los pueblos. In: ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy). **Movimientos alimentarios uníos! Estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios**, Bogotá: Colección en clave de sur, 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. p.325-340.

_____. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohídronegócio. Mercator, Fortaleza, v. 16, set/ 2017a.

_____. Desafios rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 307-329, 2011.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009, 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. Gestão e Ordenamento Territorial da Relação Capital-Trabalho na Agroindústria Canavieira, no Brasil. Uberlândia, **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. V.7, n.13, 2012. p.65-96.

_____ **Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental.** Relatório Científico. FAPESP: São Paulo. 2018.

_____ **O trabalho me impõe desafios renovados e me ocupa à autocrítica de uma obra inacabada.** In: Tese para concurso de Titular, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2017b (mimeo).

THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa**, a árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v .1 p. 254-278.

THOMPSON, P. **A voz do passado.** 2ª Ed. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1935.

VASCONCELOS, Y. Agrotóxicos na berlinda. **Revista Fapesp**, São Paulo, Ano 19, n. 271, p. 19-27, Set. 2018.